

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

RICARDO SOUZA ARAÚJO

**CAPITALISMO DEPENDENTE, DESIGUAL E COMBINADO: FORMAÇÃO SOCIAL E
QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL**

Porto Alegre
2023

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

RICARDO SOUZA ARAÚJO

**CAPITALISMO DEPENDENTE, DESIGUAL E COMBINADO: FORMAÇÃO SOCIAL
E QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Serviço Social.

Orientadores: Prof. Dr. Marcos Pereira Diligenti (2020-2023) e Profa. Dra. Jane Prates (2023-2024)

Porto Alegre

2024

Ficha Catalográfica

A663c Araújo, Ricardo Souza

Capitalismo dependente, desigual e combinado : formação social e questão social no Brasil / Ricardo Souza Araújo. – 2023.

177 p.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Jane Cruz Prates.

Coorientador: Prof. Dr. Marcos Pereira Diligenti.

1. Capitalismo Dependente. 2. Desenvolvimento Desigual e Combinado. 3. Formação Social Brasileira. 4. Superexploração. I. Prates, Jane Cruz. II. Diligenti, Marcos Pereira. III. , . IV. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

RICARDO SOUZA ARAÚJO

**CAPITALISMO DEPENDENTE, DESIGUAL E COMBINADO: FORMAÇÃO SOCIAL
E QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Jane Cruz Prates (Orientadora de 2023-2024)
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Giovane Antonio Scherer
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Carlos Roberto de Souza Robaina

Prof. Dr. Emil Albert Sobottka
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Porto Alegre

2024

AGRADECIMENTOS

À Universidade pública brasileira, sob constante ataque dos governos, em especial a UFRGS, na qual me graduei Assistente Social e, trabalhei como Técnico-Administrativo. Lá conheci as ferramentas da luta estudantil e sindical.

À UFCSPA, na qual tive a oportunidade de exercer a profissão de forma crítica e coerente na Coordenação de Assuntos Estudantis.

Ao financiamento público da Capes, que me permitiu cursar o curso de mestrado e doutorado na PUCRS. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, na figura Coordenadora orientadora e camarada Jane Prates e do camarada co-orientador Marcos Diligenti.

Ao Núcleo de Estudos de Política Econômica e Social (NEPES) pelos amplos debates.

A disponibilidade e as contribuições dos membros da banca, tanto na qualificação quanto na defesa final, na pessoa dos camaradas: Emil, Giovane e Roberto.

Aos docentes e colegas de graduação e pós-graduação, com quem compartilhei esta caminhada, no importante pólo crítico e comprometido com a defesa dos direitos sociais no Serviço Social.

À categoria dos técnicos-administrativos em educação, organizada na Fasubra e na Assufrgs, que conquistou um plano de carreira que me permite conciliar o doutorado com o trabalho.

Aos camaradas do Movimento Esquerda Socialista e do PSOL, organização marxista que contribui na construção há mais de dez anos. Toda produção aqui registrada está a serviço de qualificar a intervenção política revolucionária.

Aos amigos e familiares que acompanharam esta trajetória, em especial meus pais Mena e Edson.

À Anne que compartilha comigo a vida a dois e ao nosso filho Benício.

À luta da classe trabalhadora e da juventude brasileira e latino-americana!

RESUMO

Esta tese de doutorado busca fazer uma leitura da atual fase de acumulação capitalista neoliberal no Brasil. O país atravessado pelo capitalismo dependente, dentro de suas particularidades, vive a hegemonia do capital fictício e portador de juros a nível mundial, com impactos desiguais e combinados pelo mundo, com deletérios impactos nas condições de vida da classe trabalhadora nos países periféricos. A tese aqui apresentada foi realizada à luz do método materialista histórico-dialético, a partir de pesquisa de qualitativa. As fontes se constituíram em periódicos científicos, teses, dissertações, sites oficiais e bancos de dados de institutos de pesquisa sobre as condições de vida da classe trabalhadora e a conjuntura da economia política em geral. Como forma de contribuição à análise proposta foi tomada como referencial teórico duas importantes vertentes do pensamento marxista: a *Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado (Leon Trotsky)* e a *Teoria Marxista da Dependência (Ruy Mauro Marini)*. À luz desses importantes referenciais teóricos, a tese busca, em uma aproximação reflexiva sobre essas correntes para compreensão da relação de dependência e subdesenvolvimento dos países periféricos latino americanos, com foco predominante no Brasil. Apontamos uma relação dialética entre estas duas teorias aliando a totalidade do mercado mundial capitalista e as particularidades das formações sociais brasileira e latino-americana. Com aprofundamento da crise econômica, política e social, agravam-se de forma desigual os fenômenos da financeirização neoliberal, principalmente nos países dependentes, nesse processo emergem novos fenômenos reacionários que objetivam aprofundar a política neoliberal burguesa, cabendo aliar a luta antifascista e anticapitalista. Esta investigação acadêmica carrega, em seu âmago, o intuito de procura contribuir dentro de seus limites concretos, para a emancipação da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Capitalismo dependente; Desenvolvimento desigual e combinado; Formação social brasileira; Superexploração.

ABSTRACT

This doctoral thesis seeks to analyze the current phase of neoliberal capitalist accumulation in Brazil. The country crossed by dependent capitalism, within its particularities, experiences the hegemony of fictitious and interest-bearing capital at a global level, with unequal and combined impacts across the world, with deleterious impacts on the living conditions of the working class in peripheral countries. The thesis presented here was carried out in light of the phistorico-dialectical materialist method, based on qualitative research. The sources were scientific journals, theses, dissertations, official websites and databases from research institutes on the living conditions of the working class and the political economy in general. As a way of contributing to the proposed analysis, two important strands of Marxist thought were taken as theoretical references: the Theory of Unequal and Combined Development (Leon Trotsky) and the Marxist Theory of Dependence (Ruy Mauro Marini). In light of these important theoretical references, the thesis seeks, in a reflective approach to these currents, to understand the relationship of dependence and underdevelopment of peripheral Latin American countries, with a predominant focus on Brazil. We point out a dialectical relationship between these two theories, combining the entirety of the capitalist world market and the particularities of Brazilian and Latin American social formations. With the deepening of the economic, political and social crisis, the phenomena of neoliberal financialization worsen unevenly, especially in dependent countries. In this process, new reactionary phenomena emerge that aim to deepen bourgeois neoliberal politics, combining the anti-fascist and anti-capitalist struggle.

Key words: Dependent capitalism; Unequal devepment and combined; Brazilian Social Formation; Overexploitation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Valor - Trabalho em Marx	30
Figura 2	Jornada de trabalho e mais-valia	31
Figura 3	O ciclo de reprodução do capital	33
Figura 4	Padrões do capital	97
Figura 5	Série histórica registro de acidentes de trabalho (CAT)	157

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Quadro metodológico	18-19
Tabela 2	Teses e dissertações o consultadas no repositório Capes	20
Tabela 3	Artigos	21

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Série Histórica dos valores percentuais e nominais do Orçamento Executado da União destinados a Juros e Amortizações da Dívida Pública	148
Quadro 2	Desigualdades de Renda e condições de Trabalho por classe, gênero e raça	152
Quadro 3	Quadro 3 Salário Mínimo Nominal e Necessário, segundo DIEESE	153

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	Lógica e método dialético	12
1.2	Procedimentos metodológicos	16
2	O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA	24
2.1	Acumulação primitiva ou expropriação originária?	26
2.2	Força de trabalho valor e mais-valia	30
2.3	Acumulação e movimento do capital	32
3	O SISTEMA MUNDIAL: IMPERIALISMO E DEPENDÊNCIA	38
3.1	Imperialismo: a centralidade do capital	39
3.2	O desenvolvimento desigual e combinado	45
3.3	A teoria marxista da dependência-a periferia do capital	52
3.4	O Caráter Desigual e Combinado do Capitalismo Dependente: um diálogo necessário	72
4	MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E O CAPITALISMO TARDIO	85
4.1	Padrão de Reprodução do Capital	95
5	A FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL BRASILEIRA	107
5.1	Do escravismo colonial ao capitalismo dependente	114
5.2	O padrão agromineiro exportador	121
5.3	O padrão industrial internalizado	122
5.4	Ditadura civil-militar e a industrialização subordinada	126
5.5	Nova República Neoliberal e o padrão de especialização produtiva	128
6	CONJUNTURA: BRASIL NEOLIBERAL, METÁSTASE DE UM CAPITALISMO PERIFÉRICO	131
6.1	A ortodoxia neoliberal	133
6.2	O social-liberalismo	134
6.3	O austericídio neoliberal	139
6.4	Entre o Fascismo e o Social-Liberalismo	145
6.5	Expressões concretas da dialética arcaico-moderna no capitalismo dependente	148
7	CONCLUSÕES	158
	REFERÊNCIAS	162

1 INTRODUÇÃO

“O desenvolvimento do subdesenvolvimento é a lógica do capitalismo mundial”. Gunder Frank (1967)

Esta Tese de Doutorado tenciona dar continuidade às reflexões e aprofundar de forma abrangente e complementar a Dissertação de Mestrado intitulada “Questão social no Brasil à luz da Teoria Marxista da Dependência: a crise da nova república neoliberal”, defendida em dezembro de 2019, junto ao PPGSS da PUCRS. Nesta investigação de doutoramento, foca-se nas análises do **Tema do capitalismo dependente, desigual e combinado brasileiro no cenário de crise estrutural do capital com os seus impactos na vida social.**

Neste cenário, a presente investigação propõe uma análise, em diferentes níveis de abstração, à luz de duas importantes vertentes do pensamento marxista: a *Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado*, originalmente concebida por Leon Trotsky, aliada com a *Teoria Marxista da Dependência*, desenvolvida por intelectuais como Rui Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos, entre outros.

O intuito do trabalho em pauta é identificar pontos de convergência, conflito e complementaridade entre essas duas escolas no âmbito da análise da formação social brasileira e das expressões contemporâneas da Questão Social, frente à mundialização do capital e da superexploração da força de trabalho.

Nesta tese afirmamos que há uma relação dialética entre o desenvolvimento desigual e combinado enquanto uma lei geral do mercado mundial, enquanto as particularidades capitalismo dependente criam novas determinantes nos países periféricos. Se vivenciamos hoje um desenvolvimento desigual e dependente, atravessado pelo imperialismo e pela financeirização por um lado e pela dinâmica nacional particular com raízes coloniais, escravistas e a autocracia burguesa dependente, é nosso papel desmistificar esses processos e contribuir para uma correta formulação teórica e política da luta de classes no Brasil e América Latina.

Conforme Iamamoto (2012), a mundialização financeira articula uma série de fenômenos (muitas vezes discutidos de forma fragmentada), dentre os quais se destacam: **a Contrarreforma do Estado, a Reestruturação Produtiva, e a Agudização das expressões da Questão Social.** Na investigação aqui proposta,

parte-se de uma abordagem integrada, da premissa marxista da totalidade, “do complexo de complexos”, considerando-se estes fenômenos como expressões do *padrão de acumulação* neoliberal. Expressões essas que se agudizam, desde 2008, na forma de uma profunda crise estrutural e, cujas derivações se materializam de forma desigual e combinada pelo mundo.:

A partir dos fundamentos do Marxismo, a saber: **a lógica e o método materialista-dialético, a crítica da economia política e a práxis revolucionária socialista**, é possível desvendar os determinantes estruturantes destes fenômenos, em especial nas **economias dependentes**, cujo desenvolvimento do subdesenvolvimento, inexoravelmente, garante o desenvolvimento da centralidade do capital.

Além do caso brasileiro cabe aqui lembrar que o “laboratório” do Neoliberalismo como padrão vigente de acumulação na América Latina foi justamente o Chile, economia dependente, que sob a ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990), sofreu a imposição da completa privatização dos serviços públicos, o desmonte da estrutura sindical e dos direitos trabalhistas e sociais. Não é por outra razão que este país continua a passar por um processo de legítima e generalizada revolta popular.

Desta forma, percebe-se como inconciliável o neoliberalismo e a democracia, mesmo em seu aspecto formal, sobretudo, nas economias dependentes. Nessas economias, via de regra, constata-se a exploração redobrada da força de trabalho, como forma de contrarrestar a queda de produtividade do capitalismo dependente e a consequente transferência de valor advinda do intercâmbio desigual no mercado mundial (Marini, 2005).

Partindo do escopo teórico acima apresentado, observa-se que essa pesquisa é motivada pelas impressões latentes de crise política, social, econômica, civilizatória e sanitária, no Brasil e América Latina em geral e que o padrão de acumulação neoliberal enfrenta, na atualidade, uma crise estrutural, cujas consequências se materializam progressivamente de forma desigual e combinada.

As economias dependentes, que já foram laboratório do programa neoliberal, sofrem as consequências da reestruturação produtiva, da contrarreforma do Estado e do desmonte de suas funções sociais. Neste caso, aprofundam-se as expressões de desigualdade e resistência social, amplia-se o exército de reserva, bem como, as expressões deletérias da lei geral de acumulação de capital: o desemprego, o

subemprego, a miserabilidade e o pauperismo (Marx, 2013). Portanto, verifica-se cada vez mais atual as expressões e refrações da Questão Social, enquanto expressão *una e diversa*.

No caso brasileiro, principal economia da região, os rumos de implementação das políticas neoliberais, variam a sua intensidade no período estudado, de acordo com o viés dos governos da chamada “Nova República”. A sua base estruturante de aplicação segue, em alguns momentos com maior ou menor intensidade, sem, no entanto, desafiar estruturalmente os princípios que fundamentam o neoliberalismo. Como, por exemplo, no acirramento do receituário de ortodoxia neoliberal e com a consequente imposição de importantes contrarreformas, tais como: a Emenda Constitucional 95 (o Novo Regime Fiscal, conhecido como “PEC do Teto”), a Reforma Trabalhista a Reforma da Previdência e a Reforma Administrativa.

Todos estes processos se opõem diretamente ao projeto constitucional de 1988 (a chamada Constituição Cidadã, que vem caracterizando-se, em muitos casos, como *letra morta* na linguagem jurídica) e apresentam consequências nefastas para a classe trabalhadora de forma generalizada.

Agravam-se no Brasil contemporâneo os impactos destas medidas que mantém os indicadores de desempregados e desalentados, além de milhões de trabalhadores informais, ou seja, quase metade da classe trabalhadora brasileira em idade laboral vive atualmente em condições ainda precárias de trabalho. Neste cenário aprofunda-se a superexploração, que historicamente se impõe aos trabalhadores no Brasil e na América Latina. Para refrear a queda da taxa de lucro no capitalismo mundial desde a grande crise da década de 1970, dado o desenvolvimento desigual e combinado é necessário o aprofundamento da superexploração da força de trabalho e o desfinanciamento das políticas sociais, especialmente na periferia do mercado mundial. O Chile, fruto do golpe de 1973 é o modelo para toda a América Latina que combina estado subsidiário, sem política social pública e a completa desregulamentação dos direitos trabalhistas. Este fenômeno se agrava com o aprofundamento da crise, à reorganização da extrema-direita que busca através da repressão completar este ciclo de privatizações e nivelar cada vez mais para pior os salários e as condições de vida da classe trabalhadora.

Inspirado pelos recentes levantes populares na América Latina, esta tese busca na **Crítica da Economia Política, na Teoria do Desenvolvimento Desigual,**

do Imperialismo e da Dependência, dar visibilidade às expressões da crise do programa neoliberal no Brasil e na América Latina. Assume desta forma, o intuito de contribuir para o desafio societário de superação da dinâmica da dependência e do capital, ou seja, a construção coletiva de uma perspectiva socialmente emancipatória e de cunho radicalmente revolucionário.

1.1 Lógica e método dialético

Cabe aqui, antes de tudo, reafirmar que o Marxismo é Teoria, Ciência e Ação Revolucionária. Esta tese busca raízes no pensamento marxista, mas não se limita a obra de Marx e Engels, propõe uma reflexão contemporânea, comprometida com a luta pela superação do modelo de sociedade capitalista a partir das suas contradições concretas. Este importante referencial teórico-metodológico no âmbito do Serviço Social é frequentemente, objeto de tabus e incompreensões no âmbito acadêmico brasileiro. Segundo Robaina (2011, p. 9):

Nos currículos universitários [...] Marx é tratado como cão morto, a honrosa exceção no Brasil são os cursos de Serviço Social, faculdade em que o marxismo encontra abrigo e contribui na construção do maior núcleo de resistência acadêmica. O desprezo, a omissão e a distorção do marxismo nas universidades na verdade escondem o medo que a classe dominante tem das suas ideias. (Robaina, 2011, p. 9).

Não é, dessa maneira, infundado o temor das classes dominantes perante ideias que questionam e negam o *status quo*. Também é equivocada compreender o Marxismo como um movimento único e exclusivamente teórico, pois é a ação concreta que transforma a realidade. Também não procede ao seu enquadramento como uma doutrina ou dogma, mas fruto de uma interpretação da realidade material em constante movimento, sendo para esta, um guia para a ação. Segundo Moreno (2001), ser verdadeiramente marxista não significa estar de acordo com tudo aquilo que escreveu ou o que disse Marx, ou ainda importantes líderes revolucionários como Engels, Lênin ou Trotsky, pois o marxismo se propõe a ser científico, e a ciência ensina que não há verdades imobilizadas no seu desenvolvimento. Segundo Lucáks (1967) a ortodoxia cabe apenas ao método de análise da realidade.

Trabalha-se com a análise concreta da situação concreta, na qual se imputa na classe proletária, para quem tudo é privado, devido à contradição capital-

trabalho, inclusive a negação do caráter de sujeito coletivo com capacidade de romper com o *status quo*.

Logo parte-se do princípio da não imparcialidade do processo investigativo, já que em uma sociedade de classes todo ato ou omissão, é essencialmente um ato político. Ao recorrer à dialética para desvelar a realidade social, negando uma pretensa “neutralidade científica”, tem-se o intuito de contribuir com a mudança desta realidade social e agir concretamente na negação da ordem do capital.

Portanto, a pesquisa em pauta se fundamenta no **método materialista histórico-dialético** que se propõe, para além de superar a lógica formal aristotélica, buscar nas contradições da realidade concreta novas sínteses e sua superação:

O pensamento dialético está para o pensamento vulgar assim como um filme está para uma fotografia imóvel. O filme não rejeita a fotografia imóvel, mas combina uma série de fotografias segundo as leis do movimento. A dialética não exclui o silogismo, mas nos ensina a combiná-lo de modo a aproximá-lo da compreensão de uma realidade eternamente mutável (Trotsky, 2011, p. 83).

Com o conjunto das fotografias é possível compor o filme ao observar a dinâmica dos fenômenos sociais, que demonstram a historicidade do desenvolvimento destes fenômenos com suas múltiplas determinações, bem como suas contradições.

Sobre o materialismo dialético, Nahuel Moreno (2007) reforça que, embora haja uma importante influência hegeliana na formação de Marx, a lógica marxista não se limita a um aperfeiçoamento de Hegel, mas a uma nova lógica com um novo critério de verdade: o da *práxis*. A diferença central se estabelece com a predominância da realidade sobre a consciência e do ser sobre o pensamento. “Pode-se dizer que essa filosofia materialista é a síntese que afirma o primado da matéria sobre o espírito” (Robaina, 2013, p. 39).

Por isso, no trabalho aqui proposto é necessário estabelecer o **método de investigação e o método de exposição**, como apresenta Marx (2013):

A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real (Marx, 2013, p. 28).

Esta diferenciação se faz necessária, para que haja uma efetiva aproximação do real é necessário realizar a transição dialética do concreto para o abstrato e do abstrato de volta ao concreto. Karel Kosik (2011) identifica o fenômeno concreto e imediato, em sua forma aparente, mistificada, ou pseudoconcreta, cabendo ao observador realizar o exercício da abstração, por meio da qual se chega ao “concreto pensado”.

A abstração é um passo intelectual que parte da realidade concreta, da experiência prévia, e isola elementos da realidade para analisá-los, e logo voltar para a dimensão do concreto pensado, desmistificado, tornando possível identificar as diferenças e as mediações entre essência e forma (Luce, 2018). Saviani (2013) destaca que o método dialético permite distinguir o empírico do concreto, o que o diferencia drasticamente de outras escolas como o empirismo e o positivismo. Com o método dialético: a passagem do empírico ao concreto se dá pela mediação do abstrato. Logo, o concreto não é apenas o ponto de partida, mas o ponto de chegada do conhecimento.

Uma vez percorridos os variados níveis de abstração, analisadas as determinações dos objetos pesquisados, são investigadas as determinações comuns e complementares entre si, com novas sínteses em uma totalidade concreta. Cabe ressaltar que a **Totalidade**, enquanto categoria dialética, não se limita à soma ou justaposição das partes, mas a sua processualidade, e suas múltiplas interpenetrações, enquanto complexo de complexos, que se movimenta e constitui a “unidade do diverso”.

Entre estas múltiplas determinações, é fundamental o reconhecimento da **Contradição**, como motor desta realidade, porque ao negarmos um estado, estimulamos a sua superação em um processo simultâneo de destruição e continuidade (Lefebvre, 1991). A Contradição é uma permanente transformação e se dá por meio das interpretações dos opostos. A contradição instiga a permanente transformação, porque os opostos se encontram em conflito permanente estimulando a superação dialética, que guarda na síntese elementos da tese e da antítese. Tais como os polos que compõem a contradição entre capital/trabalho, sendo fundamental enxergar para além da aparência e reconhecer a complexidade que conforma essa relação de oposição, como negação inclusiva, característica do modo de produção capitalista.

É a partir dessas “pontes” de mediações entre estes pólos contraditórios que se estabelece o método de exposição, que deve contemplar os determinantes do objeto de forma coerente, de modo a elucidar as contradições pertinentes ao mesmo (Kosik, 2011).

Para Pontes (2010), a **mediação** é o movimento que leva a construção da totalidade, mediando o todo e as partes, o geral e o particular, os níveis de concretude e de abstração, e a forma como esses se expressam na realidade concreta.

Segundo Gyorg Lukács (1967) este processo nasce na **Singularidade**, o fenômeno em sua manifestação imediata, acessível à contemplação viva e empírica. Este concreto, já pensado, tem relações comuns com outros fenômenos, que constitui a **Universalidade**, esta mediada pela **Particularidade** dos fenômenos, como, a expressão lógica de mediação entre o específico (singular) e o geral (universal). Jacob Gorender (2016) no esforço teórico-analítico de entender a gênese da sociedade de classes no Brasil aponta que particular não é um exemplo do geral, mas a existência do geral de forma mais rica de determinações que o próprio geral, mas a existência do geral é mais rica de determinações que o próprio geral.

A partir de cadeias de mediações é possível transitar em Níveis de Análise (Osório, 2012), que segundo o autor, contemplam níveis mais abstratos (de menor determinação) quando se busca compreender a essência dos fenômenos (capital e trabalho, valor, mais-valia), e em níveis mais concretos (de maior determinação). Nos últimos buscam-se as particularidades e as dimensões vistas na imediaticidade (o conjunto de capitalistas e trabalhadores, o preço e o lucro). Esse exercício é fundamental para avançarmos na compreensão do modo de produção capitalista, identificando suas leis tendenciais e contratendencias, inclusive sua crise e possível superação. Mais do que isso, dando visibilidade ao modo diferenciado como se expressa ou refrata em diferentes contextos, como no de países dependentes.

De acordo com Lefebvre (1991), para desvelar tais leis particulares no quadro das leis universais, é necessário investigar as realidades particulares e estabelecer as mediações entre aparência e essência. Portanto o autor apresenta 5 leis fundamentais da lógica dialética:

- a) **Lei da interação universal:** A dialética considera cada fenômeno no conjunto de suas relações com os demais fenômenos e, assim como o conjunto de aspectos e que a partir dele se manifestam, pois nada é isolado;
- b) **Lei do movimento universal:** O método dialético reintegra os fenômenos em seu movimento: movimentos internos e externos inseparáveis entre si;
- c) **Lei da unidade dos contraditórios:** *O método dialético busca captar a ligação, a unidade, o movimento que engendra os contraditórios, que se opõe mutuamente, que faz se chocam e levam à superação.* No entanto, o superado não deixa de existir, ao contrário, o superado serve de etapa, de mediação para a obtenção do resultado superior;
- d) **Transformação da quantidade em qualidade (lei dos saltos);** as modificações quantitativas podem ser lentas, insignificantes, e em determinado momento haver uma súbita aceleração do devir, com características bruscas, uma metamorfose profunda extravasada em todas as contradições, que leva ao ‘salto de qualidade’ dialético: a continuidade (o movimento profundo que continua) e a descontinuidade (o aparecimento do novo, o fim do antigo). Nessa linha, Trotsky (2011), alerta que o grande desafio, em qualquer área, é fixar o momento exato, o ponto crítico em que a quantidade se transforma em qualidade;
- e) **Lei do desenvolvimento em espiral (da superação);** este movimento dialético não ocorre de forma linear, muito menos circular, porém de forma “espiral”: o retorno acima do esperado, para dominá-lo e aprofundá-lo, para elevá-lo de nível, libertando-o de seus limites, concorre para a “negação” da “negação da negação”, em um complexo de teses, antíteses e novas sínteses.

1.2 Procedimentos metodológicos

Com base nisso, o presente estudo tem como tema de análise: **Desocultar a dinâmica contemporânea do Capitalismo Dependente no Brasil à luz do desenvolvimento desigual e combinado.** Para responder tal tema de pesquisa é necessário identificar seus elementos constitutivos particulares no Brasil, na sua formação social e nas expressões contemporâneas da questão social. Logo o **Problema de Pesquisa** é assim formulado:

Como a conexão entre as teses do capitalismo dependente e do desenvolvimento desigual e combinado podem contribuir para explicar e fundamentar uma possível intervenção na formação social brasileira contemporânea numa perspectiva emancipatória?

Podemos indicar como questões norteadoras:

- a) **Como se caracterizam as teses do capitalismo dependente e do desenvolvimento desigual e combinado?**
- b) **Como opera a dinâmica contemporânea do Capitalismo Dependente na América Latina em geral?**
- c) **Como se manifesta o desenvolvimento desigual e combinado na formação social dependente brasileira?**
- d) **Quais os principais impactos da mundialização neoliberal nas condições de vida da classe trabalhadora no Brasil?**
- e) **Quais as particularidades desses impactos nas economias de capitalismo dependente e desigual combinado e particularmente no Brasil?**

Importa destacar que se verifica, sobretudo na última década, uma crise estrutural do capital de dimensão imprevisível. Simultaneamente a este fator observa-se a implementação dos mecanismos neoliberais de ajuste fiscal, reestruturação produtiva e das relações de trabalho, bem como à financeirização do fundo público e das políticas sociais, principalmente nas periferias. Logo o estudo tem como **Objetivo Geral:**

Dar visibilidade às expressões contemporâneas do capitalismo dependente no Brasil, em especial a seus impactos na vida da classe trabalhadora, com vistas a contribuir com subsídios para o fortalecimento de estratégias de enfrentamento ao capitalismo.

À luz disso, desdobram-se os seguintes **Objetivos específicos:**

- a) **Analisar a dinâmica do capitalismo dependente, em suas particularidades na Brasil;**
- b) **Identificar as determinantes do desenvolvimento desigual e combinado na formação social dependente brasileira;**

c) Identificar os principais impactos desse processo nas condições de vida da classe trabalhadora no Brasil.

Adotamos o tipo de pesquisa de enfoque misto, que articula dados qualitativos e quantitativos, atribuindo a ambos igual importância e se vale das características de um e de outro para delinear o processo investigativo. A não dicotomização entre qualidade e quantidade é uma das características do método em Marx, expressa particularmente na lei dos saltos, razão pela qual optamos por esse tipo de estudo. As análises documentais e bibliográficas que deram sustentação ao debate teórico realizado na tese tiveram ênfase qualitativa, embora tenham se valido de quantidades, mas os dados relativos às condições de vida da classe trabalhadora foram obtidos via bancos secundários tiveram ênfase quantitativa. Contudo, no processo de análise e explicação ambos os tipos de dados foram interconectados para a realização da análise e explicação final de modo a se chegar à tese. Os dados qualitativos foram tratados a partir da análise de conteúdo e os quantitativos a partir da análise estatística simples. As técnicas utilizadas foram a Análise de conteúdo e a análise documental que, embora sejam bastante similares tem algumas características particulares. Segundo Prates e Prates (2009) enquanto a análise documental foi realizada sobre documentos já elaborados de domínio público, tais como legislações, relatórios de outros estudos, teses e dissertações, sínteses realizadas por terceiros sobre dados sistematizados de bancos de dados. A análise de conteúdo se debruça sobre documentos ou dados em processo de sistematização e análise, elaborados pelo pesquisador, fruto dos processos de coleta por ele realizados ou de recortes efetivados em bancos de dados cuja análise ainda não foi realizada.

Foram analisados uma ampla gama de materiais bibliográficos bem como indicadores sociais e econômicos oriundos de bancos de dados secundários que aportaram elementos para análise das condições de vida da classe trabalhadora na América latina e no Brasil.

Como a investigação em pauta é embasada em técnicas bibliográficas e documentais, não foram entrevistados sujeitos. Esta Tese alinha-se ao Projeto ético-político hegemônico no Serviço Social, pautado em valores como a liberdade, a democracia, a justiça social e a construção de uma nova ordem societária sem

exploração e opressão de gênero, raça e classe. A pesquisa está explicitada sob a forma de síntese no seguinte quadro metodológico:

Tabela 1 - Quadro metodológico

Tema	Problemas	Método e tipo de Pesquisa	Fontes
Desocultar a dinâmica contemporânea do Capitalismo Dependente no Brasil à luz do desenvolvimento desigual e combinado.	Como a conexão entre as teses do capitalismo dependente e do desenvolvimento desigual e combinado podem contribuir para explicar e fundamentar uma possível intervenção na formação social brasileira contemporânea numa perspectiva emancipatória?	Pesquisa quanti-qualitativa ou mista; Método Marxista Dialético.	Teses, dissertações Artigos e de revistas indexadas.
Delimitação de tema Formação social e as expressões contemporâneas da questão social.	Questões Norteadoras Como se caracterizam as teses do capitalismo dependente e do desenvolvimento desigual e combinado? Como opera a dinâmica contemporânea do Capitalismo Dependente na América Latina em geral? Como se manifesta o desenvolvimento desigual e combinado na formação social dependente brasileira? Quais os principais impactos da mundialização neoliberal nas condições de vida da classe trabalhadora no Brasil? Quais as particularidades desses impactos nas economias de capitalismo dependente e desigual combinado e partic	Categorias Explicativas Marxismo; América Latina; Brasil; Neoliberalismo.	Instrumentos e técnicas Análise de Conteúdo e Análise documental.
Objetivo Geral Dar visibilidade às expressões contemporâneas do capitalismo dependente no Brasil, em especial a seus impactos na vida da classe trabalhadora, com vistas a contribuir com subsídios para o fortalecimento de estratégias de enfrentamento ao capitalismo.	Objetivo Específico a) Analisar a dinâmica do capitalismo dependente, em suas particularidades na Brasil; b) Identificar as determinantes do desenvolvimento desigual e combinado na formação social dependente brasileiro; c) Identificar os principais impactos desse processo nas condições de vida da classe trabalhadora no Brasil.	Categorias Analíticas Capitalismo Dependente; Desenvolvimento Desigual e Combinado; Formação Social; Superexploração; Condições de vida.	Aplicados a que documentos Teses e Dissertações (2013 2022) repositório Capes Artigos Indexados (2013 a 2022) Plataforma Scielo; Bancos de dados secundários, tais como IBGE, Auditoria da Dívida Pública, IPEA, DIEESE, Observatórios diversos.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Para fins de avaliação do Estado da Arte dos temas estudados, foram selecionadas as seguintes palavras-chave: **Capitalismo Dependente, Desenvolvimento Desigual e Combinado e Formação Social**. A partir destes termos, foi feito um levantamento no repositório da CAPES de teses e dissertações, nos programas de Serviço Social e áreas afins, no período de 2013 a 2022. Foram

identificados 63 trabalhos com a palavra “capitalismo dependente”; foram encontrados 65 trabalhos com o termo “desenvolvimento desigual e combinado” e 80 com o termo “Formação Social”, totalizando 208 documentos.

Destas, selecionamos 10 teses ou dissertações para compor a pesquisa bibliográfica. Foram considerados como critério para escolha dos mesmos, a representatividade dos autores produção teórica sobre a temática, a relevância da obra além da adequada sintonia com as questões de pesquisa.

Tabela 2 - Teses e dissertações consultadas no repositório Capes

Autor	Tese
Tatiana Brettas	Capital Financeiro Fundo Público e Políticas Sociais. (2013). UERJ.
Cristiane Luiza Sabino de Souza	Questão agrária, superexploração e migração temporária: o Vale do Jequitinhonha na dialética do desenvolvimento capitalista dependente. (2016). UFES.
Franklin Rabelo de Melo	Incidências trotskistas em Caio Prado Júnior, Ruy Mauro Marini e Florestan Fernandes. (2018). UNB.
Evelyne Medeiros Pereira	A dialética do desenvolvimento desigual interregional: a questão social no nordeste brasileiro (2007-2015). (2018). UFRJ.
Camila dos Santos Nogueira	Desvelamento de contradições da categoria superexploração da força de trabalho em Ruy Mauro Marini: elementos a partir da economia brasileira. (2019). UFES.
Laila Maria Lima	Entre o moderno e o arcaico: uma análise das relações de trabalho no setor sucroalcooleiro no contexto do capitalismo contemporâneo no Brasil. (2018). UFPB.
Clarissa Tenório Maranhão Raposo	As particularidades da questão social na realidade brasileira contemporânea. (2015). UFPE.
Mirella Rocha	Capitalismo dependente e serviço social crítica à formação social brasileira na produção teórica do Serviço Social e outras contradições. (2017). UFRJ.
Pedro Romero Marques	A economia política do sistema monetário internacional: desenvolvimento desigual e combinado e capital mundial. (2017). UFRGS.
Daniel Almentiero Gomes de Freitas	Em defesa do Trotskismo: uma análise da lei do desenvolvimento desigual e combinada. (2015). UFRJ

Elaboração do autor com base no Banco de teses da Capes (2022).

As dez teses e/ou dissertações selecionadas, dada sua abrangência, dialogam com as questões norteadoras propostas, com diferentes ênfases. Souza (2016), Raposo (2015) e Rocha (2017) destacam a atualidade do Capitalismo Dependente, bem como seus impactos no debate sobre Questão Social e da Formação Social no Brasil. Marques (2017) e Freitas (2015) discutem o desenvolvimento desigual e combinado. Medeiros (2018) e Melo (2018) associam o desenvolvimento desigual e o capitalismo dependente brasileiro. Neste contexto, Brettas (2013) analisa a Política Social e Fundo Público. Por fim, Nogueira (2019) e Lima (2018) aprofundam o debate sobre a Superexploração da Força de Trabalho.

Foram consultados, a partir dos mesmos termos, artigos disponíveis online em repositório de artigos **SCIELO** nos últimos 10 anos (2013 a 2022). Os dados são os seguintes:

Foram encontrados 9 artigos com o descritor “Desenvolvimento Desigual e Combinado”, com “Capitalismo Dependente” 44 artigos Formação Social 80 artigos, totalizando um universo de 133 artigos

Tabela 3 – Artigos

Autor	Título
Evelyne Medeiros	O Marxismo e a Questão Regional: Elementos para Análise. (2018).
Mário Guimarães Jr e Tiago Lopes	O Desenvolvimento Desigual e Combinado: paralelos entre as obras “História da Revolução Russa” de Trotsky e “Dialética da Dependência” de Ruy Mauro Marini. (2016).
Francisco Lino Aviz Neto	História, crise e luta de classes: a teoria marxista da dependência e a lei do desenvolvimento desigual e combinado. (2020).
Cristiane Sabino Souza	A indissociabilidade entre racismo e superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente. (2023).
Tatiane Brettas	Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. (2017).
Rodrigo Castelo Vinicius Ribeiro Guilherme de Rocamora	Capitalismo dependente e as origens da “questão social” no Rio de Janeiro. (2020).
Jaime Osório	Sobre superexploração e capitalismo dependente. (2018).
Luiz filgueiras	Padrão de reprodução do capital e capitalismo dependente no Brasil atual. (2018).
Marcelo Carcanholo	O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. (2014).
Mathias Luce	Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? (2013).

Fonte: Scielo (2022).

A partir da triagem dos resumos por meio do roteiro de análise foi possível sistematizar, com base em uma **amostra intencional não-probabilística**,

considerando o limite de um artigo por autor, que totalizou 20 documentos selecionados, além das 10 teses ou dissertações. Foram considerados como critério para escolha dos mesmos, a representatividade dos autores produção teórica sobre a temática, a relevância da obra além da adequada sintonia com as questões de pesquisa.

Dos referidos artigos nota-se nos artigos de Evelyne Medeiros (2018), Mario Júnior e Tiago Lopes (2016) e de Lino Neto (2020) o debate sobre o desenvolvimento desigual e combinado. Carlos Martins (2018), Luís Filgueiras (2018), Adrian Sotelo Valência (2016) e Marcelo Carcanholo (2014) versam sobre a atualidade da teoria marxista da dependência.

Sobre o tema da superexploração da força de trabalho recolhemos as contribuições de Jaime Osório (2018), Mathias Luce (2013) e Clarisse Raposo (2015). Já Cristiane Sabino Souza (2023), Maurício Ortegá (2018) e Leonardo Alves (2022) trazem o recorte étnico-racial, Mirla Cisne e Maressa Dantas (2017), e Daniella Motta (2020) agregam os recortes de gênero no debate sobre trabalho e Superexploração, bem como Carla Ferreira e Gustavo Fagundes (2021) propõe o debate interseccional de gênero, raça e classe.

Sobre o tema da formação social brasileira destacamos os artigos de Rodrigo Castelo e Guilherme Rocamora (2020) e Mauro Iasi (2019). Sobre o tema da política social e neoliberalismo selecionamos os trabalhos de Tatiana Brettas (2017) e Camila Valadão (2019).

Este levantamento demonstra a importância e a necessidade de aprofundar o tema proposto e a oportunidade de traçar paralelos e sínteses entre o desenvolvimento desigual e combinado e o capitalismo dependente nos processos históricos brasileiros. A partir destes elementos de pesquisa subdividimos esta tese nos capítulos subsequentes conforme os distintos níveis de abstração propostos por Jaime Osório (2012).

Esta investigação trabalha com os seguintes níveis de análise conforme propostos por Osório (2012):

- a) modo de produção capitalista: sua conformação, suas leis tendenciais, suas contradições insuperáveis, suas crises, a lei geral de acumulação e o atual momento de desenvolvimento e esgotamento;
- b) mercado mundial: relações de dependência e imperialismo, capital financeiro,

- o desenvolvimento desigual e combinado, além das particularidades do capitalismo dependente;
- c) padrão de reprodução do capital: forma de organização do capital, da produção do Estado em países dependentes, níveis de exploração e superexploração, impactos das condições de vida da classe trabalhadora;
 - d) formação econômico-social: histórico de conformação do Brasil, principais transições, superações e traços históricos;
 - e) conjuntura: contexto presente político, econômico e social, desigualdades mais explícitas, forças de resistência e lutas sociais, condições e modo de vida da classe trabalhadora.

Percebe-se que os níveis de análise estão, por óbvio, interligados e permanentemente correlacionados, compondo de certa forma, um *corpus teórico*. No entanto, importa considerar que enquanto os itens A, B e C são elementos predominantemente determinados pela universalidade, os níveis C, D e E são elementos em cujos condicionantes a particularidade predomina. É na dimensão E – a conjuntura que a síntese dialética se materializa. Ou ainda, o padrão de reprodução é o elemento que aparece de modo mais contundente, tanto na universalidade quanto na particularidade. Essas subdivisões têm o objetivo de apresentar formalmente os níveis de análise, mas devem servir de instrumental analítico abrangente, coerentemente com a concepção dialética dessa investigação.

2 O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfiamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das índias Orientais, a transformação da África em um cercado para caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista. (Marx, 2013, p. 960).

Em um contexto de maior abstração, cabe retomar a noção de **Modo de produção** como categoria sujeita às leis tendenciais e contratendências do desenvolvimento histórico-concreto, ou seja, sujeita às contradições, crises, transformações e revoluções.

Segundo Osório (2012), modo de produção na sua historicidade, trata das relações sociais estabelecidas em determinado contexto histórico, para organizar a produção e a reprodução econômico-política da vida em comum, mediada pelo desenvolvimento técnico das forças produtivas e das relações de poder e propriedade. Ou seja, nenhum modo de produção é eterno, regido por leis naturais ou imutáveis, muito menos por qualquer tendência moralmente solidária ou perversa de uma suposta “natureza humana”. Logo o modo de produção capitalista não foge a esta regra, neste sentido sua origem, manutenção e sua possível derrocada estão sujeitos à historicidade e as contradições sociais.

Engels (2012) destaca que nem sempre a humanidade viveu em uma sociedade de classes, aliás, a maior parte da existência da espécie humana na terra não se deu em uma sociedade de classes. Justamente as comunidades conhecidas como pré-históricas, bem como muitos povos indígenas ainda vivem (e resistem) o chamado “comunismo primitivo”, no qual o trabalho de caça e coleta era coletivo, e não havia a apropriação do excedente do trabalho alheio. Foi na medida em que se desenvolveu a agricultura e a criação de animais, as tribos passaram a sedentarizar-se, sendo então possível estabelecer-se o excedente econômico. Dessa forma surgem em um mesmo contexto histórico: a Propriedade, a Família (patriarcal) e o Estado.

Ao represar nas mãos de uma minoria os meios de produção e subsistência, e simultaneamente, privar a maioria da comunidade destes meios, origina-se o poder político e econômico, portanto, a exploração e a dominação. Minoria esta que se constitui em classe dominante, seja ela patrícia, nobre ou burguesa e que

subjuga a grande maioria da população, por relações de escravidão, servidão ou assalariamento, respectivamente.

Neste processo, a primeira divisão social do trabalho foi a dominação do homem sobre a mulher, cujo corpo se torna propriedade. Desloca-se, desta maneira, o eixo das sociedades majoritariamente matriarcais do comunismo primitivo para o patriarcado, que não nasce com o capitalismo, mas com a sociedade de classes. Esta se impõe para garantir a sucessão hereditária da propriedade desta minoria que detém o poder.

Para preservar tal poder de classe ergue-se o Estado, bem como, seus aparelhos repressivos e ideológicos. A maioria de trabalhadoras e trabalhadores, desde muito cedo, são compelidos a pagar tributos, fato este garantido por meio dos aparelhos ideológicos como a lei, a moral e a religião, ou pelos aparelhos coercitivos, dito de outra forma, o “destacamento de homens armados” (Lênin, 2012, p. 15) que detêm o monopólio do uso legal da força. Diferentemente das proposições idealistas ou contratualistas que apontam o Estado como instrumento para suprir o bem-comum, ou proteger a sociedade de um “estado de natureza”, este surge para garantir, por meio do consenso ou da coerção, a dominação e a exploração de uma classe sobre outra. Osório (2014) sintetiza:

Estado é muito mais do que dominação de classes. Mas é essencialmente dominação de classes. O Estado é muito mais do que a condensação de relações de poder, mas é fundamentalmente a principal condensação das relações de poder. O Estado é muito mais do que as relações que conformam uma comunidade, mas é essencialmente uma comunidade, porém ilusória. Enfim, o Estado é muito mais do que coerção. Mas é principalmente violência concentrada. (Osório, 2014, p. 9).

O Estado é produto e manifestação da contradição inconciliável entre as classes sociais (Lênin, 2012) e objetiva manter as relações de dominação, seja pela coerção, ou pelo consenso. Segundo o autor, necessita ser superado por um modelo de transição revolucionária que ponha fim à exploração de uma classe sobre outra, que inevitavelmente será obra da maioria explorada.

Ao longo da história com o desenvolvimento das forças produtivas e das próprias contradições entre as classes, foram se organizando diferentes modos de produção que, ao longo dos séculos, coexistiram e com a hegemonia de um ou

outro, a saber: o modo de produção asiático, escravista, feudal e, posteriormente, **o modo de produção capitalista.**

Segundo Osório (2012), este modo de produção é o primeiro na história a se impor em nível mundial, a história dos diferentes povos converge para uma história geral.

2.1 Acumulação primitiva ou expropriação originária?

Marx intitula o capítulo 24 do livro 1 de o Capital (2013) como “assim chamada acumulação primitiva” (Marx, 2013, p. 959), que nada mais é que o “mito fundacional” da ideologia burguesa: Fruto do esforço individual de trabalho e poupança, sem qualquer apoio do Estado, após gerações de riqueza acumulada seria possível alguns tornarem-se capitalistas e comprarem a força de trabalho alheia, dando-lhes emprego, uma vida regrada e condições de subsistência.

Não poderia ser menos irreal tal narrativa, já que oculta as contradições e o conflito intrínseco ao processo de acumulação capitalista. Longe de uma ação filantrópica dos proprietários dos meios de produção, a relação social de propriedade privada originou-se de um ato violento, do uso da força, da violência enquanto potência econômica (Marx, 2013).

Também não se comprova verdadeiro o mito liberal do “Estado mínimo”, de não intervenção na economia e nas relações sociais de produção. Foram, precisamente, por ação do Estado, que se originaram as formas históricas de expropriação originária de meios de produção e de subsistência.

Originária, no sentido que garantiu a base material para a transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista. Mas nem por isso arcaica, já que segue, sob novas determinações vigentes, os processos de expropriação e espoliação.

Marx (2013) destaca como formas históricas desta expropriação a verdadeira “acumulação primitiva”, em uma analogia ao “pecado original” da tradição cristã:

- a) cercamento das terras comunais;
- b) o colonialismo;
- c) a dívida pública;
- d) sistema tributário;

e) protecionismo.

A partir destes mecanismos, foi possível separar e aprofundar esta cisão, entre os trabalhadores e seus meios de produção e subsistência. É precisamente da expropriação das terras camponesas, que se formou o exército de trabalhadores “livres” de terras para o próprio cultivo, portanto livres para vender sua força de trabalho na cidade. Com isso, camponeses e artesãos, que detinham autonomia dos meios de produção, tendem a extinguir-se enquanto classe social e a proletarizar-se.

Mas dado o caráter mundial do modo de produção capitalista, não há como explicar esta acumulação originária, sem o brutal processo colonial. Foram justamente o ouro e a prata extraídos por mãos escravizadas dos povos das Américas e da África, que garantiram a riqueza necessária para concretizar a chamada revolução industrial na Europa.

Aliado a este fato, o Sistema de Dívidas Públicas, permitiram a existência de um mercado internacional de créditos, que cumpriu um histórico papel de alavancagem da acumulação, como relata Marx:

O sistema de crédito público, isto é, das dívidas do Estado, cujas origens encontramos em Gênova e Veneza já na Idade Média, apoderou-se de toda a Europa durante o período manufatureiro. O sistema colonial com seu comércio marítimo e suas guerras comerciais serviu-lhe de estufa. Assim, ele se consolidou primeiramente na Holanda. A dívida do Estado, isto é, a alienação do Estado — se despótico, constitucional ou republicano — imprime sua marca sobre a era capitalista. A única parte da assim chamada riqueza nacional que realmente entra na posse coletiva dos povos modernos é — sua dívida de Estado. Daí ser totalmente conseqüente a doutrina moderna de que um povo torna-se tanto mais rico quanto mais se endivida. O crédito público torna-se o credo do capital. E com o surgimento do endividamento do Estado, o lugar do pecado contra o Espírito Santo, para o qual não há perdão, é ocupado pela falta de fé na dívida do Estado. A dívida pública torna-se uma das mais enérgicas alavancas da acumulação primitiva. Tal como o toque de uma varinha mágica, ela dota o dinheiro improdutivo de força criadora e o transforma, desse modo, em capital, sem que tenha necessidade para tanto de se expor ao esforço e perigo inseparáveis da aplicação industrial e mesmo usurária. Os credores do Estado, na realidade, não dão nada, pois a soma emprestada é convertida em títulos da dívida, facilmente transferíveis, que continuam a funcionar em suas mãos como se fossem a mesma quantidade de dinheiro sonante. Porém, abstraindo a classe de rentistas ociosos assim criada e a riqueza improvisada dos financistas que atuam como intermediários entre o governo e a nação — como também os arrendatários de impostos, comerciantes e fabricantes privados, aos quais uma boa parcela de cada empréstimo do Estado rende o serviço de um capital caído do céu — a dívida do Estado fez prosperar as sociedades por ações, o comércio com títulos negociáveis de toda espécie, a agiotagem, em uma palavra: o jogo da Bolsa e a moderna bancocracia. (Marx, 2013, p. 373-374).

O Estado, em nome do "bem comum" que este avoca representar, aliena sua riqueza nacional, de posse coletiva, para contrair dívidas, por meio das quais são pagos juros aos seus credores. Esse "toque de mágica" da dívida transforma dinheiro imobilizado no tesouro nacional em capital, que pode ser trocado por títulos facilmente transferíveis, de modo a alavancar os empreendimentos industriais e coloniais, e bancários.

Como um instrumento requintado de saque, as dívidas tornam possível a transferência das riquezas entre nações, da colônia à metrópole. Oculta-se desta forma, a origem brutal desta riqueza extraída do trabalho escravo nas Américas, ou do trabalho infantil nas fábricas inglesas.

Se o sistema da Dívida foi fundamental na consolidação do modo de produção capitalista, para garantir esta alavancagem via Estado, cumpre um papel fundamental também o Sistema Tributário, que se eleva de forma regressiva, de modo a taxar os mais pobres, sobre o consumo de bens essenciais e básicos, e permite transferir estes tributos para as elites por meio do sistema da Dívida.

Marx (2013) por fim destaca o Protecionismo, que cumpriu um papel fundamental nas guerras comerciais e permitiu extrair ainda mais riqueza das colônias e de seus próprios trabalhadores.

Diante desses mecanismos, observa-se que a classe dos capitalistas, detentores dos meios de produção, expropriou-se originariamente destas riquezas, seja via coerção física, ou via próprio aparelho legal-administrativo do Estado. Tudo isso legitimado no direito à liberdade, à propriedade privada e à troca de mercadorias entre "iguais". Ante ao exposto, cabe elencar como funciona este modo de produção, a partir de sua forma aparente mais imediata: a troca de mercadorias.

A **mercadoria** é a célula fundamental do modo de produção capitalista, que atende às necessidades do estômago ou da fantasia (Marx, 2013). Toda mercadoria, nessa perspectiva, é dotada de uma qualidade e quantidade, que compõem **a substância e a grandeza do Valor**. Esta substância é a função que tal mercadoria atende logo um **Valor de Uso**. Enquanto grandeza do valor de diferentes mercadorias busca-se abstrair os diferentes valores de uso, para identificar seu **Valor**. Valor esse que se manifesta relacionando uma mercadoria a outra, dentro das relações sociais entre produtores. Faz-se, portanto necessário identificar o elemento em comum **entre** as diferentes mercadorias, este sim o seu **Valor**:

[...] as mercadorias possuem objetividade de valor apenas na medida em que são expressões da mesma unidade social, do trabalho humano, pois sua objetividade de valor é puramente social e, por isso, é evidente que ela só pode se manifestar numa relação social entre mercadorias. (Marx, 2013, 105).

Então a **Teoria do Valor** para Marx se estabelece pelas relações sociais de produção e troca. Valor este mensurado pelo tempo de trabalho socialmente necessário, um equivalente universal das diferentes formas de produção de mercadorias ou serviços¹. No processo de relações comerciais de diferentes trabalhos especializados, se expressa o **Valor de Troca**, como expressão do valor.

Nessa perspectiva, os diferentes valores de uso só constituem valor porque nele está cristalizado trabalho humano. Este valor mede-se por meio da quantidade de trabalho nele contida, ou seja, o tempo médio despendido na produção desta mercadoria. Este tempo de trabalho médio, ou *Socialmente Necessário*, se estabelece a partir do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. Logo, quanto maior a capacidade técnica de produção, menor o valor unitário de cada mercadoria individual.

Para que determinada matéria-prima/matéria-bruta se converta em mercadoria, é necessário extraí-la da natureza, processá-la e transformá-la. Para produzir diferentes mercadorias de diferentes valores de uso, aplicam-se diferentes **Trabalhos Concretos**, que historicamente são identificados por diferentes profissões ou categorias de trabalhadores que se especializam à medida em que se desenvolvem as forças produtivas.

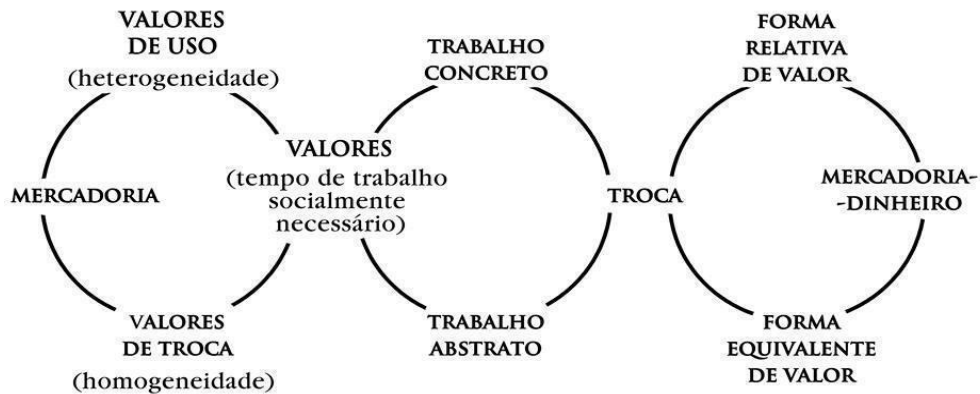
Enquanto o trabalho concreto particulariza os valores de uso produzidos, verifica-se, simultaneamente, o **Trabalho Abstrato**, que pode ser considerado o “equivalente geral” medido pelo “tempo de trabalho socialmente necessário” em diferentes trabalhos para a produção das mercadorias.

No entanto, na realidade concreta as trocas comerciais, que são anteriores ao capitalismo, realizadas entre mercadorias de qualidades diferentes, intercambiadas em variadas quantidades, constituem a forma relativa do valor. Ao longo do desenvolvimento das forças produtivas uma mercadoria específica (sal marinho, pedras preciosas, ouro, papel-moeda, etc.) cumpre a função de equivalente

¹ Entende-se aqui trabalho no sentido mais amplo, não apenas aquele que transforma materialmente a natureza, mas compreendendo inclusive o chamado trabalho imaterial, ou setor de serviços, que ganha relevância na atual fase do capitalismo.

universal, no qual é retratada a “aparência” do valor, que homogeneiza as mercadorias na forma equivalente do valor. Harvey (2013) sintetiza a lógica argumentativa desse processo na figura abaixo:

Figura 1: Valor - Trabalho em Marx



Fonte: Harvey (2013, p. 35).

Oculto-se, nas unidades monetárias, o tempo de trabalho exercido e explorado, fenômeno este que constitui o fetiche da mercadoria. Por trás da mercadoria, que é trocada pela mercadoria dinheiro, oculta-se um processo de trabalho, que consiste em uma mercadoria diferenciada, com características fundamentais.

2.2 Força de trabalho valor e mais-valia

Entre todas as mercadorias no modo de produção capitalista, destaca-se a Força de Trabalho, fundamental para que existam todas as outras. Pois seu valor de uso é o exercício do trabalho agregando novo valor. Seu equivalente valor de troca é o conjunto de bens e serviços que permitam sua sobrevivência e manutenção enquanto sujeito trabalhador, e seu núcleo familiar.

A força de trabalho ao ser vendida para o capitalista, por um determinado período, em que parte do tempo é dedicado à reprodução da mesma (**tempo de trabalho necessário**, traduzido monetariamente em **salário**), enquanto outra parcela é dedicada a produzir o **lucro** ao patrão (tempo de **trabalho excedente**). Essa diferença entre a riqueza produzida e a remuneração do trabalhador chama-se **mais-valia**. Tal fato é a fonte basilar do lucro capitalista, eis o grande conflito entre

as elites e os trabalhadores, uma disputa inconciliável pelo excedente socialmente produzido entre trabalhadores e proprietários é a raiz da luta de classes e da sociabilidade capitalista.

Observamos os mecanismos de extração de Mais Valia na figura abaixo:



Fonte: Teodoro (2019).

Na ilustração apresentam-se dois mecanismos fundamentais de extração de mais-valia que operam de forma concomitante. A **mais-valia absoluta** é fruto da imposição do prolongamento do tempo de trabalho excedente, portanto mais horas produzindo valores para o capitalista. Enquanto a **mais-valia relativa** é fruto da redução do tempo de trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho do trabalhador, que pode ocorrer com o barateamento de bens básicos para sua subsistência.

No exemplo acima, em valores arbitrários, mostra-se um trabalhador cuja jornada de trabalho é de 8h diárias, 3h delas destinadas à sua reprodução, enquanto 5h destinadas à extração de excedente. A mais-valia absoluta opera por meio do prolongamento deste período, (por exemplo, para 9h); a mais-valia relativa ocorre com a redução do tempo necessário, (por exemplo, para 2h). Em ambos os casos, esses fenômenos levam a ampliação de horas excedentes e, portanto, ao incremento do lucro do capitalista.

Além do **tempo de trabalho**, cabe elencar as variáveis que incidem na exploração da força de trabalho, como a **intensidade do trabalho**, que é medida pelo desgaste físico e mental do trabalhador, em uma mesma janela de tempo, bem como a **produtividade do trabalho**, aumentada recorrentemente por meio de tecnologias, maquinários e técnicas de gestão.

Os salários podem ser pagos de diferentes formas, como **salários por tempo**, comum em contratos formais de trabalho com jornada e salário pré-definidos, outro tipo de remuneração são os **salários por peça**, são pagos de forma variável à medida que são entregues bens e serviços. Verifica-se atualmente que vem crescendo esta modalidade por meio de trabalhos informais mediados por aplicativos e plataformas digitais.

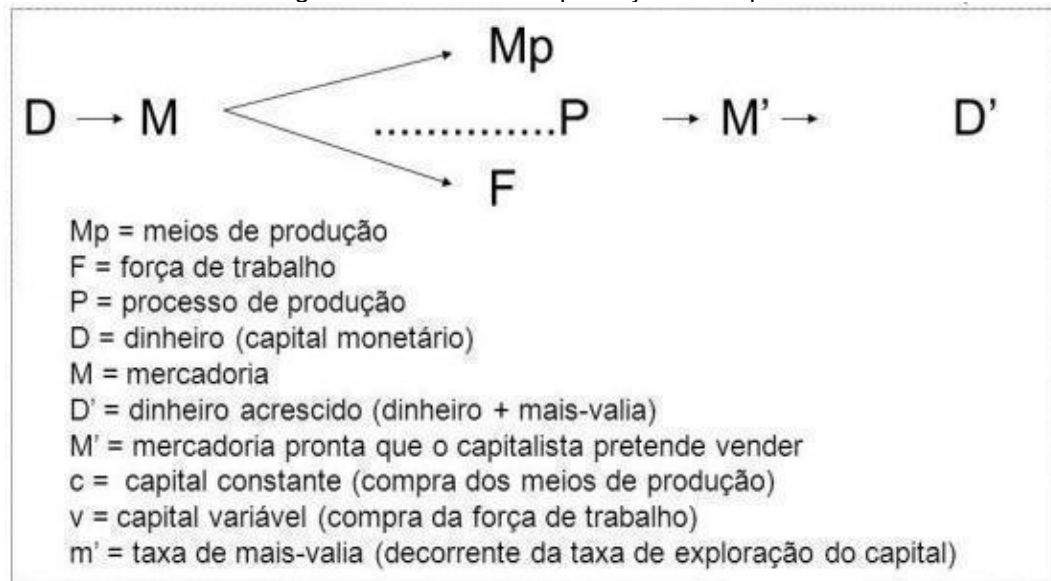
Os salários são regidos pela luta entre trabalho e capital. As variáveis que mediam o valor histórico- moral, bem como a intensidade da extração da mais-valia, diz respeito à correlação de forças entre as classes sociais em um dado momento histórico.

2.3 Acumulação e movimento do capital

Por meio deste expediente de exploração da força de trabalho, são produzidas as mercadorias dotadas de mais-valia. Estas precisam ser vendidas para a realização da mais-valia, que se converte em lucro, que será em parte reinvestido na produção, outra parte distribuída na forma de dividendos entre os capitalistas.

Para realizar a acumulação capitalista, não basta juntar grande quantia em dinheiro, nem entesourá-lo. O capital, enquanto relação social requer a movimentação deste dinheiro, acumulando mais e mais valor. O capital para se movimentar não precisa deslocar-se nem no espaço nem tempo, mas precisa metamorfosear-se, em diferentes formas funcionais. Se na sociedade mercantil a finalidade é trocar diferentes mercadorias, mediadas pelo dinheiro (M-D-M); na sociedade capitalista contemporânea, o dinheiro toma o protagonismo. Ao invés de meio para adquirir diferentes valores de uso, o objetivo é produzir para trocar por mais dinheiro. Abaixo ilustra-se o ciclo de produção e reprodução do capital:

Figura 3 – O ciclo de Reprodução do Capital



Fonte: Netto (2012, p. 141).

Como se pode observar na figura acima, representam-se as três fases do ciclo da reprodução do capital. Na primeira fase o capitalista dispõe de dinheiro na forma de **capital monetário (D)** com o qual adquire as seguintes mercadorias: **Meios de Produção (MP)** e **Força de Trabalho (F)**. Na segunda fase, da produção, os trabalhadores, ao utilizar a sua força de trabalho no processo produtivo (P), manuseiam tais objetos e instrumentos de trabalho e produzem novas mercadorias (M') acrescidas de **mais-valia**, que são dispostas no mercado para consumo. Na fase da realização tais **mercadorias são trocadas por dinheiro (D')**, sendo este usufruído como lucro do capitalista, enquanto outra parte é reaplicada na produção.

Portanto, o capital assume diferentes formas funcionais: Dinheiro, Mercadoria e Produção.

As mercadorias em geral que são empregadas como meios e instrumentos de produção transferem o próprio valor, **o capital constante**, para novas mercadorias. Diferentemente dessas, a força de trabalho, ao ter o seu valor historicamente determinado pela correlação de forças no enfrentamento capital-trabalho, caracteriza-se como **capital variável**.

O capitalista busca maior taxa de lucro, no menor tempo possível de rotações deste ciclo, sob a constante pressão da concorrência intercapitalista. Deve, portanto, seguir acumulando para se manter na condição de capitalista e, para tanto, necessita investir em capital constante e variável, sob pena de ser subsumido neste

processo de concorrência. A proporção entre estes capitais constantes e variáveis é medida pela **Composição Orgânica do Capital**.

Eis aqui a **lei geral de acumulação de capital**: em um polo, acumulação de riqueza concentrada, noutro, exploração, miséria e privação dos meios de vida. Para que haja acumulação de capital, é necessário ampliar a proporção do capital constante sobre o variável, ou seja, extrair mais valor ao longo de um menor tempo, e de um menor número de trabalhadores, para com isto instituir-se um enorme contingente humano “livre” dos meios de produção e submetido ao máximo pauperismo (Marx, 2013).

A manutenção deste excedente de força de trabalho desempregada, conhecido como **exército de reserva**, eleva a oferta de força de trabalho, fato que aumenta a concorrência entre os próprios trabalhadores e limita os salários. Ou seja, a população trabalhadora cresce mais rápido que a demanda de força de trabalho por parte dos capitalistas. Por isso a pobreza e o desemprego são constitutivos e estruturais na sociabilidade do capital.

Quanto maior a proporção de Capital Constante (tecnologia, produtividade) menor o preço médio da mercadoria, maior potencial de realização do valor², por meio do qual é possível extrair lucros extraordinários de uma empresa capitalista para outra, ao praticar preços abaixo dos concorrentes, inviabilizando sua operação.

De forma inversamente proporcional, quanto maior a proporção do Capital Variável, maior a possibilidade de extrair mais-valia (seja de forma absoluta ou relativa) e gerar mais-valor, que apenas pode ser realizado se houver êxito na venda da mercadoria.

À medida que se acumula capital ocorrem dois fenômenos, a saber: a **Concentração de Capital** em número cada vez menor de capitalistas, fruto da exploração do trabalho; e a **Centralização de Capital** advinda do lucro extraordinário, com a absorção de capitalistas concorrentes (Marx, 2013). Para que haja tal acumulação de capital, é necessário um enorme contingente humano excedente de força de trabalho, apartado do processo produtivo e submetido ao máximo pauperismo. Como vimos, a gênese da Questão Social está na contradição

² Com a elevação da composição orgânica verifica-se o fenômeno do Lucro extraordinário que é produto da mais-valia extraordinária extraída por meio da concorrência intercapitalista, na qual as empresas com maior composição orgânica (ou seja, maior produtividade), conseguem produzir mercadorias de menor valor unitário, que tende ao maior sucesso na fase de realização do capital, em detrimento de outros capitalistas do mesmo ramo.

inexorável entre socialização da produção e apropriação privada e concentrada da riqueza socialmente produzida, portanto, é insolúvel nos marcos capitalista.

Nesse processo, ganham força os bancos, que centralizam meios de pagamento e garantem aportes para grandes empreendimentos industriais, de modo que o capital industrial e bancário fundem-se enquanto “Capital Financeiro”.

Este possui duas formas funcionais: **O Capital Portador de Juros**, no qual um capitalista adianta dinheiro para outro, de modo a acelerar ou ampliar a produção em troca da devolução deste dinheiro, acrescido de juros, como uma fração do lucro obtido na produção, a ser compartilhado com o capitalista que adiantara o dinheiro, como detalha Marx:

O possuidor de dinheiro como **capital portador de juros**, aliena-o a um terceiro, lança-o na circulação, converte-o em mercadoria como capital; e não só como capital para ele mesmo, mas também para outros; ele não é capital apenas para quem o aliena, mas é desde o início transferido a um terceiro como capital, como valor que possui o valor de uso de criar mais-valor, lucro; como um valor que conserva a si mesmo no movimento e que, depois de ter funcionado, retorna àquele que o desembolsou originalmente, no caso em questão, ao possuidor do dinheiro; portanto, um valor que só por algum tempo permanece distante de quem o desembolsou, que só transita temporariamente das mãos de seu proprietário para as mãos do capitalista em atividade e que, por conseguinte, não é pago nem vendido, mas apenas emprestado; um valor que só é alienado sob a condição de, em primeiro lugar, retornar ao seu ponto de partida após determinado prazo e, em segundo lugar, retornar como capital realizado, isto é, tendo cumprido seu valor de uso, que consiste em produzir mais-valor (Marx, 2013, p. 390-391).

À medida que crescem estas operações de empréstimo de capital, em troca do direito de apropriação futura, este também passa a ser revendido no mercado na Forma de **Capital Fictício**, que adquire uma aparente autonomia, como detalha o autor:

A formação do capital fictício tem o nome de capitalização. Para capitalizar cada receita que se repete com regularidade, o que se faz é calculá-la sob a base da taxa média de juros, como o rendimento que um capital emprestado a essa taxa de juros proporcionaria [...] (Marx, 2013, p. 524).

Este capital, como uma “sombra” do capital portador de juros, valoriza-se a partir da “expectativa de apropriação futura” de capital ainda não produzido. Este se torna mercadoria negociada na forma de ações, derivativos, debêntures, títulos da dívida pública e demais papéis.

Carcanholo (2018) destaca que dialeticamente, do ponto de vista proprietário individual destes títulos de apropriação futura, constitui, de fato, seu capital; já na

perspectiva da totalidade do capital, constitui um capital fictício, já que possui como base a mera expectativa de algo que pode ou não se concretizar. Neste contexto, o capitalismo avança para sua “fase superior”, monopolista e imperialista (Lênin, 2011), na qual o mundo divide-se em **potências imperialistas e periferias dependentes**.

À medida que o capital se acumula, busca a maior produção com o menor número de trabalhadores, o sistema expõe-se às crises cíclicas e estruturais, nas quais há uma incapacidade de realiza o valor, devido à **superprodução** de capital, seja na forma capital-mercadoria, capital-dinheiro ou capital-produtivo (Carcanholo, 2018). Infere-se daí que, paradoxalmente, as crises do capital são de excesso e não de escassez de produção.

Estas contradições revelam uma **tendência à queda da taxa de lucro**, lei histórica tendencial, na qual o capitalista ao expandir a proporção de capital constante sobre o variável, de modo a aumentar a produção de valores gera este fenômeno. Ou seja, mesmo que atinja uma elevada massa (em número absoluto) de lucro, há uma redução da taxa (percentual) de lucro, devido a menor mais-valia agregada. Nessa conjuntura, os capitalistas buscam uma série de expedientes contratendências, detalhados no livro 3 d’o Capital (2017), a saber:

- a) aumento do grau de exploração do trabalho;
- b) compressão do salário abaixo do seu valor;
- c) barateamento dos elementos que constituem o capital constante;
- d) incremento substantivo do desemprego e do subemprego;
- e) ampliação do comércio exterior no mercado mundial;
- f) aumento do capital fictício.

Para contrarrestar a tendência de queda da taxa de lucro, o capital busca incrementar a exploração do trabalho por meio da intensificação e prolongamento da jornada de trabalho, bem como da remuneração abaixo do valor estabelecido socialmente, que se torna possível dada à disponibilidade para venda da força de trabalho. Com o aumento da produtividade e da composição orgânica do capital, se produz mais com menos trabalhadores. Por fim, o próprio incremento do mercado mundial e a financeirização permitem conter eventuais problemas na realização do valor.

A partir deste breve resumo, cabe investigar como o modo de produção capitalista organiza-se de forma desigual e combinada entre centro e periferia do Mercado Mundial.

3 O SISTEMA MUNDIAL: IMPERIALISMO E DEPENDÊNCIA

O marxismo procede da economia mundial, considerada não como simples adição de suas unidades nacionais, mas como uma poderosa realidade independente, criada pela divisão internacional do trabalho e pelo mercado mundial, que, em nossa época, domina do alto os mercados nacionais. As forças produtivas da sociedade capitalista já ultrapassaram, há muito tempo, as fronteiras nacionais. (Trotsky, 2011, p. 4).

No capítulo anterior tratamos das características mais amplas e universais da acumulação capitalista descritas em “O Capital”, nesse capítulo buscamos avançar para compreender a estrutura e a dinâmica do capitalismo, enquanto mercado mundial. Cabe lembrar que embora o sistema seja um modo de produção mundial ele é por essência *heterogêneo*, dotado de uma divisão internacional do trabalho, de fluxos de capitais que dividem os diferentes países do globo em centros, periferias e semiperiferias. Portanto, estabelece-se a dialética imperialismo-dependência. Segundo Osório (2012), na atual fase da maturação do capitalismo, os países podem ser agrupados da seguinte forma:

Entre economias imperialistas (como Estados Unidos e Alemanha), semiperiferias imperialistas (como Espanha), subimperialismos dependentes (como Brasil), economias dependentes (Peru e Chile) e periferias (países da África), sendo que nas três primeiras prevalece a apropriação do valor – apesar de que a partir das segundas também há cedência de valor – e nas duas últimas prevalecem as transferências de valor para todas as anteriores, sob diferentes mecanismos, segundo os diversos momentos históricos. É com base nessas relações que os problemas do desenvolvimento e do subdesenvolvimento encontram sentido, e não mediante a consideração de economias isoladas como fazem diversas escolas econômicas e organismos internacionais reiteradamente e sob discursos que apenas mudam de forma (Osório, 2012, p. 39).

Com base nessa afirmação torna-se inviável estudar o desenvolvimento capitalista, sem uma compreensão do papel de cada economia no sistema mundial, tanto no nível de sua compreensão e análise, como, sobretudo, na sua eventual superação revolucionária. O Internacionalismo classista está, portanto, na raiz teórica e política do pensamento marxista.

Para aprofundar as relações centro-periferia, no contexto de mundialização das finanças, cabe retomar o processo histórico da organização do modo de produção capitalista mediada pelo desenvolvimento das forças produtivas e da luta de classes, bem como três fundamentos teóricos desenvolvidos por autores e

militantes marxistas ao longo do século XX. Dando continuidade a elaboração original de Marx e Engels (1977), refletindo o contexto histórico de seu tempo, será introduzida no debate no presente capítulo:

- a) A **Teoria do Imperialismo**, desenvolvida por Lênin, Rosa Luxemburgo e Hilferding;
- b) A **Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado** desenvolvida por Trotsky, Novack, Lowy e Moreno;
- c) A **Teoria Marxista da Dependência** desenvolvida por Rui Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e Gunder Frank.

3.1 Imperialismo: a centralidade do capital

Mandel (1985) periodiza a história do desenvolvimento do mercado mundial em três períodos, a saber: o capitalismo concorrencial, o capitalismo monopolista e o capitalismo tardio. O primeiro período, que retrata o início da revolução industrial até a transição para o século XX, foi aquele no qual se estabeleceram as bases da produção capitalista industrial e o regime de assalariamento, segundo as leis fundamentais de acumulação e reprodução do capital, descrito por Marx ao longo dos três tomos d'O Capital. À medida que se acumula capital observa-se a concentração e centralização do mesmo, condições essas que propiciam o exercício do **monopólio** e do **imperialismo**, produzidos na *fase superior* (Lênin, 2011) do capitalismo.

Com o desenvolvimento das forças produtivas na transição para o século XX, a “Livre Concorrência”, até então predominante, tende ao monopólio e a formação de conglomerados, holdings, trustes e cartéis. O capital industrial e bancário concentra-se e centraliza-se em cada vez menos mãos, unificadas enquanto **Capital Financeiro**.

Hilferding ([1910], 1985) cunha este termo como resultado da fusão dos capitais bancário e industrial, por meio de empréstimos adquiridos por capitalistas industriais para montar ou ampliar seus negócios. Conforme o autor:

Chamo de capital financeiro o capital bancário, portanto o capital em forma de dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial. Mantém sempre a forma de dinheiro ante os proprietários, é aplicado por eles em forma de capital monetário – de capital rendoso – e

sempre pode ser retirado por eles na forma de dinheiro. Mas, na verdade, a maior parte do capital investido dessa forma nos bancos é transformado em capital industrial, produtivo (meios de produção e força de trabalho) e imobilizado no processo de produção. Uma parte cada vez maior do capital empregado na indústria é capital financeiro, capital à disposição dos bancos e, pelos industriais (Hilferding, [1910], 1985, p. 219).

O capitalismo avança para sua fase madura, monopolista, ou imperialista, a qual Vladimir Lênin, principal liderança da Revolução Russa, apresenta em sua obra 'Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo' ([1917], 2011). Lênin aprofunda a discussão sobre o Capital Financeiro, pois não se trata apenas de constatar que os bancos passam a participar da transformação do capital monetário em industrial, mas de uma junção destas frações do capital em um momento histórico específico, produto da concentração e centralização de capitais, em cada vez menos mãos. Estes agentes adquirem, o caráter de **“oligarquias financeiras”** com capital e poder sobre toda a cadeia produtiva:

À medida que vão aumentando as operações bancárias e se concentram num número reduzido de estabelecimentos, os bancos convertem-se de modestos intermediários que eram antes, em monopolistas onipotentes, que dispõem de quase todo capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas e pequenos patrões, bem como da maior parte dos meios de produção e das matérias primas de um ou de muitos países. Esta transformação dos numerosos modestos intermediários num punhado de monopolistas constitui um dos processos fundamentais da transformação do capitalismo em imperialismo capitalista, [...] (Lênin, 1979. p. 597).

Segundo Brettas (2017) este processo gera concentração e centralização do poder destes grandes capitalistas, não só devido a ampliação de possibilidades de investimento, bem como pela fragmentação da propriedade da empresa, fato que aumenta o poder de mando do grande acionista. Este já não precisa mais deter todo o capital necessário para produzir, basta que detenha a maioria das ações para exercer o total controle sobre a produção. Com cada vez mais novos investidores pulverizados, menor será o percentual que a oligarquia financeira precisa para controlar a empresa (inclusive com menos da metade das ações, com 20% à 30% destas). Lênin (2012, p. 77) destaca que “a ‘democratização’ da posse das ações é na realidade um dos meios de reforçar o poder dos grandes bancos.”.

Portanto, uma parte cada vez maior do capital não pertence aos industriais que o utilizam. Estes podem dispor do capital unicamente por intermédio dos bancos, que representam para eles os proprietários desse capital. Por outro lado, os bancos se vêm obrigados a destinar uma parte cada vez maior desse capital para a

indústria, pois assim esse capital se converte em proporções crescentes de capital e extração de mais-valia.

Baseado nisso, Lênin (2012) conclui que, dado o avanço da internacionalização do Capital e sua monopolização, é neste período que se inaugura a fase superior do Capitalismo. O Autor sintetiza esse período em cinco características fundamentais do imperialismo:

- a) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que cria os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica;
- b) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse capital financeiro da oligarquia financeira;
- c) **a exportação de capitais**, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande;
- d) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si;
- e) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes.

Neste cenário, a concentração bancária garantiu aportes para grandes empreendimentos industriais e a remuneração por elevadas taxas de juros. Se o que caracterizou o “velho capitalismo” foi a livre concorrência e a exportação de mercadorias, na chamada “fase superior”, dominada pelos monopólios e na qual se exporta capitais (Lênin, [1917] 2012), que assume um papel diferenciado. Como detalha o autor:

O imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral. Mas o capitalismo só se transformou em imperialismo capitalista quando chegou a um determinado grau, muito elevado, do seu desenvolvimento, quando algumas das características fundamentais do capitalismo começaram a transformar-se na sua antítese, quando ganharam corpo e se manifestaram em toda a linha os traços da época de transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada (Lênin, 2012, p. 216).

Portanto, para Lênin, o imperialismo é a fase do desenvolvimento capitalista, que ganhou corpo com a dominação dos monopólios e do capital financeiro e da

exportação de capitais. Isso acarretou a “partilha do mundo” entre os trustes das potências imperialistas, ora de forma pacífica, ora por meio de guerras, considerando que os países centrais, exportam capitais para as economias periféricas, sejam estes produtos manufaturados, tecnologia, simplesmente empréstimos ou aplicações acionárias. Desta forma, o capital financeiro, onde antes se apresentava uma clara divisão entre os capitais funcionantes e os prestamistas, assume caráter diverso. Agora o mesmo capitalista individual (ou conglomerado) investe nos dois ramos buscando a maior rentabilidade.

Bianchi (2023) observa que Lenin e Hilferding (1985) analisavam o mesmo fenômeno, a partir de óticas diferentes. Enquanto o primeiro enfatiza o “desenvolvimento desigual” entre diferentes ramos industriais e países, que fomenta os conflitos Inter imperialistas, o segundo, destaca a expansão imperialista e as relações sociais capitalistas, bem como, a transformação e o caráter combinado desse desenvolvimento.

Paradoxalmente, segundo Durans e Nascimento (2018), o capitalismo monopolista criou uma circunstância de crescimento econômico que possibilitou a implantação de algumas reformas que permitiram melhorias nas condições de trabalho e salário da classe trabalhadora dos países centrais, classe essa que já se organizavam em sindicatos e partidos operários. É nesse processo que foram geradas as bases materiais para o surgimento da “aristocracia operária”, beneficiada materialmente no desenvolvimento capitalista, segmento esse que ganha força na classe com as teses reformistas, em oposição às posições revolucionárias.

Segundo Toussaint (2022) um número significativo de líderes “socialistas” apoiou a expansão colonial na África e na Ásia. Especialmente na Alemanha, do início do século XX, período de ascensão do Partido Social-Democrata Alemão (SPD) liderado por Bernstein, que defendia a tese de reformar o sistema capitalista por meio do desenvolvimento e da distribuição da riqueza, com a mediação do parlamento, espaço no qual os social-democratas detinham significativo poder.

Rosa Luxemburgo, por sua vez, se opunha totalmente a esta orientação e denunciava a pilhagem e destruição colonial das estruturas tradicionais e comunitárias das sociedades pré-capitalistas a serviço da expansão do capital. Em sua obra Reforma ou Revolução (1886) aponta as contradições do modo de produção e a inviabilidade da tese do “socialismo de acionistas”, pois na verdade à

dispersão da propriedade das ações, mesmo que adquiridas pelos trabalhadores, materializam a sua efetiva concentração nos mais diversos monopólios, que movem estas pequenas fortunas reunidas para extração de mais-valia.

Esse processo ocorre em um contexto no qual o Estado passa a assumir maiores funções políticas e, inclusive bélicas, para preservar o interesse dos monopólios. Ampliam-se nos países centrais, os mecanismos *contraditórios* da Seguridade Social, que socializa os custos da reprodução da força de trabalho, ao responder à pressão dos trabalhadores, sem deixar, no entanto, de proteger os interesses do capital.

Rosa Luxemburgo delimita a diferença entre **reformistas** e **revolucionários** no contexto do capitalismo monopolista, sendo que os primeiros apostam na melhoria das condições da classe trabalhadora como produto do desenvolvimento capitalista e a parcialmente justa distribuição de sua riqueza (às custas do colonialismo de outros povos). Já os revolucionários lutam por uma mudança estrutural do sistema de produção, sem negar eventuais reformas conquistadas pela classe trabalhadora, reconhecendo-as como um meio e não um fim em si mesmas.

Tal contradição ficou exposta após o apoio aos “créditos de guerra”, defendido pela ala reformista e majoritária dos social-democratas, que em nome da expansão colonial e do desenvolvimento nacional, justificaram o papel da Alemanha na primeira grande guerra mundial imperialista, fato que levou milhões de trabalhadores à morte em nome da acumulação das burguesias nacionais.

Ainda nessa perspectiva, Rosa Luxemburgo construiu uma argumentação substancial para se opuser às orientações pró-colonialistas e colaboracionistas de classe, dentro da social-democracia alemã. À luz do seu estudo sobre o Imperialismo, em sua obra “Acumulação do Capital” ([1912], 1970), a autora aprofunda a crítica aos clássicos da economia política burguesa e os coloca sob o olhar da crítica marxista. Ainda aponta quais mecanismos o capital busca, para obter uma reprodução ampliada, que ao contrário do que pregam os liberais, não é infinita e tende a se reduzir. Denuncia também os mecanismos do imperialismo para exportar capital para novas fronteiras exógenas, para escoar capital e mercadorias e prosseguir ampliando a sua taxa de lucro. Esse fenômeno ocorre, por meio de empréstimos, investimentos, construção de ferrovias e minas, protecionismo e guerras, portanto, pode-se inferir que reatualiza os mecanismos da acumulação primitiva do capital.

Rosa Luxemburgo destaca os empréstimos internacionais como o caminho mais seguro para os velhos países capitalistas manterem os países periféricos sob seu controle. O sistema de empréstimos com a expansão das Dívidas Públicas permite ao capital conter a contradição entre a realização da mais valia com a capitalização da mesma, segundo a autora:

Essas contradições do sistema de empréstimos internacionais são uma demonstração clássica de até que ponto as condições de realização e capitalização da mais-valia se acham separadas no tempo e no espaço. A realização da mais-valia só exige a difusão geral da produção de mercadorias, enquanto sua capitalização exige, pelo contrário, o deslocamento progressivo da produção simples de mercadorias pela produção capitalista. Com isso, tanto a realização como a capitalização da mais-valia vão-se reduzindo progressivamente a limites mais estreitos (Luxemburgo, 1986, p. 367).

Na fase imperialista da acumulação do capital, em alguns casos, países atrasados passam a industrializar-se e desenvolver a sua indústria, por meio das quais o capital intensifica a extração de mais-valia considerando o caso da América Latina, desde os processos de independência nacional, verificou-se um processo de endividamento estatal, com maciço pagamento de juros. Paiva e Ouriques (2006) destacam que assim o Estado assume a tarefa de abastecer de capital, tanto em relação às oligarquias financeiras nacionais, quanto às potências imperialistas (inicialmente a Inglaterra e, ao longo do século XX, os Estados Unidos). Segundo Toussant (2022): tal sistema de empréstimo foi fundamental para a emancipação destes Estados que adentram o Mercado Mundial, sob tutela das potências imperialistas.

Infere-se desse contexto que o papel dos empréstimos internacionais é um mecanismo fundamental de exploração da classe trabalhadora e se institui como instrumento de submissão dos países periféricos aos interesses das potências capitalistas. Marx (1985) ao tratar da lei geral de Acumulação Capitalista destaca que as duas alavancas de maior concentração do capital são o crédito e a concorrência. No caso do primeiro, o crédito implica o endividamento que faz com que a dependência se perpetue por períodos infundáveis e à concorrência induz tendencialmente ao monopólio

3.2 O desenvolvimento desigual e combinado

Dado o caráter imperialista do mercado mundial, consiste em um equívoco tratar de cada “fase” do capital como uma evolução linear nas economias nacionais, muito antes pelo contrário, trata-se como já vimos anteriormente, de novos anéis no desenvolvimento em espiral capitalista. Tal fato comprova a vivacidade da escola marxista, que apreende as novas determinações e contradições que o capital engendra como relação social que consegue acumular no aprofundamento de novos conflitos.

Nesse contexto, torna-se necessário afastar-se da leitura dogmática e mecanicista de Marx, que previa o desenvolvimento histórico e as revoluções primeiramente nos países centrais, dado o desenvolvimento das forças produtivas. Segundo Medeiros e Bezerra (2019) a tese do **Desenvolvimento Desigual e Combinado** encontra base na própria obra de Marx e de Lênin, que vem ser posteriormente sintetizada por Trotsky. Marx (1991), em sua obra “Formações econômicas pré-capitalistas” destaca, à luz do seu rigor dialético, que a transformação de dinheiro em capital requer um processo histórico que separe as condições objetivas do trabalho das condições para sua realização.

Nahuel Moreno (2007) aponta que Marx não desenvolve uma lei específica, porém reconhece ainda no século XIX, que há um desenvolvimento desigual entre os diferentes ramos da sociedade e novas estruturas sociais e esses são produto da fusão entre diferentes modos de produção,

Portanto, verifica-se um processo de desenvolvimento histórico desigual, em que estruturas de produção mais avançadas suprimem as outras, sem que haja a sua desaparecimento, mas uma situação inter-relacional entre ambas. Deve-se ressaltar ainda que a universalização do modo de produção capitalista, em ato de força, busca eliminar gradualmente as formas tradicionais de produção.

Segundo Castelo (2012), a partir do método leninista de “análises concretas de situações concretas”, muitas lideranças marxistas do início do século XX, ao lidar com contextos sociais de países periféricos, observam particulares contradições em seu desenvolvimento que abririam brechas para processos revolucionários futuros. Entre eles, o próprio Lênin em “O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia” ([1899] 1982), observa a contradição entre o papel da agricultura e da indústria, entre mercado interno e externo. O autor verifica a desintegração do campesinato e

sua progressiva proletarização. Este enorme contingente de assalariados agrícolas tem dois caminhos a seguir: migrar para as cidades ou reestruturar a produção de suas pequenas terras.

Coexistem, no período estudado, um amplo exército de assalariados urbanos, assalariados rurais com pequenas propriedades que deixam de ser camponesas, e são introduzidos novos insumos e contratam trabalho assalariado para abastecer o mercado interno. Portanto, a lógica interna de funcionamento do capitalismo russo não produziu um desenvolvimento uniforme na agricultura nem na indústria, articulada ao capital estrangeiro que tomou parte deste processo. Lênin (1982) avalia as características atrasadas e adiantadas mescladas no interior de um mesmo processo histórico.

Chega a conclusões similares às de Rosa Luxemburgo (1986) em a “Acumulação Capitalista: contribuição ao estudo econômico do imperialismo”, como apresentado anteriormente, destaca a centralidade do fluxo de empréstimos estrangeiros aos países periféricos para dar vazão à acumulação imperialista central, em que coexistem diferentes níveis de desenvolvimento no qual se observa o desenvolvimento imperialista dependente da manutenção de um desenvolvimento retardatário da periferia.

Medeiros e Bezerra (2019), também destacam o trabalho de Antônio Gramsci e José Carlos Mariátegui ambos motivados pela necessidade de transformação social em diferentes realidades, ambas periféricas à época, respectivamente Itália e Peru. Desvelam particularidades no desenvolvimento do capitalismo não apenas nessas nações, mas seu papel no complexo do capital mundial.

Gramsci (2002), ao tratar sobre a modernização do Estado capitalista na Itália, pólo atrasado no contexto da Europa Ocidental, onde coexistiam o desenvolvimento urbano e industrial do norte, frente ao sul rural e atrasado, descreve um processo de “revolução passiva”. Ou seja, uma revolução sem revolução”, encabeçada pelas elites, com características de restauracionistas, incorporando em parte demandas populares.

Mariátegui (2010) identifica a particularidade da questão indígena andina, nos países latino-americanos, em especial o Peru. O autor tece uma dura crítica ao pensamento eurocêntrico, entendendo que uma eventual transição socialista em seu país demandaria uma aliança operário-camponesa e o enfrentamento das particularidades dos povos indígenas junto à questão agrária. Atuam de forma

simultânea, na formação social peruana três modos de produção: Sob o regime de economia feudal nascido da conquista subsistem na serra alguns resíduos ainda vivos da economia comunista indígena. Na costa, sobre um solo feudal, cresce uma economia burguesa” (Mariatégui, 2010, p. 46).

O autor é um dos pioneiros a identificar na América Latina a implantação de diferentes modos de produção, enlaçados de maneira simultânea, ainda que com diferentes temporalidades. O autor estuda a formação social peruana específica para pensar a revolução. Propõe o premente o desafio de mediar o singular e o universal. Todos estes, embora observem as leis gerais de acumulação capitalista, identificam, nestas economias periféricas, suas especificidades históricas, e não simplesmente aplicação de padrões históricos observados nos países centrais.

O capitalismo se universaliza, mas não de forma homogênea, assim se impõe à lei tendencial do “Desenvolvimento Desigual e Combinado” (1977), formulada por Leon Trotsky. Esta tese começa a tomar forma em “Balanços e Perspectivas” (1906) no qual observa que o modo de produção capitalista tornou o mundo um único grande organismo político e econômico, portanto, a análise da economia russa não deve partir do particular para o geral, mas justamente o seu contrário. Sobretudo ao descrever a Revolução de 1905 nesse país periférico de proporções continentais, no qual se verificam diferentes modos de produção sob a influência imperialista externa.

Já em “A História da Revolução Russa” (2007), inspirada no próprio processo revolucionário russo, Trotsky aprofunda o termo **Desenvolvimento Desigual e Combinado**, que consiste no princípio da não-linearidade do processo histórico. O desenvolvimento capitalista necessita da existência entre o moderno e o arcaico em sua unidade contraditória:

A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processo histórico, evidencia-se com maior complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas” (Trotsky, 2007, p. 25).

O caráter desigual é inerente ao processo histórico de desenvolvimento das múltiplas sociedades no mundo, com diversas experiências e em níveis e avanço técnico no domínio dos meios de produção e reprodução social. Porém nenhuma

sociedade desenvolve-se completamente isolada, e a própria expansão capitalista gera o caráter combinado, principalmente em sua fase imperialista³, ao instituir um mercado mundial em que as grandes potências apropriam-se da riqueza produzida não só por seus trabalhadores locais, como àquelas produzidas em qualquer outro rincão do mundo. Trotsky ressalta que justamente devido a ação de dominação destas potências imperialistas com a espoliação e dominação dos demais povos, apenas uma minoria de países percorrerá todas as etapas sistemáticas do artesanato, para a manufatura e daí até a grande indústria.

Precisamente porque o capitalismo é o primeiro modo de produção a atingir caráter mundial, ou seja, ainda que heterogêneo, é justamente em sua fase imperialista, entre o final do século XIX e o início do século XX, que tal tese ganha caráter de lei. Nessa perspectiva, o capitalismo, exclui a possibilidade de uma repetição simples das formas de desenvolvimento realizada por outras nações. Sob o jugo das potências capitalistas, os “países atrasados” têm o “privilégio” de assimilar os avanços materiais, contornando etapas transitórias do processo histórico daqueles povos “modernos”.

George Novack (1968), afirma tal tese como “a lei científica mais abrangente do processo histórico”, dado seu caráter dual, as suas distintas proporções no crescimento da vida social, bem como, a correlação concreta destes fatores desigualmente desenvolvidos no processo histórico ao destacar:

Os dois processos - desigualdade e combinação - que estão unidos nesta formulação representam dois aspectos ou etapas da realidade opostos e, não obstante, integralmente relacionados e interpenetrados. A lei do desenvolvimento combinado parte do reconhecimento da desigualdade nas proporções de desenvolvimento de vários fenômenos das mudanças históricas. A disparidade no desenvolvimento técnico e social, e a combinação fortuita de elementos, tendências e movimentos pertencentes a diferentes etapas da organização social, dão a base para o surgimento de algo novo e de qualidade superior (Novack, 1968, p.19).

A desigualdade do desenvolvimento das forças produtivas é inerente a sociedades humanas e pré-condição para que haja a combinação de diferentes elementos de progresso histórico que gera novas contradições e transformações.

³ Há uma polêmica a respeito do desenvolvimento desigual e combinado. Se tal lei possui caráter trans-histórico nas sociedades humanas, ou é inerente ao modo de produção capitalista. Segundo Neil Davidson (2021) afirmar o caráter trans-histórico seria romper com o materialismo histórico, que identifica as leis sociais, como histórica e temporalmente determinadas, diferente das leis da natureza. Portanto, segundo o autor, o modo de produção capitalista, principalmente em sua fase imperialista, com o advento do mercado mundial, tal lei ganha caráter global.

Segundo o autor, é justamente o processo de colonização das Américas que é a expressão mais visível da validade de tal teoria:

Encontraram-se ali duas rotas de evolução social completamente separadas, produtos de dez a vinte mil anos de desenvolvimento independente nos dois hemisférios. Ambas se viram obrigadas a comparar suas proporções de crescimento e a medir seus respectivos resultados globais. Esta foi uma das mais marcantes confrontações de diferentes culturas em toda a história. A caça e a guerra, o arco e a flecha tiveram que competir com o mosquete e o canhão; na agricultura, a enxada e o bastão, com o arado e os animais de tração; no transporte aquático, a canoa com o navio; na locomoção terrestre, as pernas humanas com o cavalo e os pés descalços com a roda. Na organização social, o coletivismo tribal contra as instituições e costumes feudal-burgueses; a produção para o consumo imediato da comunidade contra uma economia monetária e o comércio internacional (Novack, 1968, p. 8).

Fica evidente, no processo de invasão colonial, fundamental para a gênese do capitalismo, tal como conhecemos hoje a coexistência entre moderno e arcaico, que os povos colonizados e escravizados foram expropriados de suas “terras, riquezas, saberes e de seus corpos” (Ferreira; Fagundes, 2021, p. 65) em favor da acumulação originária do capital. Muito se fala dos “avanços” trazidos pelo europeu, mas o Novack ressalta que grande parte dos grãos consumidos no mundo é de cultivo original dos povos indígenas e foram apropriados pelos colonizadores e fundamentais para expansão do capital.

Porém, Novack (1968) alerta que sobre tal tese não cabem “generalizações sociológicas”, a não ser para análise de um dado ambiente social e suas peculiaridades históricas. Segundo o autor, não se permite, de forma isolada fazer prognósticos sobre o desenrolar destas tensões e transformações, estes são determinados pela “luta entre as forças vivas na arena nacional e internacional”.

Ainda sobre as generalizações, Novack rebate a crítica dos detratores, que acusam o marxismo (em especial as vertentes trotskistas) de ignorar ou subestimar as peculiaridades nacionais em favor das leis universais. Segundo o mesmo autor, seria incorreto (e inclusive anti-dialético essa postura), e sustenta as suas ideias ao advogar que o marxismo, enquanto método busca as suas raízes nas condições materiais de vida e considerando suas origens históricas, com o desenvolvimento concreto de forças e condições internacionais, combinando o geral com particular, o concreto com o abstrato.

Segundo Trotsky (2011), as peculiaridades nacionais são o produto mais

geral do desenvolvimento histórico desigual e essas diferenças nacionais podem ser decisivas para orientar a política do movimento revolucionário. Novack (1968) exemplifica, à sua época, a luta nos países africanos de libertação nacional contra o jugo colonial-imperialista das nações brancas; enquanto no mesmo período nos Estados Unidos, o povo negro luta contra a condição de cidadão de segunda classe e pela garantia de direitos. Em ambos os casos, o povo negro e trabalhador luta contra a exploração e à opressão e exige diferentes táticas e métodos. Reforça, portanto, a necessidade de unidade internacional das lutas, destacando a especificidade e auto-organização de cada povo.

Nahuel Moreno (2007) aponta tal teoria como a mais importante descoberta do pensamento marxista e das ciências modernas que unifica gênese e estruturação das sociedades. Moreno destaca a dedicação de Trotsky à análise histórica, principalmente dos chamados “países atrasados”, dado o calor dos processos revolucionários vividos à época. Ernest Mandel (1985) destaca que tal teoria é a principal expressão concreta do método dialético para a compreensão e transformação da sociedade. Uma vez que o mercado mundial é um sistema desigual e combinado, fruto da lógica da apropriação privada da produção social de riqueza, em um sistema articulado de relações de produção capitalistas e pré-capitalistas, modernas e arcaicas em diferentes níveis de complexidade, sempre em benefício das grandes potências imperialistas, que segundo o autor “o sistema mundial capitalista é, em grau considerável, precisamente uma função da validade universal da lei de desenvolvimento desigual e combinado” (Mandel, 1985, p. 28).

Segundo Löwy (1998), esta perspectiva revoluciona a concepção de civilização no pensamento marxista, por instituir uma correta apreensão da totalidade dialética. Consiste ainda em uma perspectiva genuína, ao romper com o paradigma evolucionista e eurocêntrico da história, herdado do positivismo. Segundo o autor esta concepção permite teorizar a movimentação revolucionária para todos os países periféricos. Observa que em muitos destes países não houve revoluções democrático-burguesas nos moldes da Revolução Francesa ou da Independência Norte-Americana, e a burguesia já não atenderia as mínimas bandeiras liberais consolidadas nos países centrais, cabendo aos trabalhadores transitarem da revolução democrática para a revolução socialista.

Justamente devido ao atraso econômico e político na Rússia, acirraram-se contradições que abriram espaço para um processo revolucionário. Coexistia o mais

moderno maquinário industrial com os mais primitivos modos de vida campesina ao longo do seu território. Uma estrutura de poder monárquica e feudal convivia, simultaneamente, com uma moderna relação de assalariamento capitalista.

Dessa coexistência do arcaico e do moderno, Trotsky concebe a tese da **Revolução Permanente** (2011) na qual, especialmente nos países periféricos, a revolução proletária teria de combinar as **tarefas democráticas** (derrubar o czar, democratizar, partilhar a terra etc.) e as **medidas socialistas** (expropriação da burguesia), portanto tarefas transitórias ao socialismo. Trotsky destaca que devido ao atraso histórico da Rússia, o elo fraco da cadeia imperialista, a revolução pôde colocar o poder nas mãos do proletariado russo antes dos trabalhadores dos países avançados. No entanto, o sucesso da experiência de Estado Operário em um país atrasado, cerca de potências imperialistas, dependerá da arena da revolução mundial, que começa em nível nacional, mas deve estender-se para outros países, especialmente no mundo industrial avançado, sob pena de degenerar-se ou ainda restaurar as relações de produção capitalista.

Importa saber, no desenrolar desse processo histórico, que mesmo após a vitória da Revolução Russa, um país periférico no mercado mundial, a III Internacional, então já degenerada pelo stalinismo, orientava os partidos comunistas da América Latina e do resto do mundo. Suas diretrizes, desde a primeira metade do século XX, buscavam realizar alianças com setores da burguesia nacional, visando desenvolver as forças produtivas locais (Júnior e Lopes, 2016), orientação essa que gerará derrotas à classe trabalhadora, golpes e contra revoluções mundo a fora. Em virtude da degeneração burocrática, muito do acúmulo sobre o desenvolvimento desigual e combinado perdeu-se na história e é tarefa ímpar da militância de vanguarda revolucionária retomar tal tese para as lutas do tempo presente.

Com a passagem de mais de cem anos após a da Revolução de Outubro é possível fazer justiça a Trotsky, com o correto prognóstico, com o não avanço das revoluções comunistas mundo a fora e com a conversão da ditadura do proletariado em “ditadura dos burocratas do proletariado”, que ao final do século XX retrocedeu ao modo de produção capitalista. Nas palavras de Isaac Deutscher (1968), reconhecido biógrafo de Trotsky e autor dentre outras obras da consagrada trilogia: O Profeta Armado, O Profeta Desarmado e o Profeta Banido: Trotsky institui-se como um dos poucos e verdadeiros *gigantes* do século XX. Afirma que “[...] Trotsky aparece, não simplesmente como o nostálgico sobrevivente de uma era encerrada,

mas sim como o grande precursor de outra, que se acha apenas começando.” (Deutcher, 1968, p. 213).

Medeiros e Bezerra (2019) traçam o paralelo que enquanto Lenin identificou a implantação do capitalismo periférico na Rússia a partir da modernização da agricultura russa, Trotsky se debruça sobre o tema de que forma a economia russa se insere no mercado mundial. Ambos, à sua maneira, obtiveram conclusões fundamentais para a elaboração teórica e a condução do processo revolucionário de 1917. Não à toa que a dialética imperialismo-dependência é pautada à luz das contradições internas e externas das economias nacionais dentro do mercado mundial capitalista.

Sobre essa pauta, Freitas (2015) ressalta que a relação imperialismo-dependência cria uma única economia mundial, ou seja, países atrasados e avançados são partes, de uma estrutura superior que combina todas elas. Mesmo as grandes potências imperialistas como os EUA, dependem diretamente de economias subdesenvolvidas, cumprindo seu papel na divisão internacional do trabalho, ainda mais com o avanço da mundialização financeira do capital.

Portanto, segundo Júnior e Lopes (2016), a estratégia pautada na Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado, enxergando o funcionamento global do capital de modo dialético, colocou no centro da ação dos trabalhadores a possibilidade e a necessidade de realizar de imediato, nos países dependentes, um processo de ruptura com o capitalismo e o prosseguimento da construção do socialismo internacionalista, para assim, *dinamitar* a cadeia imperialista do capital.

Segundo Medeiros e Bezerra (2019) é possível afirmar que o desenvolvimento desigual e combinado é uma tendência histórica do desenvolvimento capitalista na sua fase imperialista que tende à universalização. Por isso, o desenvolvimento desigual e combinado não explica as tendências específicas do capitalismo dependente, porém revela de modo particular estas economias, sobretudo, em função da força dos aspectos que combinam o **arcaico e o moderno**.

3.3 A teoria marxista da dependência-a periferia do capital

É a luz do processo anteriormente explanado que ocorre a divisão global entre os países imperialistas e os países dependentes. Cabe a América Latina, e

neste contexto, ao Brasil cumprir o papel de fornecer matérias primas e alimentos aos países europeus:

O ingresso da América Latina no mercado mundial deu-se sob a égide da colonização, fundada no tripé da monocultura de exportação, do latifúndio e da força de trabalho escravizada indígena e negra. Em meados do século XIX, com a divisão internacional do trabalho comandada pelo Império Britânico, há uma mudança qualitativa da inserção latino-americana nos circuitos mundiais da acumulação de capitais, passando da colonização para o capitalismo dependente. Esse é um período de transição de modos de produção na América Latina (Castelo, 2020, p.17).

O processo de colonização das Américas e sua transição para o **Capitalismo Dependente** foram expressões da coexistência entre as formas de produção e reprodução social arcaicas e modernas, produzidas sob novas dinâmicas entre economias dependentes e imperialistas. A coexistência entre o arcaico e o moderno se reproduz em múltiplas determinações no Brasil e na América Latina.

Florestan Fernandes ([1968], 2008), a luz da teoria do imperialismo, destaca o sistema mundial capitalista como uma totalidade composta por partes contrárias e assimétricas, com mútuas relações na qual umas são dominantes, outras dominadas. Esta condição de capitalismo dependente impõe uma dupla contradição dialeticamente interligada:

Os países latino-americanos enfrentam duas realidades ásperas: 1) estruturas econômicas, socioculturais e políticas internas que podem absorver as transformações do capitalismo, mas que inibem a integração nacional e o desenvolvimento autônomo; 2) dominação externa que estimula a modernização e o crescimento, nos estágios mais avançados do capitalismo, mas que impede a revolução nacional e uma autonomia real. Os dois aspectos são faces opostas da mesma moeda (FERNANDES, 2006, p. 262).

Partindo-se de uma visão totalizante do mercado mundial não há espaço para todas as formações nacionais desenvolverem-se plenamente no capitalismo, inerentemente concorrencial e que busca incessantemente à expansão dos mercados, cabendo, portanto aos países ex-coloniais integrarem-se ao mercado mundial de forma atrasada e subordinada, condicionados por aspectos arcaicos e modernos, cujo desenvolvimento depende da demanda estrangeira de matérias primas aqui produzidas.

Nessa perspectiva mostra-se falsa a pretensa universalidade do processo capitalista de desenvolvimento das classes sociais, já que nesse cenário não basta

repetir os passos das potências imperialistas. Faz-se imperiosa a necessidade de análise da realidade sócio-histórica a partir de suas singularidades sem, no entanto, desvinculá-la do contexto internacional, justamente em virtude da dependência externa e da cooperação associada entre as elites locais e nacionais. Nesta ótica, fica claro que se torna impossível um desenvolvimento capitalista “independente” no *sul global*.

Mandel (1985) desfaz os mitos do **subdesenvolvimento** do Terceiro Mundo, que não se deu por uma intencionalidade das potências imperialistas, muito menos por incapacidade social ou racial destes povos, mas sim por um complexo de relações de subordinação política e econômica aos países centrais, ao colocar que:

A dominação do capital estrangeiro sobre os processos de acumulação de capital nos países subdesenvolvidos resultou num desenvolvimento econômico que, como afirmamos, tornou esses países complementares ao desenvolvimento da economia dos países metropolitanos imperialistas. Como se sabe, isso significou que eles deveriam concentrar-se na produção de matérias-primas vegetais e minerais (Mandel, 1985, p. 38)

O subdesenvolvimento explica o desenvolvimento e vice-versa e reforça o caráter integrado do Mercado Mundial. Nos países ditos “subdesenvolvidos” intensifica-se a produção de matérias-primas, com enorme volume de força de trabalho disponível e de valor rebaixado, sendo priorizado (mais lucrativo) em relação ao investimento no capital fixo. Mandel acrescenta ainda que à luz da Lei do Valor, o subdesenvolvimento necessariamente é subemprego da força de trabalho, tanto quantitativamente (desemprego estrutural), quanto qualitativamente (baixa produtividade).

Vânia Bambirra (2013) converge com essa perspectiva ao atribuir o ‘atraso’ dos países dependentes como consequência e condição do desenvolvimento das grandes potências capitalistas mundiais, enquanto unidade histórica. Para Gunder Frank (1973) o **subdesenvolvimento** dos países da América Latina se dá, justamente determinado pelo **desenvolvimento** do capitalismo mundial, e não pela falta ou por uma deformação deste, posto que, o subdesenvolvimento e a dependência são funcionais à própria dinâmica central do capital. Frank foi um dos pioneiros na crítica das teses a respeito do caráter feudal dos países Latino-Americanos, bem como na crítica às expectativas nacional- desenvolvimentistas em relação às burguesias locais.

O autor ainda é categórico ao identificar o papel das burguesias nacionais da América Latina, como operadores subordinados da centralidade do capitalismo, portanto, rechaça qualquer unidade nacional-desenvolvimentista com a elites locais, ao afirmar que: “O inimigo da libertação nacional na América Latina é, taticamente, a Burguesia Nacional e, estrategicamente, o inimigo principal é o Imperialismo” (Frank, 1965).

Na realidade brasileira e latino-americana, cuja formação econômico-social está diretamente vinculada aos processos de colonização e escravização, parte-se do processo de acumulação primitiva de capital e da gênese do modo de produção capitalista mundializado. Uma vez superada a condição de colônia, prevalecem às dimensões de Dependência, como reflexo da posição da América Latina e do Brasil na divisão internacional do trabalho. Portanto, a **Teoria Marxista da Dependência**, ao sustentar a inexorável relação de dominação centro/periferia, é fundamental para a compreensão da formação econômico-social das economias dependentes na dinâmica internacional do capital.

Essa teoria se constitui em um desdobramento da **Teoria do Valor** em Marx e da **teoria do Imperialismo** em Lênin (Luce, 2018) para a compreensão da formação econômico-social das economias dependentes na dinâmica internacional do capital. Segundo o autor, o capitalismo dependente se constitui em uma forma particular do capitalismo dentro do sistema mundial capitalista cuja reprodução é regida por leis específicas, fundamentalmente:

a superexploração da força de trabalho e o divórcio no ciclo do capital, os quais integrados com o intercâmbio desigual, enquanto denominador comum das diversas formas de inserção da região no sistema mundial, reproduzem não somente os processos antes assinalados, mas o capitalismo dependente enquanto tal (Luce, 2018, p. 7).

No caso da América Latina, deve-se retomar o legado das lideranças de libertação nacional, como Simón Bolívar, José Martí, Mariátegui, entre outros. Convém citar igualmente, Ricardo Paredes, delegado equatoriano da Terceira Internacional Comunista, que questionou com propriedade o termo “países semicoloniais”, definindo-os como “países dependentes”.

Importa considerar que a Teoria Marxista da Dependência toma forma em um contexto histórico particular: pós-segunda guerra mundial, com a “libertação” de várias colônias pelo mundo e o início do processo de industrialização subordinada

na América Latina. Este processo deu-se de forma claramente desigual e combinada aos interesses das potências imperialistas centrais.

Nesse período, foi criada a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), braço da Organização das Nações Unidas (ONU) pelo desenvolvimento da América Latina, que adotou claramente pressupostos desenvolvimentistas e etapistas. Celso Furtado foi o principal representante brasileiro dessa perspectiva, que concebia o desenvolvimento capitalista como um processo gradual, no qual às economias periféricas bastava replicar o modelo de industrialização das centrais, para atingir um patamar de desenvolvimento. Essa visão consistia em, segundo Marini (2005, p. 62): “[...] um instrumento de domesticação dos povos oprimidos do Terceiro Mundo e uma arma com a qual o imperialismo buscava fazer frente aos problemas criados no pós-guerra pela descolonização”.

Observou-se então, uma tendência, principalmente na esquerda hegemônica brasileira, a época (PCB, PTB, entre outros), no sentido da conciliação de classes e da necessidade do desenvolvimento etapista de um suposto Brasil “semi-feudal”. Neste sentido, seria necessário para a classe trabalhadora unir-se às burguesias locais nacionalistas contra o imperialismo das economias centrais. Tais posições estavam em sintonia com as diretrizes da, há muito tempo *burocratizada*: Terceira Internacional.

Estas posições tornaram necessária a formulação de uma “nova esquerda”, que influenciada pelo processo da Revolução Cubana e abarcando tendências leninistas, castristas, trotskistas e maoístas, se encontrava imbuída no sonho da “Nuestra América”, em uma aposta em processos de insurreição anticapitalista e antiimperialista, sem se vincular à estrutura soviética. Também como fruto da influência cubana destaca-se, a vertente “foquista”, defendida, entre outros, por Régis Debray, que buscava transpor a tática dos focos guerrilheiros vitoriosos em Cuba, como um modelo universal para as revoluções latino-americanas, sem, contudo, realizar um estudo aprofundado da conjuntura e da correlação de forças entre as classes. Tal tendência ganhou adesão significativa, principalmente, entre os jovens. Até certo ponto voluntários (e não por isto menos meritosos) daquela geração, que vivenciaram o fechamento dos regimes em seus países. Esse contexto os levou inclusive ao enfrentamento armado contra o terror de Estado.

É nessa conjuntura que surgiu a chamada “Escola da Dependência”, desenvolvida por autores brasileiros e latino americanos, ao longo das décadas de 60 e 70 do século passado, entre os quais se destacaram os brasileiros Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e o germano-estadunidense Gunder Frank, além de outros intelectuais e jovens militantes socialistas deste período. Esta formulação teórica não só rompeu com os pressupostos desenvolvimentistas defendidos pela CEPAL, como também procurou superar uma visão marxista dogmática, portanto não-dialética e etapista, que classificava países, como o Brasil que vivia um processo de industrialização, em um patamar de semifeudalismo. Sintetizava essa perspectiva o relato do ativista estudantil (Gutiérrez, 2005, p. 253-254):

Aprendi muito cedo, com Ruy, que a teoria da dependência não era um subproduto ou uma alternativa acadêmica à teoria desenvolvimentista da Cepal; essa teoria encontrava suas raízes nas concepções da nova esquerda que surgia em toda a América Latina e que buscava se contrapor à ideologia desenvolvida pelos Partidos Comunistas, que começaram a incorporar as ideias cepalinas, a partir das teses da deterioração dos termos de troca, do dualismo estrutural, da existência de uma suposta burguesia nacional e da viabilidade de um desenvolvimento capitalista autônomo. Isso os levava a sustentar a ideia da revolução democrático-burguesa, antifeudal e antiimperialista, herdada da Terceira Internacional.

Cabe aqui citar momentos históricos importantes que uniram este grupo de intelectuais revolucionários, a saber:

- a) o primeiro Congresso da Organização Revolucionária Marxista denominada Política Operária (Polop), em 1961, uma das organizações que se agregava à “nova esquerda”, portanto, não-vinculada aos ditames soviéticos;
- b) a fundação da Universidade de Brasília (UnB), no bojo do projeto nacional-desenvolvimentista em 1962, na qual Theotônio, Vânia e Rui Mauro, ainda jovens, lecionaram, a convite de Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira. Destaca-se que neste período de forte produção intelectual em uma nova perspectiva universitária, onde ocorreram várias iniciativas com a formação de grupos de estudos sistematizados d’O Capital de Marx, experiências estas, interrompidas pelo Golpe Civil-Militar de 1964.

Vânia Bambirra e Theotônio Santos exilaram-se no Chile em 1966, país que se tornaria um importante ponto de acolhida de exilados políticos da esquerda sul-americana, no período de ascensão das ideias progressistas e, sobretudo, na gestão da Unidade Popular (1970/1973). Em 1970, com a posse de Salvador Allende, da Unidade Popular, que buscava o “socialismo pela via pacífica”, abriu-se uma importante polarização contra a direita associada ao imperialismo norte americano. Nesse processo, já no Chile, Marini alinhou-se ao Movimento de Izquierda Revolucionária (MIR), inclusive se tornando membro do Secretariado Nacional da Organização. O MIR, que apostava na insurreição popular, e no enfrentamento concreto da burguesia com o armamento efetivo dos trabalhadores, constituindo-se em um dos mais significativos movimentos de vanguarda revolucionária da época. As suas ações, como os operativos nas fábricas, por meio da organização dos *cordones industriales*, as tomas de terreno para o assentamento das *poblaciones en viviendas sociales*, e a sua intensa capilaridade junto aos trabalhadores dos mais diversos ramos de produção, deram a este movimento um papel protagonista na pauta de uma possível superação estrutural do capitalismo no Chile, diga-se de passagem, muitas vezes cerceada pelo próprio presidente da época Salvador Allende (Salazar, 1999).

Simultaneamente a sua intensa militância, Marini lecionava em Santiago no Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO), da Faculdade de Economia da Universidade do Chile. Coordenado por Theotônio dos Santos, o centro contava com expressivos intelectuais e atores políticos da época, como Vânia Bambirra, Gunder Frank, Marta Harnecker, José Cuerva, Sergio Ramos, Roberto Pizarro, Orlando Caputo, Jaime Osório, entre outros.

Nessa época foram produzidas as obras: “Desenvolvimento do Subdesenvolvimento”, de Gunder Frank (1967); “América Latina: dependência e subdesenvolvimento”, de Vânia Bambirra (2013), “Socialismo ou Fascismo: o novo caráter da dependência”, de Theotônio dos Santos (2018), e “Dialética da dependência”, obra mestra de Marini (2005), considerada o “Manifesto de Fundação” da Teoria Marxista da Dependência.

A obra **Dialética da Dependência** (2016), de Marini, retoma os fundamentos da crítica da economia política e, a partir destes, elabora leis tendenciais próprias das economias dependentes, desafiando pretensos dogmas do marxismo da época. Tal perspectiva não ficou isenta de críticas, de vertentes dogmáticas do marxismo,

dos desenvolvimentistas ou ainda, em especial, daquele que viria a ser o futuro presidente brasileiro: Fernando Henrique Cardoso (FHC). Este, junto a José Serra e Enzo Falleto, contestava a legitimidade da obra, a partir de um enfoque weberiano da dependência, centrado na relação entre Estados Nacionais, não entre classes sociais.

Esta visão, majoritária no debate sobre dependência, segundo Santos (2018) identificava debilidade na burguesia nacional, que se limitava em ser sócia menor do capital estrangeiro, portanto considerava irreversível o desenvolvimento dependente, que deveria compatibilizá-lo com a “democracia representativa” e o desenvolvimento capitalista negociado com o imperialismo. Cardoso considera que a superexploração é uma consequência de um capitalismo débil e conjunturalmente estagnado.

Em 1973, com o advento do golpe militar de Augusto Pinochet no Chile, novamente o grupo dos dependentistas, junto a inúmeros ativistas tiveram que abandonar o país (muitos deles retornaram ao México). Essa condição produziu uma política neoliberal, gestada na ditadura chilena de Pinochet, consolidada pelo consenso de Washington para a quase totalidade do continente na década de 1990.

Após o Golpe, esses intelectuais passaram à clandestinidade ou ao exílio. No caso de Marini, no México. Marini lecionou, neste período, na Universidade Autônoma do México (UNAM), quando produziu uma série de ensaios que viriam a serem compilados no livro “Subdesenvolvimento e Revolução” (1967), obra de grande relevância para o desenvolvimento da TMD.

Posteriormente, com a promulgação da lei da anistia em 1979 no Brasil, vários militantes voltaram à sua terra de origem, dentre eles o grupo da Escola da Dependência. Pode-se dizer que a partir deste momento, a Teoria Marxista da Dependência teve que enfrentar uma espécie de *exílio acadêmico-intelectual* em seu próprio país. As suas obras, amplamente conhecidas no exterior, especialmente nos países hispano hablantes, enfrentaram um ambiente hostil em solo brasileiro, com a distorção patrocinada especialmente por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto.

A primeira edição em português de “Dialética da Dependência” foi publicada apenas no ano de 2000, três anos após a morte de seu autor e mais de vinte da sua publicação original, pela editora Vozes. “Capitalismo Dependente Latino-Americano”, de Vânia, só é publicado no Brasil 40 anos depois de sua publicação original, bem como “Socialismo ou Fascismo” de Theotônio, publicado apenas em 2018.

Somente no início do século XXI que a TMD retoma o seu lugar no debate acadêmico, com importantes contribuições ao estudo no Brasil e na América Latina. Deve-se destacar que a formulação desta teoria emanava da prática política e dos processos reais de luta vividos naquele período.

Marini (2005), em seu clássico livro sobre a “Dialética da Dependência”, reflete em seu título o fenômeno da transferência de valor desigual entre as economias dependentes às economias centrais, em favor das últimas, o que induz as elites locais a explorar ainda mais os trabalhadores da periferia, impondo-lhes à superexploração. Deve-se ressaltar que, mesmo com a parcial industrialização de boa parte dos países dependentes, ao longo da segunda metade do século XX, devido à forma integrada e a submissão ao imperialismo, persiste o subdesenvolvimento. Prevalece a dependência e o atraso tecnológico com o pagamento de *royalties* às potências centrais, sem as mínimas condições de concorrência no mercado mundial com a mesma produtividade. Com a economia centrada nestas exportações de produtos primários identificamos uma característica das economias dependentes, o **intercâmbio desigual**:

Transações entre nações que trocam distintas classes de mercadorias, como manufaturas e matérias primas — o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual (Marini, 2005, p. 11).

Nesse processo de troca as mercadorias manufaturadas, com alto nível tecnológico são vendidas a um preço “acima” do valor, o que pode ser identificado como a transferência de valor, da economia dependente para a economia central. Verifica-se nesta situação que há nações desfavorecidas que passam a ceder “gratuitamente” parte do valor produzido em suas economias, apesar da maior produtividade obtida nas economias centrais, cujo efeito em condições normais seria a redução do valor individual dos manufaturados (Marini, 2005).

Traspadini (2014) caracteriza a transferência de valor como apropriação privada pelas economias centrais de parte da mais-valia produzida pelas economias periféricas, fato que aprofunda a superexploração da força de trabalho como a gênese explicativa do dialético movimento desigual do capital em sua totalidade. Mathias Luce (2018) identifica como formas contemporâneas de transferência de

valor, além da deterioração dos termos de troca no mercado mundial, às remessas de lucros e royalties de empresas estrangeiras, a renda diferencial da terra e os serviços da dívida pública. Destaca o autor que, desde as “independências formais” das metrópoles ibéricas, os países latino-americanos contraíram dívidas com o imperialismo britânico, e posteriormente foram explorados pelo imperialismo estadunidense. Esse sistema de dívida secular passou a ser importante instrumento de subordinação dos Estados nacionais e de transferência de valor às economias imperialistas exportadoras, não apenas de produtos manufaturados, como também de capitais.

Para contrarrestar o caráter desigual na concorrência do mercado externo e o atraso técnico na produtividade, a acumulação capitalista dependente lança mão do expediente da **superexploração da força de trabalho**. Cabe ressaltar que não se trata apenas de um superlativo dos mecanismos de exploração denunciados por Marx em **O Capital**. Marini demonstra uma tendência das economias latino-americanas, por se inserirem de maneira subordinada no mercado mundial como países agroexportadores e extrativistas, ao transferirem para os países imperialistas grande parte dos valores que criam internamente. Segundo Traspadini e Amaral (2020) a superexploração é um mecanismo de compensação às perdas internacionais de valor em acumulação e apropriação imperialista de capital.

Há vertentes dogmáticas do Marxismo que negam este fenômeno a partir de uma interpretação da “dinâmica geral do capital” baseada em fragmentos do livro I d’O Capital, na qual para fins explicativos é adotada a premissa que toda mercadoria, inclusive à força de trabalho, é trocada por seu valor, mesmo reconhecendo o expediente da compressão dos salários abaixo do valor. Verifica-se em Marx (2013) que:

Apesar do importante papel que desempenha no movimento real do salário, esse método [compressão do salário do trabalhador abaixo do valor de sua força de trabalho] é aqui excluído pelo pressuposto de que as mercadorias, portanto também a força de trabalho, sejam compradas e vendidas por seu valor integral (Marx, 2013, p. 388-389).

Dada à abstração proposta Marini, coerente ao método marxista, desenvolve o conceito de superexploração em um maior nível de concretude:

A superexploração é melhor definida pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo de seu valor real (Marini, 2005, p. 13).

É do desgaste mais acentuado da força de trabalho que o capital dependente busca contrarrestar a diferença de produtividade das economias centrais no mercado mundial. Dessa maneira a superexploração combina os seguintes expedientes, para além dos mecanismos de mais-valia absoluta e relativa presentes no capitalismo de forma geral:

- a) prolongamento da jornada de trabalho;
- b) intensificação da força de trabalho;
- c) remuneração abaixo do valor.

O prolongamento da jornada de trabalho sintetiza a luta entre trabalho e capital como uma disputa pelo tempo, cristalizado em valores de uso, ou seja, a unidade essencial do valor. É tempo alienado na produção de riqueza para outrem, extração de mais-valia absoluta contra o tempo do fluir, do viver, de se reproduzir. Esta modalidade enfrenta limites físico-corporais dos trabalhadores e políticos, na organização de classe.

Tal conflito se expressa na luta histórica do nascente proletariado desde o século XIX. Não à toa, é uma das principais bandeiras de luta operária, que conquista atualmente jornadas legais de 30 a 36 horas semanais nas economias centrais, enquanto nas economias dependentes superam a média legal de 44 a 48 horas (OIT, 2009). Na impossibilidade de estender a jornada de trabalho, seja por limites físicos dos ou por limites políticos-morais, e o tensionamento da luta de classes, o capital apela para a intensidade do trabalho impondo maior desgaste do trabalhador no mesmo espaço de tempo, ou seja, reduz os “poros” no tempo laboral. Assim como um trabalho de média intensidade com o prolongamento da jornada eleva o desgaste do trabalhador, o contrário também se comprova válido. Com a manutenção da jornada e ampliação da intensidade eleva-se a exploração. Dessa maneira, o capital se comporta como seu parasita: “enquanto houver um músculo, um nervo, uma gota de sangue para explorar” (Marx, 2013, p. 373).

Compromete-se, dessa forma, a corporeidade físico-psíquica do trabalhador sem a garantia do valor histórico-moral⁴ da reprodução da força de trabalho (Luce, 2018), nem sequer garante-se o dispêndio do tempo de vida laboral e do tempo de vida total do mesmo. Cabe, portanto, diferenciar produtividade de intensidade do trabalho. A produtividade é fruto do incremento tecnológico sobre o capital constante (ou morto) dos meios de produção, enquanto a intensidade é aumento do ritmo do trabalho vivo, com conseqüente elevação do desgaste físico-psíquico do trabalhador. Portanto, alerta Carcanholo (2013), que a intensidade do trabalho não tem correlação direta com a mais-valia relativa, pois o aumento generalizado desta sem elevar a remuneração equivalente, cria um novo eixo de valor da força de trabalho, afetando tanto o tempo necessário quanto o tempo excedente. Marx (2013) ilustra esta perspectiva na voz de um operário neste trecho:

Por meio de um prolongamento desmedido da jornada de trabalho, podes, em um dia, fazer fluir uma quantidade de minha força de trabalho maior do que a que posso repor em três dias. O que assim ganhas em trabalho eu perco em substância do trabalho. A utilização de minha força de trabalho e o roubo dessa força são coisas completamente distintas. Por isso, “exijo [...] uma jornada de trabalho de duração normal” (Marx, 2013, p. 308).

O personagem marxiano sintetiza estes limites físicos e políticos, identifica a diferença entre o valor de uso da força de trabalho e seu valor de troca. O **valor de troca da força de trabalho** aparece como **salário**, ou seja, os bens necessários para sua reposição de seus meios de subsistência **em condições normais**, enquanto seu **valor de uso** é a sua capacidade de **produzir novos valores** por meio do seu trabalho-vivo sobre os meios de trabalho morto. Por isso há uma discrepância no valor da força de trabalho, não se podendo generalizar o pressuposto da força de trabalho comprada pelo seu valor, conforme detalha Jaime Osório:

[...] é o valor da força de trabalho que se remunera abaixo de seu valor, o que não ocorre em relação a outras mercadorias. Isso está relacionado à particularidade dessa mercadoria, que não apenas cria valor, que gera valorização, mas também permite, por meio de prolongamentos da jornada de trabalho, da intensificação do trabalho ou por salários abaixo do valor da força de trabalho, elevar a taxa e a massa de mais-valia, sem alterar a composição orgânica do capital, e tudo isso sem pressionar para baixo a taxa de lucro (Osório, 2018, p. 495).

⁴ No caso brasileiro podemos mensurar este valor pelo “salário mínimo ideal” calculado pelo DIEESE, com base no cumprimento dos requisitos constitucionais (transporte, moradia, alimentação, lazer, entre outros).

Enquanto a elevação da produtividade e da composição orgânica aciona a tendência à queda da taxa de lucro, via de regra só resta ao capital dependente remunerar a força de trabalho abaixo do valor, característica fundamental dessa forma particular de capitalismo, integrada ao mercado mundial. Portanto, não é um fenômeno conjuntural, nem uma anomalia, fruto de um suposto atraso civilizatório ou acidente histórico.

O valor da força de trabalho é mediado pela luta de classes, que estabelece um parâmetro histórico-moral (as chamadas “condições normais”) que pode ser traduzido num conjunto de bens e serviços indispensáveis para a manutenção da vida do trabalhador e de sua família. Como não se trata de animais de carga, não basta suprir calorias, proteínas e carboidratos, mas os mínimos padrões como vestimenta, moradia, transporte, saúde, higiene, educação, cultura, lazer, etc. “Uma vez que tais parâmetros de uma determinada correlação de forças não são cumpridos, há uma invasão usurpatória do domínio do tempo de trabalho necessário” (Marx, 2013, p. 388). Além de extrair o tempo de trabalho excedente, o capital apropria-se de parte do fundo de consumo e do fundo de vida do trabalhador (Marini, 2005).

A combinação desses fatores leva ao desgaste prematuro da força de trabalho, com o esgotamento de sua capacidade laboral ou a redução do tempo de vida. Cabe aqui dissipar alguns contra-argumentos, como detalha (Marini, 2005, p. 15), com base na crítica de FHC:

Essencialmente, trata-se de dissipar a confusão que se costuma estabelecer entre o conceito de mais-valia relativa e o de produtividade. De fato, se bem constitui a condição por excelência da mais-valia relativa, uma maior capacidade produtiva do trabalho não assegura por si só um aumento da mais-valia relativa. Ao aumentar a produtividade, o trabalhador só cria mais produtos no mesmo tempo, mas não mais valor; é justamente esse fato o que leva o capitalista individual a procurar o aumento de produtividade, já que isso permite reduzir o valor individual de sua mercadoria, em relação ao valor que as condições gerais de produção lhe atribuem, obtendo assim uma mais-valia superior à de seus competidores – ou seja, uma mais-valia extraordinária⁵.

O aumento da produtividade não está diretamente relacionado à mais-valia relativa, mas permite a extração de mais-valia extraordinária no processo

⁵ Segundo o autor a mais-valia extraordinária, mesmo influenciando na apropriação da mais-valia entre os capitalistas, se traduz em lucro extraordinário.

concorrencial com a venda das mercadorias abaixo do valor. Martins (2018, p. 464) é categórico ao afirmar que este processo “apenas se converte em mais-valia relativa quando reduz o valor da força de trabalho, barateando os bens de consumo necessários, diminuindo o tempo de trabalho necessário e elevando os salários”.

Essa perspectiva é corroborada no momento que mais-valia relativa assume a preponderância na acumulação capitalista, à medida que se eleva a oferta mundial de alimentos produzidos nas economias periféricas, reduzindo o valor médio da força de trabalho nas economias centrais (Marini, 2005). Por esse ângulo, é atribuído pela divisão internacional do trabalho, às economias dependentes (em especial as latino-americanas) o papel de abastecer as economias centrais com produtos primários do setor agromineiro, as chamadas *commodities*.

Tais produtos são utilizados para fabricar meios de produção e mercadorias manufaturadas, posteriormente importadas pelas economias periféricas. Deve-se ainda ressaltar que principalmente no caso dos produtos agrícolas e gêneros alimentícios, componentes do chamado valor “histórico-moral” da força de trabalho, são produtos produzidos e barateados pelas economias dependentes levam à desvalorização real da força de trabalho nos países centrais. Portanto, deslocar o eixo de acumulação da mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa (Marini, 2005). Nessa lógica, a TMD esclarece o papel nefasto que a dependência assume, não só para a classe trabalhadora dos países periféricos, mas também para os trabalhadores das economias centrais.

Daí infere-se que o enfrentamento de classes, na perspectiva de emancipação proletária, necessita inexoravelmente de um prisma internacionalista de superação do modo de produção e reprodução capitalista, sobretudo, com a reestruturação baseada na superação da dependência. As consequências políticas da superexploração são evidentes: forte concentração de renda e de propriedade das frações burguesas concentradas nos setores primário-exportadores, de bens de consumo suntuário ou financeiros, um vasto exército reserva de força de trabalho, com níveis elevados de desemprego e subemprego para impor um preço da força de trabalho abaixo de seu valor, além de frágeis democracias representativas, frequentemente interrompidas por golpes e ditaduras para impor este padrão de exploração (Martins, 2018).

Somados a estes fatores, verifica-se recorrentemente na conjuntura internacional uma maior oferta de alimentos, que permite reduzir o valor médio da

força de trabalho nos países centrais. Ocorre o que pode ser identificada como a migração do padrão de acumulação da mais-valia absoluta para a relativa (Marini, 2000). Tal fenômeno observa-se contundentemente no caso do Brasil, onde a superexploração, assim como o apassivamento das lutas sociais (seja via repressão ou cooptação), são as principais particularidades da Questão Social na formação sócio histórica do capitalismo, segundo Santos (2008).

É nessa conjuntura que a dinâmica centro-periferia reforça a necessidade da solidariedade internacionalista de classe entre trabalhadores e trabalhadoras do norte e do sul, contra a classe dominante, marca da tradição marxista. Marini (2005) observa também que devido ao caráter exportador das economias latino-americanas, ocorre a **cisão entre produção e circulação** no ciclo do capital. Assim as matérias-primas produzidas pelas economias dependentes têm a etapa da circulação realizada no mercado externo, sendo as necessidades produtivas divorciadas da necessidade social de consumo da população local, como desenvolve o autor:

a formação do mercado interno representa a contrapartida da acumulação de capital: ao separar o produtor dos meios de produção, o capital não só criou o assalariado, isto é, o trabalhador que só dispõe de sua força de trabalho, como também criou o consumidor. De fato, os meios de subsistência do operário, antes produzidos diretamente por ele, são incorporados ao capital, como elemento material do capital variável, e só são restituídos ao trabalhador quando este compra seu valor baixo a forma de salário (Marini, 2005, p. 20).

A separação entre a produção e a circulação, na América Latina, reduz a relevância do consumo da classe trabalhadora interna do ciclo de valorização do capital. Este fenômeno torna possível aos capitalistas locais aumentar os níveis exploração do trabalho, para compensar seu déficit no intercâmbio desigual, já que não se observa nestes o interesse em mínimas condições de vida destes trabalhadores (Souza, 2016).

Diferentemente das economias centrais, onde a classe trabalhadora viveu o contexto de “Bem-Estar Social”, com pleno emprego da força de trabalho e amplos investimentos em políticas públicas e “salários indiretos” (favorecendo o consumo de massas), nas economias dependentes, como o capital realizou-se prioritariamente na exportação. Não houve interesse nestas garantias para os trabalhadores e o consumo tornou-se estratificado. Nesses casos, enquanto a maioria dos trabalhadores consomem apenas os bens necessários à sua já precária reprodução,

há um mercado de bens suntuários importados para aqueles que podem pagar. É em virtude da debilidade do mercado, “[...] insuficiente para atender à dinâmica de investimento industrial dos países dependentes”, que se fomentando-se nesses países tendências sub imperialistas.

Osório (2012) é categórico ao afirmar que a industrialização das maiores economias dependentes, ainda que limitada tecnologicamente e competitivamente, passa a extrair valor das demais economias dependentes, sem deixar de ser espoliadas pelas economias centrais, representando um elo da cadeia imperialista mundial. Logo, cumprem o papel de legitimar ou reforçar a hegemonia das potências imperialistas, mesmo que esta também a domine, em uma relação de cooperação antagônica (Marini, 2011), principalmente em relação à classe trabalhadora de seus países.

Nesse período, assim como o imperialismo é corretamente caracterizado como “fase superior” do capitalismo, enquanto desenvolvimento do modo de produção capitalista que leva a fusão do capital industrial e bancário, as economias dependentes assumem um papel subimperialista no mercado mundial (Marini, 2011). O Brasil é o exemplo histórico que expressa essa categoria como exemplifica Carcanholo (2014):

[...] o papel criminoso do Brasil na Guerra do Paraguai, a atuação brasileira no processo de “negociação” manutenção do “acordo” de Itaipu, sua conviência com os produtores brasiguaios de soja a atuação da Petrobrás na Bolívia e Equador e liderança das “forças de paz” da Minustah no Haiti, dentre outros, são exemplos claros. Mas além da atuação, o papel subimperialista do Brasil na região pode ser entendido também pela sua omissão, isto é, na falta de maior apoio a processos mais radicais anti-imperialistas que, historicamente, surgiram na América Latina (Carcanholo, 2014, p. 7).

Marini aprofunda, especialmente em a Dialética da Dependência, uma série de legalidades específicas do capitalismo dependente para o continente latino americano, como uma relação dialética entre transferência de valor e superexploração, fato que ocasiona a cisão do ciclo do capital e produz potências sub imperialistas. A única saída vislumbrada pelo autor é a revolução socialista, para romper o jugo da expropriação. Deve-se ressaltar, porém que Marini em momento algum deixou de lado à importância de estudar as realidades específicas dos diferentes países, à luz da conjuntura e da luta política de seu tempo, como

descreve sobre o Brasil em: “Subdesenvolvimento e Revolução” (2011) e o Chile em: “Reformismo e Contra revolução” (2019).

Vânia Bambilra (2013), também com uma vasta obra, diferentemente de Marini, dedicou-se prioritariamente a construir uma tipificação dos países dependentes, considerando o seu desenvolvimento particular e a relação com o imperialismo, bem como, uma Teoria Política da Revolução Latino-Americana e da Transição Socialista, com forte inspiração na Revolução Cubana. Bambilra define a dependência como categoria fundamental de caráter condicionante pela conformação do sistema mundial capitalista e da conformação das sociedades latino-americanas, conforme a autora:

[...] o “atraso” dos países dependentes foi uma consequência do desenvolvimento do capitalismo mundial e, ao mesmo tempo, a condição desse desenvolvimento nas grandes potências capitalistas mundiais. Os países capitalistas desenvolvidos e os países periféricos formam uma mesma unidade histórica, que tornou possível o desenvolvimento de alguns e inexorável o atraso de outros (Bambilra, 2013, p. 44).

Portanto, desenvolvimento e subdesenvolvimento capitalista são faces opostas relacionadas, em que à acumulação imperialista demanda o subdesenvolvimento das periferias. Porém, destaca que não se trata de um conjunto homogêneo de economias dependentes-exportadoras. São nações desigualmente desenvolvidas, seja nos processos de independência nacional, em seus diferentes arranjos de regime político e econômico, bem como, na dinâmica da luta de classes em suas particularidades.

Por isto Bambilra (2013) propõe uma tipologia para os países latino-americanos, dividindo estes em três grupos:

- a) tipo A: países que iniciaram a industrialização a partir do fim do século XIX: Brasil, Argentina, México, Uruguai, Chile e Colômbia;
- b) tipo B: países que iniciaram à industrialização pós-segunda guerra mundial com controle direto do capital estrangeiro: Peru, Venezuela, Bolívia, Nicarágua, e Cuba;
- c) tipo C: países ainda predominantemente agroexportadores, sem industrialização significativa: Paraguai, Haiti e Panamá.

Longe de uma proposição etapista, mas uma acurada análise das particularidades do desenvolvimento nacional, Vânia observa que nos países de tipo A houve, por um determinado período, um processo de “substituição de importações” em que uma fração industrial da burguesia teve maior ou igual protagonismo que a agroexportadora, fato que possibilitou ainda que de forma limitada, um período de maior desenvolvimento capitalista. Esse período coincide com os chamados “governos populistas” como Getúlio Vargas, Perón e Cárdenas. Já nos países de tipo B e C, o setor industrial é ínfimo frente ao controle do capital estrangeiro e nunca produziu as mesmas ilusões nacional-desenvolvimentistas.

Luce (2018) destaca a importância desta tipologia, que permite transitar entre uma “teoria geral” da dependência latino-americana para um estudo específico das estruturas dependentes concretas de cada formação social. Bambilra (2013) a partir desta percepção anuncia um novo caráter da dependência na segunda metade do século XX, com a transição da hegemonia britânica para a estadunidense na integração monopólica mundial, não apenas na produção de matérias primas, mas também nas manufaturas, que se expandem para o sul global neste período.

Aliada ao conceito de Subimperialismo de Marini, este novo padrão de dominação imperialista busca criar potências regionais, capazes de extrair valor de países menos desenvolvidos e controlar mercados, desenvolvendo-se dentro das estruturas subordinadas imperialistas:

No plano que se refere ao sistema de exploração, a América Latina se bifurca; suas possibilidades de reunificação devem ser buscadas no plano da oposição popular a este sistema. Ou seja, o capitalismo tende a dividir o continente entre sub potências dominantes e países dominados e apenas o socialismo poderá impedir esse processo e restaurar a unidade continental (Bambilra, 2013, p. 222).

Bambilra é categórica ao negar as ilusões desenvolvimentistas e reforça a urgência da luta socialista, como única forma de garantir o desenvolvimento e a soberania nacional, não apenas de um país ou outro, mas da “pátria-grande” latino-americana, artificialmente e perversamente segmentada pelo capital imperialista. Com este diagnóstico, a autora desenvolveu uma série de obras a respeito da estratégia revolucionária e a teoria da transição socialista, como “Revolução Cubana: uma reinterpretação”. Obra na qual a autora desconstrói a narrativa que atribui o sucesso do processo revolucionário exclusivamente ao grupo guerrilheiro

liderado por Fidel Castro e Che Guevara, mas à organização de massas de camponeses e trabalhadores, já existente antes do desembarque do Granma e potencializada por aqueles.

Theotônio dos Santos, por sua vez, destaca-se na investigação histórico-conjuntural, presente em suas principais obras, principalmente na análise da crise capitalista dos anos de 1960/1970 e sua repercussão por meio das ditaduras do Cone Sul. O autor destaca a dependência, enquanto esforço teórico para compreender as limitações de desenvolvimento capitalista sob a hegemonia de potências imperialistas. É uma situação condicionante, em que as economias de um grupo de países são condicionadas pelo desenvolvimento e expansão de outros, esta condição cria um tipo específico de capitalismo, cuja integração regional não avança para superação da dependência, mas a reforça. Reproduz a hierarquização que a dependência gera

Esse entendimento rompe com visões etapistas e apontam que o subdesenvolvimento e o desenvolvimento são faces de um mesmo processo dialético do mercado mundial. A dinâmica da dependência não se limita a uma imposição imperialista externa, mas se manifestam internamente na estrutura social, política e ideológica. Nessa perspectiva de análise, Dos Santos (2018) faz uma acurada leitura da crise capitalista, que exige uma reestruturação do capital, com repercussões particulares na periferia, cujas burguesias nacionais são incapazes, não apenas de garantir o desenvolvimento capitalista soberano, mas inclusive de manter um mínimo padrão de dominação liberal-democrático. As consequências conjunturais desse processo levam as elites nacionais periféricas ligadas às centrais a frear qualquer impulso da luta socialista ou minimamente progressista e operar processos contrarrevolucionários em todo o Conesul. Por isso, o autor enuncia inspirado na disjuntiva de Rosa Luxemburgo, “Socialismo ou Fascismo”, como expressão concreta da barbárie, diga-se de passagem, assustadoramente atual.

Theotônio (2015) propõe o conceito de “Fascismo Dependente” uma variante periférica do fenômeno original europeu, com evidentes particularidades. Nos casos periféricos este é o produto da derrota da fração nacional-desenvolvimentista que ganha força nas décadas de 30 a 50, do limite do desenvolvimento industrial baseado em capital nacional e da força do investimento estrangeiro. Logo é umbilicalmente vinculado ao capital estrangeiro e não tem o mesmo ímpeto nacionalista do fascismo clássico.

Também possui uma diferente base social, sem a mesma influência de massa de setores empobrecidos da pequena-burguesia ou do lumpen proletariado. Nesse caso depende muito mais de um apoio direto da burguesia aliada ao imperialismo com a aposta na apatia popular e no aparato repressivo, do que na mobilização efetiva dessas massas. Diferente do fascismo clássico, não há um culto ao partido ou ao líder, mas no caso das ditaduras do Conesul, há o impacto da Doutrina de Segurança Nacional, que busca cobrir de “legitimidade ideológica” aliada ao uso do aparelho militar oficial para exercer a repressão.

Segundo Santos (2018) o fascista dependente é uma resposta desesperada à necessidade de sobrevivência do grande capital internacional e local, ainda que com diferentes variantes regionais. Para o autor a luta democrática só terá êxito se estiver vinculada ao movimento anti-latifúndio, anti-imperialista e anticapitalista. Sendo assim, é refoçado o caráter mundial e continental da luta antifascista, com possíveis alianças com setores burgueses ou pequeno-burgueses, que podem, pontualmente, atuar na luta democrática imediata, sem abrir mão da profundidade das pautas do proletariado. Os processos de redemocratização na América Latina, apesar de formalmente vitoriosos, não avançaram em alternativas de poder socialistas.

Theotônio (2018) destaca que, com a passagem do século XX para o XXI, confirma-se a hipótese dependentista: o desenvolvimento industrial da América Latina não resultou na ascensão para o patamar dos países desenvolvidos, pelo contrário, cresceu a distância dos países centrais. O crescimento da automação e da informatização concentrou capital nos países centrais e ampliou-se a composição orgânica. Sobre o papel do Estado, o autor ressalta amplas mudanças. Fica ainda mais evidente o caráter de classe do mesmo a serviço da burguesia financeira. O Estado (*balcão de negócios da burguesia*) passa a cumprir ainda o papel de alimentar as cadeias de pagamento de juros da dívida pública com elevadas taxas de juros.

Marcelo Carcanholo (2013) objetivando uma síntese identifica como características inerentes do desenvolvimento dependente, articuladas entre si: a superexploração da força de trabalho; a transferência de valor; a remessa de mais-valor para as economias centrais; a alta concentração de renda e riqueza; e o agravamento dos problemas sociais. Carcanholo ainda ressalta a importância do resgate crítico, ainda que incipiente, das obras e dos legados dos autores da TMD,

Para, além disso, destaca a tarefa de confrontar tais teses com o atual momento histórico vivido pelas economias dependentes. Essa é a melhor maneira de resgatar o legado teórico político dos precursores dessas teses

3.4 O Caráter Desigual e Combinado do Capitalismo Dependente: um diálogo necessário

Dadas às similaridades das perspectivas teóricas do **DDC** e da **TMD** faz-se oportuno investigar os pontos de convergência, divergência e complementaridade entre essas duas escolas do pensamento marxista, preservadas as particularidades históricas e políticas de cada uma delas. Seus principais autores, Trotsky e Marini, viveram momentos históricos expressivos do século XX, inclusive no combate às expressões contra revolucionárias de determinados períodos de suas atuações militantes. A ascensão do nazifascismo na Europa ou a implementação das ditaduras no Cone Sul são exemplos ilustrativos.

Trotsky em “Revolução e Contrarrevolução na Alemanha” (1934), explicita a falha da III Internacional Comunista ao negar a unidade com a social-democracia contra o Nazismo. Por outro lado, Marini, então liderança do MIR no Chile, em “Reformismo e Contrarrevolução” (1973) aponta o equívoco do Partido Comunista e da Unidade Popular em insistir na conciliação com a burguesia, que trouxe o enfraquecimento de uma possível radicalização de um processo revolucionário autêntico no Chile.

Sobre as aproximações e diferenças entre o DDC e a TMD, identificamos 5 principais posições, da qual uma discordamos completamente, as demais cabe à construção de sínteses e diálogos:

- a) Tese da estagnação, de Guido Mantega;
- b) Diferentes níveis de Abstração, de Mathias Luce;
- c) Retomada por outro caminho teórico, de Michel Lowy;
- d) convergência de diagnóstico, divergência político-conjuntural e Ronald Chilcote.

Guido Mantega (1985), em “Economia Política Brasileira” sistematiza as principais referências do pensamento econômico brasileiro do século XX, entre desenvolvimentistas, estruturalistas e marxistas. É o primeiro a propor esta

correlação que sugere a similaridade da teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky, em relação à obra de Marini e Gunder Frank. Porém, incorre em alguns pontos extremamente questionáveis/contraditórios.

Primeiro, atribui a Lênin, em especial em sua obra “Duas táticas da social-democracia na revolução democrática”. (1905) uma posição favorável ao etapismo, na qual ele defendia a tática da revolução burguesa contra o czarismo na Rússia. Posteriormente, com a III Internacional já burocratizada, se baseava em Lênin para justificar a política conciliatória nos países periféricos, em que era necessário aguardar o desenvolvimento capitalista antes de almejar a revolução socialista. Tal distorção teve importante influência no Brasil até o golpe de 1964, através do PCB, e Nelson Werneck Sodré é citado como porta-voz desta posi o, que avaliava na época que países como o Brasil eram semifeudais e necessitavam de uma urgente moderniza o capitalista, viés esse que contribuiu para inúmeras derrotas da classe trabalhadora no século XX.

No sentido de justificar o pensamento de Lênin, cabe retomar o contexto pós-ensaio geral de 1905, a revolu o derrotada pelo czarismo. Lênin, enquanto líder da fra o bolchevique entendia que dado o caráter atrasado do capitalismo russo e o proletariado débil, apostava em uma revolu o democrático-burguesa, buscando derrubar o Czar, encabeada pelo proletariado em aliança com o campesinato. Aceitava uma unidade com setores democráticos da burguesia, com independência política e sem abrir mão de avançar para a revolu o socialista em melhores condi oes, mantendo uma luta ininterrupta. Já os mencheviques, defendiam a tática da revolu o burguesa, mas delegaram   dire o do movimento e o eventual governo   burguesia, no qual seria oposi o. Trotsky por sua vez, divergia dos dois principais grupos da Social-Democracia Russa, e defendia a imediata revolu o proletária, já inspirada nos esboos das teses do Desenvolvimento Desigual e Combinado e da Revolu o Permanente, em “Balanço e Perspectivas”.

Em fevereiro de 1917, cumpre-se na Rússia a revolu o democrático-burguesa, cai o czar, forma-se um governo provisório burguês liderado por Kerensky, com participa o dos mencheviques e dos “socialistas-revolucionários”, sem compromisso nem de acabar com a guerra e nem distribuir terra ao povo.   nesse período que se observa o crescimento de organismos de “duplo poder” e auto-organiza o da classe trabalhadora, aliados aos impactos da própria primeira guerra mundial, que abrem uma crise de potencial revolucionário em toda a Europa.

Neste momento, Lênin propõe uma reorientação de posicionamento. Nas “As Teses de Abril” (1917) proclama “paz, pão e terra” e “todo poder aos soviets” colocando na ordem do dia uma nova revolução de caráter socialista que tem sua vitória em outubro do mesmo ano. Lênin e Trotsky, agora bolchevique, convergem e tomam frente da revolução socialista.

Como destaca Robaina (2007), não se trata da adesão de Lênin a Trotsky, mas uma síntese entre as táticas propostas em 1905, que o próprio andamento concreto da luta de classes dentro e fora da Rússia superou as projeções teóricas. Robaina (2007) ainda afirma que o grande consenso entre dois líderes bolcheviques era que ambos almejavam a revolução socialista mundial, que a classe trabalhadora era o sujeito social e político fundamental e para isto era necessário a organização independente da classe e a permanente mobilização com vistas ao poder político.

Voltando a Mantega, que reproduz o crasso erro da burocracia sobre a trajetória de Lênin, Mantega também se equivoca na tese da Revolução Permanente de Trotsky, que associa às obras de Gunder Frank, Caio Prado Jr e Rui Mauro Marini. Atribui a tese da Revolução Permanente a uma “teoria do subdesenvolvimento, ou da estagnação capitalista”, com base no “Programa de Transição” (1938), que orientou à política da IV internacional, em que havia com o agravamento da crise uma tendência a estagnação do capitalismo mundial. Mantega propõe esta afirmação, datada historicamente, às posições do **Desenvolvimento do Subdesenvolvimento** (1967) de Gunder Frank e a Teoria da Dependência de Marini, como se estes identificassem nos países periféricos à estagnação do capitalismo e da dominação burguesa.

Cabe ressaltar também, que no **programa de transição** de Trotsky, em que o mesmo propõe à supressão do conceito de programa mínimo (demandas imediatas da classe) e o programa máximo (luta pela revolução socialista). Identificava-se claramente que as reivindicações da classe trabalhadora, no agravamento da crise devem transitar para bandeiras revolucionárias: da revolução democrática à revolução socialista. Com o aprofundamento da crise a burguesia apelaria ao fascismo e à dominação colonial e à única saída que caberia aos trabalhadores seria à revolução socialista.

Trotsky não viveu para presenciar o pós-segunda guerra mundial, e o processo de reconstrução capitalista, que no capitalismo central se deu com o “american way of life” e com o chamado “bem-estar social” na Europa, e na periferia

direcionou-se ao investimento estrangeiro e parte do parque industrial, concentrado nos países centrais até então.

Tal período produziu as ilusões desenvolvimentistas na América Latina, duramente criticadas por Gunder Frank (1970), que via o subdesenvolvimento, não como resquício feudal ou colonial, mas como parte do processo de dominação do capitalismo central. Este se apropria do seu excedente econômico, como parte da organização do mercado mundial e cabe à luta dos trabalhadores pela revolução socialista, contra suas burguesias locais e contra a burguesia imperialista a garantia do desenvolvimento soberano desses países.

Já Marini (1973) identificava na centralidade da superexploração da força de trabalho o combustível para apropriação imperialista, através dos processos de transferência de valor, seja pela troca desigual no mercado externo, seja pelas remessas de investimento ao estrangeiro. Mantega associa a posição dos autores sobre a revolução socialista como única saída frente ao subdesenvolvimento e à dependência como um apoio à tese do desenvolvimento desigual e combinado e da revolução permanente de Trotsky, mas equivoca-se ao atribuir a uma suposta estagnação econômica do capitalismo periférico, como fator diagnóstico do programa de transição.

Na segunda metade do século XX, boa parte dos países latino-americanos ostentava, ainda que débil, um processo de modernização urbano-industrial, que inclusive tornou possível o surgimento de potências sub imperialistas regionais, sem romper com a subordinação ao imperialismo.

Mathias Luce (2018) é categórico em rechaçar o caráter estagnacionista na TMD, e ressalta que a acumulação de capital ocorre em determinada condição na qual quanto mais desenvolvimento, mais dependência, podendo mudar de grau e forma. Conclui-se que apenas processos revolucionários teriam capacidade de emancipar uma formação econômico social-dependente.

Mathias Luce (2018) é categórico em rechaçar o caráter estagnacionista na TMD, e ressalta que a acumulação de capital ocorre em determinada condição na qual quanto mais desenvolvimento, mais dependência, podendo mudar de grau e forma. Conclui-se que apenas processos revolucionários teriam capacidade de emancipar uma formação econômico social-dependente.

Segundo Luce (2018) essas duas vertentes operam em diferentes níveis de abstração, e não é possível relacioná-las. Sendo o DDC um nível de abstração mais

amplo, sobre a desigualdade do ritmo dos processos históricos, para além do modo de produção capitalista, enquanto a TMD opera nos desdobramentos da lei do valor no processo de formação do mercado mundial e na integração dos processos produtivos.

Ainda aceitando esta hipótese, baseada na leitura trans-histórica do desenvolvimento desigual e combinado, segundo Osório (2012) os níveis de análise, por mais que haja diferentes escopos de abstração e concretude, bem como categorias próprias, se inter-relacionam no corpus teórico que constituem.

No entanto, entendendo o desenvolvimento desigual como uma lei geral entre as sociedades humanas, e seu caráter combinado inerente ao modo de produção capitalista, especialmente em sua fase monopolista e imperialista, tanto à TMD quanto o DDC emergem enquanto legalidades específicas na constituição do Mercado Mundial portanto se manifestam neste mesmo nível de abstração

Já Medeiros e Bezerra (2019, p. 23) advogam que “o amálgama entre o arcaico e o moderno constitui uma tendência histórico-universal deste modo de produção, e não um aspecto específico das economias de capitalismo dependentes”. Nesta lógica, segundo os autores, o desenvolvimento desigual e combinado não se trata de tendência específica do capitalismo dependente, porém se manifesta de forma particular nestas economias, dada à coexistência do arcaico e o moderno em uma mesma totalidade social concreta. Portanto convergem com Luce quanto à abrangência da abstração em, porém identificam uma correlação totalidade-particularidade entre mercado mundial e formações sociais dependentes

Michael Lowy (1998) identifica convergência entre a tese do desenvolvimento desigual e combinado e do capitalismo dependente, que é retomada em “outros termos” por Gunder Frank e Marini. Esta posição encontra maior adesão na literatura, os trabalhos de Felipe Demier (2006), Franklin Melo (2018) Júnior Lopes (2016) são unânimes sobre a influência trotskista no pensamento dependentista.

Demier aponta uma visível influência trotskista em autores não-dependentistas como Caio Prado Jr. Florestan Fernandes, e Francisco de Oliveira. Já entre os fundadores da TMD, verificou-se uma parcial convergência com as teses trotskistas, na crítica ao etapismo, nos limites da revolução burguesa e na necessidade imediata da luta socialista.

Caio Prado Jr. (1966) em sua obra “Revolução Brasileira” foi um dos pioneiros na crítica da tese “feudalista e etapista,” com uma análise da agricultura brasileira, essencialmente capitalista, portanto não cabia superar o “atraso feudal” aliado a uma burguesia desenvolvimentista e antiimperialista, inexistente no Brasil.

Demier (2006) relembra que Florestan Fernandes, destacado intelectual brasileiro, ainda jovem, na década de 1940, teve experiência de militância no PSR, então seção brasileira da IV Internacional. Observa-se uma profunda leitura de clássicos marxistas como Lênin, Gramsci e Trotsky, ao identificar na particularidade histórica da revolução burguesa brasileira os estratégias de reacionários da revolução burguesa de manutenção de sua estrutura de poder, ainda no final do século XIX, diferente das ilusões etapistas que aguardavam a revolução burguesa clássica ainda na metade do século XX. Florestan, portanto, dialoga tanto com a categoria desenvolvimento desigual e combinado, quanto com o capitalismo dependente, tanto a na coexistência do arcaico e moderno, como categoria mediadora.

Para Fernandes (1968), o Brasil se torna uma plataforma de produção de matérias primas com fins de auferir excedente econômico a ser apropriado por nações e capitais imperialistas, e sua estrutura interna é marcada por uma estratificação social de poder político econômico e social particular, herdada das relações coloniais arcaicos quanto os aspectos capitalistas modernos. Segundo Fernandes (1973) o capitalismo dependente no Brasil, opera uma dupla articulação entre dependência externa e autocracia interna, cujas características podem ser assim sintetizadas:

- a) a concentração de renda, do prestígio social e das elites, com dominação autocrática;
- b) a coexistência de estruturas econômicas, socioculturais e políticas em diferentes “épocas históricas”;
- c) a exclusão de uma ampla parcela da população nacional da ordem econômica, social e política existente.

Segundo o autor, a classe dominante local opera de forma particular, dado que compartilha o excedente produzido com potências estrangeiras e tem maior debilidade. A referida classe necessita impor um regime político e social mais

verticalizada de modo a inviabilizar a integração nacional e continental, soberania nacional e a conquista de direitos. Ou seja, o temor diante de uma possível e necessária Revolução Brasileira. Além disso, Florestan ressalta que a dependência não se trata de uma imposição externa, mas de projeto de poder associado entre as elites nacionais e estrangeiras, que absorvem a modernização do arcaico para seguir com o poder político e acumulando capital:

Desse ângulo, dependência e subdesenvolvimento não foram somente “impostos de fora para dentro”. Ambos fazem parte de uma estratégia, repetida sob várias circunstâncias no decorrer da evolução externa e interna do capitalismo, pela qual os estamentos e as classes dominantes dimensionaram o desenvolvimento capitalista que pretendiam, construindo por suas mãos, por assim dizer, o capitalismo dependente como realidade econômica e humana. (Fernandes, 1973, p. 223).

Itamá Silva (2020) destaca pontos de diferença, convergência e complementaridade na obra Fernandes e dos autores da Teoria Marxista da Dependência,

Segundo o autor, a principal diferença entre eles é que Fernandes se dedica à especificidade da realidade brasileira enquanto os teóricos da TMD buscam uma perspectiva latino-americana do mesmo processo. Tanto Fernandes como Marini observam a condição do capitalismo dependente no mesmo período histórico, com rigor teórico marxista e leninista. Porém, Marini busca caracterizar o capitalismo dependente no contexto do mercado mundial, na inserção latino-americana e na crítica da economia política. Já Fernandes, desenvolve sua teorização inspirado no amálgama entre arcaico e moderno, centrada na particularidade brasileira e nas relações internas de dominação e exploração, bem como as relações políticas, sociais e culturais.

Bambirra também converge com Florestan na constatação de que na América Latina (e em consequência, no Brasil), a relação contínua entre arcaico e moderno como elemento estrutural do capitalismo dependente, cada qual com sua particularidade refletida na tipologia proposta pela autora, que no que tange ao Brasil, Florestan chega a conclusões similares. O autor também converge com as proposições de Theotônio dos Santos sobre a particularidade do fascismo na América Latina, dado o caráter débil da burguesia local. Aliadas ao interesse do capital estrangeiro financiam movimentos de caráter fascizante para preservar seu poder político e combater qualquer expressão minimamente progressiva.

Demier (2006) também destaca na obra de Francisco de Oliveira a influência do desenvolvimento desigual e combinado para criticar as teses dualistas. Para Chico de Oliveira As estruturas “arcaicas” do campo, longe de significarem um empecilho ao desenvolvimento das alas “modernas” urbano-industriais em função do “baixo custo” da força de trabalho rural que diminuía ao máximo o custo com os gêneros alimentícios nas cidades e do enorme êxodo rural que criava o “exército de reserva” de assalariados, um estímulo à produção industrial e à acumulação do capital (Oliveira, 2003; p. 44-45).

Melo (2018, p. 130) destaca que a Dialética da Dependência de Marini é “uma afirmação eloquente do desenvolvimento desigual e combinado aplicado às relações internacionais”. E a necessária auto-organização independente da classe trabalhadora tal qual à luta pelo socialismo, como reflexos desta influência parcial na Polop. Mesmo que o referido não recebesse com bons olhos a tese da Revolução Permanente, ainda que essa consiste no desdobramento lógico, histórico e político do desenvolvimento desigual e combinado.

Também como Trotsky, Marini (1992) identifica um caráter peculiar na luta pela democracia na América Latina, típico de um programa de transição socialista. Segundo o autor, falar em democracia cabe garantir a autodeterminação dos povos, independência nacional, justiça social, ou seja, o combate às expressões das desigualdades do capitalismo dependente que só é possível através do socialismo.

Guimarães Júnior e Lopes (2016) fazem uma análise pormenorizada de à “Dialética da Dependência” de Marini e a “História da Revolução Russa” de Trotsky e apontam que independente da influência trotskista, se o desenvolvimento desigual e combinado vem sendo retomado por outros termos, em outros contextos históricos, por outros marxistas, comprova-se a veracidade e contemporaneidade material desta teoria, aliada à necessidade de seguir a análise e a intervenção na realidade nestes marcos.

Ronald Chilcote (2009), por sua vez, faz um amplo resgate da influência trotskista na América Latina. O autor identifica convergências com as posições de Trotsky, Mariátegui, Paul Baran, Gunder Frank, Theotônio dos Santos, Rui Mauro Marini, Florestan Fernandes e, inclusive, Che Guevara, nas teses sobre o subdesenvolvimento e da dependência, associadas ao imperialismo e a integração do mercado mundial. Chilcote relata a influência do movimento trotskista em vários países com suas principais lideranças Nahuel Moreno e Milciades Penã (Argentina),

Hugo Blanco (Peru), Guillermo Lora (Bolívia), Luis Vitale (Chile). No Brasil, há influência trotskista desde a primeira geração fundadora do PCB na década de 1920, com figuras como Mário Pedrosa, Lívio Xavier e Patrícia Galvão.

Chilcote (2009) afirma ainda que na Polop, organização política dos anos 60 em que germinaram os principais representantes da TMD, possuía uma evidente influência trotskista, ainda que minoritária, importada de militantes argentinos. Representada entre outros por Silvio Frondizi, então dirigente da Práxis, uma organização trotskista argentina da qual fazia parte Milcíades Penã e Nahuel Moreno, que seria uma das grandes lideranças da IV Internacional na América Latina. Ainda segundo o autor, Marini possuía maior afinidade com Lênin e valia-se das teses de Trotsky na crítica ao etapismo do PCB.

Chilcote (2009) é categórico em afirmar que há uma relação entre o desenvolvimento desigual e combinado e a tese do desenvolvimento do subdesenvolvimento assumida por Frank. Chilcote identifica um consenso entre Trotsky, Frank e Marini, sobre a incapacidade da burguesia latino americana de conduzir uma revolução democrático-burguesa, bem como o protagonismo do proletariado dos países periféricos, como “detonadores” de uma revolução mundial em cadeia, desde a periferia. Porém, não se evidencia consenso nos desdobramentos políticos da Revolução Permanente, principalmente em relação à crítica das experiências socialistas burocratizadas vigentes, nem se observa nos autores dependentistas posições que apontam para defesa de revoluções também nos países centrais. Tanto Marini, quanto Dos Santos negam em entrevistas a sua filiação ao trotskismo. Nesse complexo debate teórico intergeracional, verifica-se que Trotsky destaca que para além da análise do mercado mundial, a esquerda teria que enfrentar não apenas o imperialismo, mas o fascismo, produto direto da crise de dominação burguesa nos países centrais, com efeitos diretos na periferia, como modo de extrair mais riqueza. Theotônio dos Santos (2018) em sua obra “Socialismo ou Fascismo: o novo caráter da dependência” ressalta a encruzilhada vivida na segunda metade do século XX na América Latina, e converge com os demais autores em que a revolução socialista é a única saída.

Francisco Neto (2020) ressalta influências e diferenças com as teses trotskistas e dependentistas e possíveis diálogos, especialmente nos casos de Marini e Gunder Frank. O autor destaca a convergência sobre a totalidade do mercado mundial, da específica historicidade na América Latina, bem como, o

caráter da revolução burguesa no Brasil que já havia sido realizada na transição Império-República e a necessidade da revolução socialista.

A vertente da TMD também avança em relação às teses trotskistas a respeito de uma suposta “interdependência” entre países centrais e periféricos. Como se constituiu um grande mercado mundial imperialista, os países centrais “dependem” das matérias primas extraída nos países periféricos. Enquanto estes dependem de um controle político-econômico através da exportação de capitais dos países centrais para desenvolver-se, ainda que de forma subordinada.

Tal lógica torna evidente o caráter inadiável da luta revolucionária da classe trabalhadora como única saída frente ao subdesenvolvimento e a dominação, e superada relação capital trabalho. A solidariedade internacional entre a classe trabalhadora consiste na possibilidade real de levar o mundo ao pleno desenvolvimento e emancipação. Porém a categoria “interdependência” cria uma armadilha teórica e política em que é possível o “desenvolvimento associado” baseado na aliança entre burguesia periférica e imperialista, cuja e integração ao mercado mundial permitiria o seu pleno desenvolvimento, como ficou expresso nas teses weberianas de Fernando Henrique Cardoso, detrator contumaz da vertente marxista da dependência.

A dialética “Imperialismo e Dependência”, proposto pela TMD, no contexto do desenvolvimento desigual e combinado, torna visível a relação de dominação centro-periferia, a assimetria de poder político e econômico, sem perder de vista o caráter efetivamente marxista da teoria da dependência: que coloca à luta de classes dentro de cada país e na arena internacional como a linha mestra. Lignani (2019) reconhece elementos de convergência e diferenças nestas duas escolas, e cada qual com importantes contribuições. Destaca a preocupação de ambas com o estudo acurado da realidade do capitalismo periférico e o não-monopólio dos aparelhos comunistas “oficiais”, principalmente na crítica ao etapismo e ao pensamento dualista. O autor resgata a contribuição dos trotskistas brasileiros Mário Pedrosa e Lívio Xavier, ainda nas décadas de 1930 e 1940, por meio de seu jornal “Orientação Socialista”, no qual antecipam análises e posições políticas que seriam defendidas por Marini, décadas depois como a crítica ao nacional-desenvolvimentismo. A saber, a ação do imperialismo que impediria um desenvolvimento capitalista independente com apoio da burguesia nacional e,

portanto, a necessária ação independente da classe trabalhadora para conquistar a democracia e a soberania nacional e lutar pelo socialismo.

Fica também evidenciada uma das principais diferenças entre as duas vertentes: o caráter da colonização das Américas, sobre as quais existem quatro posições políticas:

- a) caráter feudal, defendido pela Cepal, ISEB e o PCB, tendo Werneck Sodré seu principal porta-voz;
- b) capitalista desde o início, defendida por Gunder Frank e Marini;
- c) amálgama de diferentes modos de produção, defendida pelos Trotskistas, em especial Moreno, Vitale e Novack;
- d) modo de produção específico, defendida por Jacob Gorender.

A tese feudalista considera que desde a colonização até o século XX o Brasil seguia feudal, foi hegemônico na primeira metade do século XX e fundamentou tanto as políticas dos estruturalistas quanto dos stalinistas de conciliação de classe em busca do desenvolvimento capitalista.

Buscando refutar a tese hegemônica Gunder Frank (1967) afirma a tese do “capitalismo desde sempre”, antes mesmo da própria Europa, com base na tese original de Frank do “Desenvolvimento do Subdesenvolvimento” e da acumulação primitiva de Capital, tal afirmação tem mérito em criticar as teses etapistas. Mas equivoca-se por ser unilateral e considerar apenas a circulação, e não a produção, que estava longe de ser assalariada capitalista.

Nahuel Moreno (1948), ainda que flertasse com a tese do “capitalismo desde sempre” ao afirmar que “colonização espanhola, portuguesa, inglesa, francesa e holandesa tinha objetivos essencialmente capitalistas, de auferir lucros no mercado mundial, porém não havia condições materiais para instalar um novo modo de produção”. Não havia um exército de trabalhadores livres nas Américas disponíveis, cabendo retomar um caráter híbrido, integrado a formas pré-capitalistas de produção, servis e escravistas. Principalmente, contra os povos nativos americanos e africanos. Portanto, com base na lei do desenvolvimento desigual e combinado, convergindo com as tese de Mariátegui, a colonização das Américas teve caráter *sui generis*: houve um “amálgama de diferentes modos de produção” coexistentes mutuamente.

Por fim, Jacob Gorender (2016), propõe uma síntese dialética, inspirada no conceito original de Clóvis Moura, o Escravismo Colonial, como um modo de produção específico. Como observa Medeiros e Bezerra (2019), o escravismo colonial assume o papel embrião da acumulação primitiva de capital desde as Américas, que originou tanto o capitalismo central, quanto o dependente, atrelados pelo desenvolvimento desigual e combinados.

Como síntese, pode-se concluir que a presente revisão bibliográfica, longe de ser um esquema estático, objetiva avançar em uma síntese dialética entre estas importantes vertentes do marxismo preservadas a sua independência histórica e política. Há em comum entre estas duas vertente: uma busca evidente pela Totalidade enquanto fio- condutor; um acurado estudo da crítica da economia política; um compromisso político na auto-organização da classe trabalhadora e com o internacionalismo revolucionário, portanto acompanhado de duras críticas às posições etapistas, reformistas e nacional-desenvolvimentistas.

Ambas as vertentes tem como horizonte fomentar a luta da classe, portanto com a posição firme contra a burguesia, inclusive em regimes autoritário. Por isso tanto Marini quanto Trotsky e outros tantos intelectuais e lideranças sofreram inúmeras tentativas de apagar seu legado, suas ideias e suas vidas. Lembrando que ambos os grupos eram minoritários no movimento revolucionário e estigmatizados, distorcidos, quando não perseguidos abertamente, pelo regimes liberais-burgueses, fascistas e inclusive pelo chamado “socialismo oficial”.

Evidentemente há diferenças de objeto em exame, que leva a distintas conclusões e contribuições originais ao pensamento crítico. Também, observa-se divergências de natureza político-conjuntural.

Esta relação dialética entre o desenvolvimento universal desigual e combinado e o particular capitalismo dependente é a chave de leitura central defendida na presente tese, como chave de leitura, baseada no marxismo clássico e contemporâneo, para análise e intervenção crítica diante da Formação Social Brasileira e as expressões contemporâneas da Questão Social.

A coexistência do arcaico e o moderno se expressa de múltiplas formas, das quais detalharemos nos próximo capítulos, seja na produção e reprodução do capital, na circulação no mercado mundial e local, na financeirização, na gestão do Estado, nas relações sociais, de trabalho, de gênero e étnico-raciais.

Se vivenciamos hoje um desenvolvimento desigual e dependente, atravessado pelo imperialismo e pela financeirização por um lado e pela dinâmica nacional particular herdada do colonialismo e da autocracia burguesa dependente, com o aprofundamento da crise, para impor suas reformas, surgirão figuras autoritárias da extrema-direita, para impor a austeridade, cabendo à nós aliar à luta antifascista e anticapitalista. Por isso é nosso papel desmistificar esses processos e constituir com a acorreta armação teórica e política à luta de classes no Brasil e América Latina.

4 A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E O CAPITALISMO TARDIO

O Mercado Mundial Capitalista chega à segunda metade do século XX em uma nova fase de acumulação. Ernest Mandel (1985) denomina esta fase de “Capitalismo Tardio”, como um aprofundamento do capitalismo monopolista e imperialista. Afirma o autor:

o termo ‘capitalismo tardio’ não sugere absolutamente que o capitalismo tenha mudado em essência, tornando ultrapassadas as descobertas analíticas de O Capital, de Marx, e de O Imperialismo, de Lênin. Assim como, Lênin só conseguiu desenvolver sua descrição do imperialismo apoiando-se em O Capital, como confirmação das leis gerais, formuladas por Marx, que governam todo o decorrer do modo de produção capitalista, da mesma maneira, atualmente, só podemos intentar uma análise marxista do capitalismo tardio com base no estudo de Lênin de O Imperialismo. A era do capitalismo tardio não é uma nova época do desenvolvimento capitalista; constituiu unicamente um desenvolvimento ulterior da época imperialista, de capitalismo monopolista. Por implicação, as características da era do imperialismo enunciadas por Lênin permanecem, assim, plenamente válidas para o capitalismo tardio (Mandel, 1985, p.4).

Neste processo aprofundam-se as contradições entre centro e periferia, a produção e a realização do valor, trabalho vivo e trabalho morto, períodos expansivos e regressivos de acumulação de capital, crises cíclicas e estruturais. Mandel, ancorado em um rigoroso estudo da Lei do Valor Teoria analisa este período com contribuições fundamentais centrada na multicausalidade das crises cíclicas: ou seja, a superprodução e à queda da taxa de lucro, sempre mediadas pela luta de classes.

Já era sabido desde os tempos de Marx que o capitalismo passava por crises cíclicas, porém Mandel (1985) propõe a tese das “Ondas Longas” de acumulação capitalista no mercado mundial, ou seja, macro-períodos históricos cíclicos de expansão, estagnação e regressão da taxa de lucro. O autor periodiza da seguinte forma:

- a) entre o final do século XVIII para o século XIX, com o surgimento das primeiras máquinas à vapor que permitiram à manufatura em larga escala;
- b) entre 1847 a 1890, de generalização das máquinas a vapor, que viabilizaram à primeira revolução industrial;
- c) entre 1890 a até 1929, marcada pela difusão da energia elétrica e do motor à combustão;

- d) 1945-48 a 1974 marcada pelo pós-segunda guerra mundial com o advento da eletroeletrônica.

Observa-se um padrão nestes períodos: uma fase de acumulação de “tonalidade expansiva”, em que cada um os novos implementos tecnológicos elevam a composição orgânica de capital, permitindo auferir superlucros no âmbito da concorrência intercapitalista, fato esse que favorece a centralização de capital e o aumento do investimento produtivo de capital “ocioso”.

Com a generalização dessas novas tecnologias dentro dos mesmos ramos de produção e entre diferentes ramos, refreia-se o efeito centralizador e inaugura uma fase recessiva, inibida pela concorrência intercapitalista, pela tendência à queda da taxa de lucro e a resistência dos trabalhadores na luta de classes. Fica evidente em Mandel uma visão multicausal das crises quando propõe um método teórico-analítico para estudar os ascensos e as crises do modo produção capitalista.

Sobre este último período, observa-se nos países centrais, transcorrido o pós-segunda guerra mundial, um processo de investimento e reconstrução, principalmente na Europa, transita para o chamado pacto keynesiano-fordista com a promessa do “Estado de “bem-estar social”⁶ aos trabalhadores dos países centrais. Já nos Estados Unidos a promessa veio através da ideologia consumista do “American way of life”. Após a grande crise de 1929, e o intervalo das duas grandes guerras, combinaram-se as condições para um novo ciclo de acumulação de capital, de 1945 até meados da década de 1960, os “anos dourados”.

Behring e Boschetti (2006) destacam o papel destrutivo das guerras e do nazi-fascismo, a aplicação de novas tecnologias como a microeletrônica, aumentando a escala de produção e a necessidade de incentivar o consumo de massas, além do acirramento da Guerra Fria e a publicização dos crimes de Stalin.

Foi um período em que se buscava o “pleno emprego” da força de trabalho, massas de trabalhadores passaram a crer que era possível “humanizar o capitalismo”, havendo a cooptação de importantes lideranças operárias. Foi substituída a luta contra a exploração por demandas imediatas e corporativas, em

⁶ De acordo com Pereira (2012), a visão marxista de bem-estar social só pode ser concretamente superada à ordem de superação do capital. Os chamados Estados de “Bem-Estar Social” foram um fenômeno restrito historicamente e geograficamente às economias centrais (principalmente à Europa), em um contexto de conciliação de classes e com o intuito de evitar revoltas dos trabalhadores, em um contexto de disputa com o bloco soviético e de manutenção do poder de compra, por meio do pleno emprego e serviços públicos.

troca de ganhos de produtividade. Neste período primou um “pacto keynesiano-fordista” principalmente na Europa do pós-guerra, em que os trabalhadores “puderam impor condições de remuneração, de emprego e de proteção social” (Nakatani; Marques, 2020) e ao longo de algumas décadas de desenvolvimento econômico, com salários diretos, indiretos e acesso a bens de consumo.

A que custo? Concomitantemente, imperava na periferia a superexploração e transferência de valor, e muitos países na África e na Ásia-ainda coloniais- estavam em luta nas décadas de 50 a 70 por sua independência nacional.

Este quadro muda abruptamente com a crise cíclica do capital, não sendo mais possível abafar as contradições estruturais do capitalismo, não sendo mais possível manter concessões à classe trabalhadora, nem dos países centrais.

Ainda que um dos marcos históricos deste período tenha sido a quebra do padrão ouro-dólar estabelecido até então pela conferência de Breton Woods. Carcanholo (2018) destaca-se que a crise não se iniciou na referida data, como amplamente relata a literatura sobre mundialização, mas o episódio de foi consequência de uma crise de superprodução que já se gestava no final década de 1960 e que inclusive detonou os processos de revoltas populares em diferentes partes do globo em 1968 (França, EUA, México, Brasil, etc.).

Tal crise tem seu ápice na disparada dos preços do petróleo, que ocasiona, no dia 19 de agosto de 1971 é um dos significativos golpes financeiros do capital na história: O presidente Nixon determinou a quebra parâmetro ouro-dólar. Foi aberta uma Caixa de Pandora, desencadeando a completa desregulamentação monetária e financeira de caráter abstrato e fetichizado, permitindo uma maior flexibilidade para atender as demandas de emissão de moeda norte-americana, que assumiram um caráter fiduciário, sem a necessidade de lastro em ouro.

Carcanholo (2018) a luz do tomo 3 d’O Capital de Marx, sinaliza, portanto o receituário do Capital para suprir essa crise:

- a) reestruturação produtiva que, dentre outras coisas, promoveu a redução dos tempos de rotação do capital e, portanto, elevou a taxa anual ou periódica de mais-valia, conseqüentemente a taxa anual ou periódica de lucro. (Marx, 1988, vol. III, seção II);

- i. b) reformas estruturais nos mercados de trabalho que implicaram o aumento da taxa de mais-valia, tanto nos países centrais da acumulação mundial de capital, quanto nos países periféricos;
- ii. c) aumento da parcela do valor produzido pelo capitalismo periférico para a apropriação/acumulação nos países centrais, seja por mecanismos ligados à concorrência dentro e entre setores produtores de mercadorias, ou ainda por modalidades de remessa de recursos, sobretudo, com o serviço da dívida externa e transferência de lucros e dividendos, em função do investimento direto estrangeiro;
- iii. d) expansão dos mercados, dada a intensificação dos processos de abertura comercial e liberalização financeira;
- iv. e) mudança da lógica de apropriação/acumulação do capital, segundo as determinações dadas pelo que Marx denominou de capital fictício.

O Capital articulou-se para retomar as suas taxas de lucro a custo da parte do produto social. Conquistas históricas da classe trabalhadora que passaram a ser usurpadas. O capitalismo central, busca por meio da liberalização financeira, da automação e da extração de riquezas nas periferias, a manutenção de suas taxas, devido também ao valor rebaixado da força de trabalho que permite extrair maior lucro médio (Mandel, 1985). Essa posição, para além da transferência de valor por diferencial de produtividade, como também através das dívidas públicas e remessas de lucros, em muitos casos “exige” o uso da força, a exemplo das ditaduras militares do Cone Sul.

Embora a doutrina econômica da austeridade comumente é associada a ascensão do neoliberalismo, após a crise da década de 1970, Clara Mattei(2023) desvela que a austeridade fiscal surge ainda na década de 1920 como uma contra-ofensiva burguesa em reação aos movimentos contra-hegemônicos dos trabalhadores após à Primeira Guerra Mundial, principalmente a Revolução Russa de 1917, Esta perspectiva é observada tanto na democracia liberal britânica, quanto no fascismo italiano, embora em diferentes regimes político-institucionais, os experientes de consenso (convencer os trabalhadores a fazer sacrifícios em período de crise),e de coerção (repressão ao movimento de massas) foram aplicados para impor regimes de austeridade, em nome da “recuperação da economia nacional”.

A autora denuncia que estes economistas burgueses, para justificar medidas arbitrárias no pós-guerra, buscam mascarar os interesses políticos e de classe dentro da “ciência econômica, na tentativa de despolitizar o debate público, como se tratassem de decisões técnicas e portanto não poderiam ser questionadas, nem sequer por governos supostamente progressistas, muito menos pela classe trabalhadora organizada.

O objetivo central desses tecnocratas é a concentração de renda e riqueza para as classes dominante por meio da: austeridade fiscal, ou seja, tributação regressiva e cortes nos gastos na área social; austeridade monetária, com aumento das taxas de juros, forçando o endividamento classe trabalhadora e favorecendo os credores das dívidas privadas e públicas; por fim, a austeridade industrial, ou seja, políticas de precarização das relações de trabalho: demissões, reduções salariais, repressão a greves e sindicatos, medidas que buscam “disciplinar “à classe trabalhadora e inviabilizar as lutas sociais.

Fica, portanto, evidente o caráter anti-democrático da austeridade e não à toa, Mattei aponta a mesma como pavimento para o fascismo pois apenas desta forma é possível capital, em última instância, garantir seus interesses.

É nesse panorama que o capital fictício e portador de juros assumem a hegemonia no capitalismo mundial, de modo a reforçar a vigência do Imperialismo, com graves repercussões que impõem a mudança modelo keynesiano-fordista para o neoliberalismo. Vale destacar que não se trata de um fenômeno inédito, pois Marx (2017) já identificava no livro 3 de “O Capital” o papel do capital portador de juros e seu desdobramento em capital fictício.

O salto qualitativo neste período histórico verificado no grau de hegemonia e autonomia que adquire o capital fictício pode ser operado, segundo Nakatani e Marques (2020), nas formas das Dívidas Públicas, Capital Bancário, Acionário, Derivativos e, mais recentemente, Criptomoedas.

Com isto, instaurou-se um período de Acumulação Flexível (Harvey, 1992), com a completa desregulamentação monetária e financeira. Busca-se, com isso, homogeneizar o capitalismo mundial com a livre circulação mercadorias e capitais e, fundamentalmente, com a imposição de receituários econômicos. Por exemplo do tripé macroeconômico (*superávit primário, câmbio flutuante e meta de inflação*) ao qual os Estados nacionais periféricos devem submeter-se, para que possam ser atrativos aos investidores e reverter a estes os altos juros.

Importa saber que, não se reduz à mera preferência do capital por aplicações financeiras especulativas em detrimento de aplicações produtivas. Como explica (Iamamoto, 2012):

[...] já que a esfera estrita das finanças, por si mesma, nada cria. Nutre-se da riqueza criada pelo investimento capitalista produtivo e pela mobilização da força de trabalho no seu âmbito. O fetichismo das finanças só é operante se existe produção de riquezas, ainda que as finanças minem seus alicerces ao absorverem parte substancial do valor produzido (Iamamoto, 2012, p. 5-6).

Portanto, é falsa a dicotomia entre produção e especulação, pois estes fazem parte de um processo integrado de acumulação, e é ilusório gerar dinheiro autonomamente sem a mediação do trabalho, única fonte de mais-valor.

Este processo de mundialização financeira, inevitavelmente, leva à reestruturação produtiva e das relações de trabalho, à contrarreforma do Estado e ao acirramento das expressões da Questão Social. Segundo Iamamoto (2008), estes fenômenos são discutidos, porém de forma fragmentada, por influência do pensamento pós-moderno que nega a totalidade e a historicidade da consequência da mundialização financeira orquestrada pelo capital. Ou seja, para pagar os juros aos investidores e seguir acumulando capital, faz-se necessário ampliar a intensidade da exploração da força de trabalho nas empresas.

Segundo Chesnais (2005), "novos atores" operam seus capitais de forma mundializada além dos bancos, tais como: fundos de pensão, fundos de risco (hedge), "investidores institucionais", entre outros, que se tornam proprietários acionários das empresas. Impõem-se, dessa forma, novas dinâmicas à produção: flexibilizando (via de regra precarizando) as relações e condições de trabalho, ao transpor para a produção real a exigência de que cada setor obtenha a rentabilidade média aplicada pelos acionistas.

Para tal intento o Estado intervém em favor do capital com a liberalização e desregulamentação monetária e financeira, com a reestruturação produtiva, privatizações e contrarreformas. Tais medidas visam à manutenção da taxa de lucro, reduzindo ao máximo o tempo de rotação do ciclo de capitais, trazendo com isso uma maior intensidade na exploração da força de trabalho (Mandel, 1985). Aliado a estes fatores, a chamada revolução tecnológica, que eleva a composição orgânica do capital, permite a automação de uma série de tarefas. Neste contexto de

reestruturação da planta produtiva, há geração de desemprego estrutural e a ampliação do exército industrial de reserva.

Dessa forma, o Estado assume um novo e fundamental papel, como destaca lamamoto (2008, p.125): “os dois braços em que se apoiam as finanças – as dívidas públicas e o mercado acionário – só sobrevivem por meio de decisões do Estado”.

Na perspectiva neoliberal de reestruturação do Estado e das relações de produção e de trabalho, com intuito de ampliar a exploração, aprofunda-se a “banalização” e a “descartabilidade” da condição humana da vida dos trabalhadores (lamamoto, 2012).

Há, neste panorama, uma maciça transferência dos Fundos Públicos para o capital financeiro, por meio da remuneração de títulos da dívida pública. Aliado a este fato, a desregulamentação dos direitos trabalhistas e sociais com o desmonte das limitadas conquistas do “Estado Social”, e do o custo do “fator trabalho” das empresas permite a acumulação de maior taxa de lucro. Segundo Chesnais (2055), dois grandes negócios se destacam no final do século XX e início XXI nesta dinâmica: os fundos de pensão e as dívidas públicas.

Os serviços da dívida ou “mercado de obrigações” são historicamente uma significativa fonte de transferência de riqueza, fundamentalmente na emissão de títulos nos países periféricos. Estes países, para saldar os juros e contrair novos empréstimos, submetem-se a um processo que reproduz a especulação rentista, mantendo a subordinação econômica e política destas nações. Chesnais (2005) classifica esta forma de dívida pública como “ilegítima e odiosa”, contraída, na maioria dos casos em períodos de ditadura civil-militar (ou mesmo em governos sociais liberais), em prejuízo à população e sem o conhecimento da mesma. Por esta razão, para o capital e seus representantes políticos, considerando-se a preponderância do mercado externo sobre o interno, os direitos sociais são compreendidos como “custos” e necessitam, portanto, ser precarizados e reduzidos.

Os fundos de pensão transformam a poupança dos assalariados para aposentadoria em ativos para investimentos de risco. Por isso, há uma pressão de órgãos internacionais, principalmente sobre os países dependentes, para o desmonte dos sistemas de Seguridade Social, com a migração do regime solidário

para a capitalização individual⁷. Tal modalidade rompe com o conceito de proteção social, destituindo-se do caráter de direito social, e transformando-o em “produto bancário”.

O exemplo histórico e trágico se materializa de forma intensa no Chile, após a derrota do Governo progressista de Salvador Allende. Sobre o golpe de estado, Ruy Mauro Marini (2019) aponta que o reformismo, na sua incapacidade de enfrentar as elites nacionais e constituir uma nova forma de contrapoder, tornou-se a antessala da contrarrevolução, que se concretizou à mão de ferro de Augusto Pinochet. O regime civil-militar chileno, com aproximadamente quatro mil mortes confirmadas, usou os trabalhadores chilenos de “cobaia” para o, já mencionado, projeto da Escola de Chicago: o “Estado Subsidiário”.

Não havia mais espaço, nessa fase de acumulação capitalista para o Estado de “Bem-Estar Social” europeu, muito menos o desenvolvimentismo latino-americano das décadas anteriores. Trata-se de um “estado mínimo”: “mínimo para os dos trabalhadores” e “máximo para o capital” Netto (2001), operando os ativos da dívida pública, o investimento estrangeiro e as tropas de *carabineros*.

Segundo Bercovici (2015) é precisamente na “Carta del Lavoro” de Mussolini (1927) que se determina que a intervenção do Estado só deve ocorrer quando não houver interesse de mercado, ou seja: *tudo privado e todos privados de tudo*. Cabe destacar que o neoliberalismo nasce e toma forma de um estado contrainsurgente incompatível com valores democráticos.

Borges, Nogueira e Stocco (2019) observam que o Chile (já mencionado laboratório neoliberal sul-americano) institui dessa forma um “padrão peculiar de acumulação de capital”. Tornou-se o país mais atrativo do continente para o investimento estrangeiro, com uma série de contrarreformas e privatizações impostas à força, que combinaram a elevada atividade acionária e uma forte compressão dos salários sociais indiretos, ambos devido, entre outros fatores, a privatização da previdência social, que reduziu “gastos” sociais e fortaleceu os fundos de pensão. Os fundos de pensão chilenos (AFPs) ganharam força mundo afora por meio do sequestro das previdências públicas. Os recursos destinados à

⁷ O Chile, em plena ditadura empresarial-militar de Augusto Pinochet foi o primeiro país, a impor o regime de capitalização. Atualmente os aposentados por este regime vivem em média com menos de um terço do salário mínimo daquele país, com elevados índices de suicídio entre idosos.

aposentadoria dos trabalhadores passaram a ser aplicados no mercado de ações, sem a garantia de uma aposentadoria digna.

Trata-se de uma modalidade muito lucrativa para os fundos de pensão, mas completamente instável e insegura para o contribuinte, já que a contribuição é prefixada, porém o benefício (valor auferido) fica à mercê das flutuações do mercado, destituindo-se do caráter de direito social e convertendo-se em “produto bancário”.

A desregulamentação das leis trabalhistas e previdenciárias, bem como, a negação dos “salários sociais indiretos”, que se constituem em políticas sociais públicas e gratuitas, volta-se para o mercado e o dispêndio de salário, que usualmente é pago abaixo do Valor Histórico-Moral da Força de Trabalho. Órgãos como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional impuseram aos países (principalmente os dependentes) a reestruturação nas políticas previdenciárias e sociais, principalmente após o “Consenso de Washington” (1989), que segundo Chesnais, inaugurou, ao longo da década de 1990, uma reestruturação nas condições de acumulação de capital na periferia.

A reestruturação produtiva global se aprofundou nesse período também pela dissolução da União Soviética, na qual pouco restava das conquistas da revolução de 1917, na integração da China ao mercado mundial e aos países do Leste Europeu, que se tornaram a nova periferia da capital. Isso acelerou o reordenamento nas relações de trabalho, no centro e na periferia, ancorada na digitalização, nas cadeias globais de valor e na financeirização, na indústria de transformação cada vez mais automatizada e consequente dispensa da força de trabalho, mais concentrada na indústria de serviços. Os apologistas liberais cantaram réquiem pelo “fim da história”, fim da luta de classes e fim da centralidade do trabalho, enquanto categoria sociológica.

Ricardo Antunes (2006) refuta estas teses, apontando não para o fim do trabalho, mas para uma nova morfologia do trabalho, que se reestrutura conforme os ditames do capital e à capacidade de resistência da classe trabalhadora.

Ao longo das décadas subsequentes a hegemonia do capital financeiro atrelou a produção às necessidades da especulação dos investidores, com sistema de ganhos vinculados a uma taxa de produtividade, atendendo aos desígnios neoliberais. Criaram-se amplos contingentes de trabalhadores informais, com altas taxas de desemprego estrutural, baixos salários, instabilidade de emprego, contratos

temporários e perdas direitas e garantias sociais e trabalhistas (sem qualquer organização coletiva). Espalharam-se pelo mundo novas modalidades de precarização do trabalho: terceirização, subcontratação, contratos temporários, etc.

Ricardo Antunes (2006) destaca que uma mudança de morfologia no mundo do trabalho, particularmente no atual estágio do capitalismo brasileiro dependente e periférico, com formas multifacetadas e heterogêneas de organização, gestão e controle da força de trabalho, associadas à mundialização, transnacionalização e financeirização dos capitais.

Segundo Antunes (2018) Há uma relativa diminuição do proletariado fabril principalmente nos países centrais, dada à automação e lei de acumulação, porém um crescimento explosivo do proletariado de serviços, principalmente na periferia, portanto há um aprofundamento da divisão internacional do trabalho entre Norte e Sul, em um movimento que, desigual e combinado atinge de forma diferenciada a totalidade dos países.

Atualizando as tendências do desenvolvimento desigual e combinado, mesmo com a “modernização” tecnológica, dos ambientes de trabalho, quanto mais frágil a legislação trabalhista e a organização sindical dos trabalhadores, maior o grau de precarização das condições de trabalho, bem como o risco de acidentes e adoecimento do trabalho (Antunes, 2018).

Em 2008, esse modelo de hegemonia do capital enfrentou outra crise cíclica (2008). O marco histórico deste período é a crise do “subprime”, após a quebra da bolha das hipotecas do financiamento habitacional nos Estados Unidos. A crise atingiu em cadeia, através da mundialização financeira primeiramente os países centrais, em seguida os periféricos.

Marques e Nakatani (2020) observam que não se trata apenas de uma “crise financeira que afetou a produção”, mas uma crise do capital enquanto um todo. Segundo os autores:

o capital portador de juros e, em particular em sua forma de capital fictício, assumiu a dominância nas relações econômicas e políticas. Essa dominância, longe de ser uma distorção, constitui o desdobramento lógico do capitalismo. Na medida em que o dinheiro passou a representar o valor, mesmo que a forma preço dele se afaste e se autonomize, a busca por ganhar dinheiro sem passar pelas agruras da produção se impõe e, se a ela não se colocam obstáculos, ela assume a forma de capital fictício hipertrofiado. Nos últimos 50 anos – período em que se criaram as condições para a dominância do capital portador de juros e para o

desenvolvimento hipertrofiado do capital fictício – houve, do ponto de vista do capital, uma fuga para frente (Marques; Nakatani, 2020 p. 56-57).

Logo, não se trata de uma crise meramente especulativa, mas um desdobramento direto dos ciclos de ondas expansivas e recessivas de acumulação capitalista anteriormente identificados. O século XXI já inicia com grandes contradições, e seu significado segue em disputa. Mundo afora, similar a 1968, houve levantes populares e democráticos, contra esta hegemonia neoliberal, disputados tanto pela esquerda quanto pela direita. Houve importantes movimentos como a Primavera Árabe, Indignados na Espanha, Occupy Wall Street nos EUA, Levantes e greves na América Latina, bem como o crescimento dos movimentos negro, feminista e LGBTQIA+.

Em reação a estas revoltas, novos movimentos de extrema-direita intensificaram-se pelo mundo, com peso eleitoral em vários países do centro e da periferia, confirmando as teses que *o fascismo é a expressão deletéria do capital em crise de dominação*. Pela esquerda não houve ainda em nenhum desses movimentos com capacidade de constituir uma alternativa concreta de poder. Segue atual a crise de direção revolucionária preconizada por Trotsky no “Programa de Transição” (Trotsky, 1936). Somam-se a esse fator o final de um referencial soviético e o fato de que as experiências socialistas ainda vigentes não terem condições, ou interesse, em constituir processos genuinamente revolucionários pelo mundo.

4.1 Padrão de Reprodução do Capital

Baseado nos debates de Lênin sobre o imperialismo, Marini esboça um conceito que vem a ser detalhado por Jaime Osório: o Padrão de Reprodução da Capital, que tem por função a mediação entre as leis gerais do capitalismo e a dinâmica concreta da reprodução do capital em cada país. Segundo Luce (2018) tal categoria é intermediária entre os níveis de abstração do mercado mundial e a de formação econômico-social, busca fazer a apreensão dialética entre valor e valor de uso. Tal categoria permite analisar tendências imanentes da economia dependente a partir de dados concretos considerando a sociedade como um organismo vivo, em contínuo desenvolvimento, na qual cabe uma análise objetiva das tendências particulares das suas relações de produção e reprodução social como destaca Osório:

A noção de padrão de reprodução do capital surge para dar conta das formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados, tanto no centro como na semiperiferia e na periferia, ou em regiões no interior de cada um deles, considerando as características de sua metamorfose na passagem pelas esferas da produção e da circulação (como dinheiro, meios de produção, força de trabalho, novas mercadorias, dinheiro incrementado), integrando o processo de valorização (incremento do valor e do dinheiro investido) e sua encarnação em valores de uso específicos (calças, rádios, celulares, tanques de guerra), assim como as contradições que esses processos geram (Osório, 2012, p. 33).

O que se produz? Como se produz? Para quem produz? Com quem são feitas as transações? Com que força de trabalho? Todas estas perguntas importam para compreender o padrão de reprodução, ou seja, o *modus operandi* predominante em determinada formação econômico-social em determinado momento histórico.

Segundo Filgueiras (2018) fica evidente no capitalismo dependente sua subordinação ao ciclo do capital dos países imperialistas, internalizada, em todas as suas fases. Deste no financiamento da produção, nas importações de máquinas e equipamentos, tecnologias e patentes, bem como a superexploração da força de trabalho, o limitado escopo e produtividade de valores de uso, principalmente para abastecer o mercado externo do capitalismo central. Segundo o autor, o Estado assume um papel determinante neste processo, ainda que “sub-soberano” em relação aos Estados imperialistas, este articula com o capital estrangeiro e diferentes frações de classe locais, a política econômica de determinado período histórico.

Ao longo da história da América Latina e no Brasil é possível identificar três principais padrões de reprodução: o padrão agromineiro exportador, o padrão industrial e o padrão exportador de especialização produtiva, conforme quadro a seguir:

Figura 4 - Padrões do capital

Padrão de reprodução dominante	Período que abrange
a) Padrão agromineiro exportador	Até a segunda década do século XX
b) Etapa de transição	Primeira metade dos anos 1930
c) Padrão industrial	Segunda metade dos anos 1930
Etapa internalizada e autônoma	Até os anos 1940
Etapa de integração ao capital estrangeiro	Desde os anos 1950
d) Etapa de transição	De meados dos anos 1970 aos anos 1980
e) Padrão exportador de especialização produtiva	De meados dos anos 1980 até o presente.

Fonte: (OSORIO, 2012, p. 78)

Osório (2012) destaca que cada um desses padrões (e suas subetapas) tem sua lógica interna de reprodução. Entretanto, deve-se considerar que eles fazem parte de um movimento mais geral, o do sistema mundial capitalista. Cabe observar que esta categoria não se manifesta de forma pura e estratificada, e na realidade concreta há à coexistência e transição de diferentes padrões de reprodução, em que um não termina de se subordinar e em que o padrão que emerge ainda não domina totalmente.

O padrão agro-minero-exportador coincide com a Revolução Industrial na Europa, as independências nacionais das ex-colônias, submetidas à condição de economias dependentes, com a abolição do trabalho escravo em favor da exploração do trabalho assalariado, sob jugo do imperialismo britânico. Este padrão tem seu apogeu no continente do século XIX até o início até o primeiro terço do século XX. Fernandes (2006) e Marini (2011) convergem ao entender que esta transição colonial e a consequente integração ao mercado mundial não se explicam apenas por causas internas, mas justamente pelos interesses de atores nacionais e externos. Estes, com o monopólio do capital e da terra, impõem a superexploração da força trabalho e a espoliação dos recursos naturais como imperativo da divisão internacional do trabalho (Pereira, 2012).

Este padrão entra em crise no período entre Primeira Guerra Mundial à Crise de 1929 e à Segunda Guerra Mundial que exigem do capital local a geração de um processo de industrialização como forma de reprodução. Bampirra (2013) identifica na sua tipificação os países de tipo A que iniciaram esta transição ainda no século XIX (Argentina, Brasil, Chile etc.) cada qual a seu ritmo desigual, visando à “substituição de importações” conseguiram constituir uma indústria internalizada e

relativamente autônoma em meados da década de 1930. Frente ao pós-segunda guerra mundial o capital monopolista assume interesse em produzir não apenas matérias-primas na periferia, como também bens processados e semiprocessados, pois “não é possível vender máquinas aos países semicoloniais, se eles não têm permissão para utilizá-las” (Mandel, 1985, p. 43). Devido necessidade do grande capital imperialista de dar vazão ao maquinário obsoleto, verifica-se um processo de migração de plantas industriais para a periferia, associada à promessa ideológica do desenvolvimentismo na América Latina. Para os países de tipo B significou o início da industrialização, para os tipo A, iniciou uma nova fase de industrialização integrada ao capital estrangeiro, com evidentes tensões.

Este padrão industrial, com seu auge entre as décadas de 1950 e 1970, passa por diferentes sub etapas, de diferentes graus de nacionalização e integração ao capitalismo central, principalmente com a chegada das grandes multinacionais norte-americanas. Foi um período marcado por governos nacionais desenvolvimentistas (Vargas, Perón, Cárdenas) e de crescimento das teses Cepalinas.

A disputa inter-burguesa dividiu-se entre a tática da fração industrial-urbana e desenvolvimentista, de conciliação de classes e a tática latifundiária de cooperação de inserção subordinada à cadeia imperialista. Desenvolveu-se um processo de cooperação com o capital estrangeiro gerou novas contradições, pois os lucros destes empreendimentos imperialistas só poderiam ser liquidados com o saldo positivo de exportações, ou seja, lastreados em dólar. Marini (2011) observa que crescimento industrial no Brasil demandava um câmbio mais favorável e uma taxa de juros baixa mais entrava em choque com os interesses do latifúndio, que lucravam com a desvalorização da moeda. Esta tensão em muitos países latino-americanos foi resolvida através de golpes civil-militares, que inviabilizaram as perspectivas nacional-desenvolvimentistas.

No caso brasileiro, consolidou-se o padrão industrial integrado às multinacionais norte-americanas, com um relativo crescimento chamado de *milagre brasileiro*, financiado por meio de empréstimos estrangeiros de questionável alcance para as classes trabalhadoras e que viria a se constituir em um pesado endividamento público. Também se consolida, neste período, o papel subimperialista do Brasil como potência político-econômica regional e centro de transferência valor das economias latino-americanas para o imperialismo central.

Já na década 1970 passa a tomar forma o atual padrão exportador de especialização produtiva, com a crise do modelo keynesiano-fordista, com a revolução tecnológica e o avanço do capital financeiro. O capitalismo na sua centralidade busca reverter à queda da taxa de lucro, com uma série de medidas. Os processos de mundialização criaram novas fontes de mais-valia extraordinária, com o avanço científico e a fragmentação da produção em diferentes partes e componentes pelo mundo de modo a rebaixar os salários tanto no centro quanto na periferia. Com o avanço da liberalização financeira e das contrarreformas neoliberais há uma tendência de crescimento do trabalho precário, principalmente na periferia, e mesmo em condições formais, incidem a pressão do exército de reserva e da superexploração.

O Padrão de Reprodução Exportador de Especialização Produtiva, com cada região do mundo, no âmbito das cadeias globais de produção, dedicando-se a produzir e exportar determinados tipos de valores de uso. Este processo gera novas contradições particulares na centralidade e na periferia, e em cada formação nacional particular.

Reforçando o caráter desigual e combinado o Mercado Mundial, observa-se nesse período diferentes repercussões, transferem-se as plantas industriais para novos territórios como China e Índia; enquanto boa parte da América Latina reprimarização a sua economia, baseada em *commodities*; enquanto nas economias imperialistas mantêm os centros de alta tecnologia o mercado financeiro e o controle da redistribuição geográfica desta produção global. O capital fictício passou a negociar as ações sobre lucros futuros destas companhias transnacionais, que extraem matérias primas nos países periféricos, instalam as fábricas onde a legislação trabalhista é fragilizada, e contabiliza os lucros nas economias centrais.

Na maioria dos países o novo padrão exportador implicou uma destruição ou redimensionamento da indústria nacional. Países de economia mais complexa, como México e Brasil, preservam um importante parque industrial integrado às grandes cadeias produtivas globais sob a direção de empresas transnacionais. A condição exportadora é fator fundamental para a viabilidade do atual projeto em detrimento do mercado interno.

Ao final da década de 70 com a reestruturação produtiva mundial sob os marcos neoliberais, inicia-se uma transição, nas economias dependentes para um novo padrão de reprodução de “especialização produtiva” (Osório, 2012), que

retoma em parte o perfil exportador do padrão agromineiro sob novas condições impostas pela mundialização do capital, e sobre o qual faremos uma análise detalhada no próximo capítulo. Cabe, portanto, uma análise mais detida da formação Econômico-Social Brasileira, integrada ao contexto Latino-Americano.

Devido a esta vocação exportadora, torna-se menos atrativo para o capitalismo dependente o consumo interno da classe trabalhadora. Este fenômeno torna possível aos capitalistas locais aumentar os níveis de exploração do trabalho, para compensar seu déficit no intercâmbio desigual, já que não se observa nestes o interesse em mínimas condições de vida destes trabalhadores (Souza, 2016).

Embora haja uma retomada da centralidade da produção de matérias-primas, ocorre sob novas condições históricas, impostas pela mundialização do capital como a financeirização e industrialização do campo, com os adventos dos agrotóxicos e da transgenia, com maior composição orgânica, ou seja, proporcionalmente com o uso de ainda menos força de trabalho, além do processamento destes produtos. Há cada vez menos camponeses proprietários e menos proletários rurais, dos quais, que vem a compor o exército industrial de reserva nas cidades. É com o aprofundamento do êxodo rural que a maioria da população brasileira e mundial, ao longo da segunda metade do século XX passa a ser majoritariamente urbana.

Observa-se, segundo Osório (2012b) no nosso continente, diferentes países assumem diferentes valores de uso como sua especialização produtiva. O autor traça um comparativo de 5 países: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México.

- a) na Argentina, os bens agrícolas e agroindustriais possuem um peso substancial na pauta de exportação, tradicional na produção carne vermelha, este ramo perde espaço soja, milho e trigo, petróleo e derivados;
- b) no Chile o cobre corresponde a mais da metade da pauta de exportações, seguido com menor preponderância do titânio, peixe, polpa de madeira e vinhos;
- c) na Colômbia a centralidade pertence ao Petróleo e derivados, também se destaca, o carvão, ligas de ferro e ouro, bem café, banana, produtos de polimerização e veículos automotivos;

- d) o México também tem como seu principal item de exportação o Petróleo, mas também se destacam as maquiladoras de componentes eletrônicos e do ramo automobilístico;
- e) o Brasil mantém uma pauta de exportações diversificadas e com o maior parque industrial do continente, ainda que a indústria de transformação vem perdendo relevância na composição do PIB, enquanto cresce o agronegócio com grande produção de soja, arroz, café, carne vermelha, além dos minérios, petróleo e derivados.

Osório (2012) reforça o caráter sub imperialista do capitalismo Brasil na região ao observar que a pauta de exportação de commodities é predominante nas relações com países centrais como Eua, China e União Europeia, enquanto com os demais países latino-americanos predominam os produtos manufaturados.

Cacciatori (2021) identifica na centralidade da exportação de commodities acompanhada da desindustrialização relativa como um mecanismo fundamental de reprodução da hegemonia do capital fictício, globalizado e colonial de modo a aprofundar e atualizar o subdesenvolvimento e a dependência. Como as potências centrais detêm o monopólio da produção dos produtos manufaturados, detém controle também sobre os preços das matérias-primas e sua oscilação na condição contemporânea de “commodity” cujo preço é ancorado ao dólar e sua oscilação pode ter profundo impacto no preço de bens de consumo popular como alimentos e combustíveis.

Filgueiras (2018) polemiza sobre a tese do Padrão de Especialização Produtiva no Brasil, pois essa especialização ocorre fundamentalmente em sua pauta exportadora, pois sua estrutura produtiva é ainda muito diversificada em todos os setores e mantêm um forte mercado interno, portanto as mudanças ainda não abriram um novo período histórico.

Na virada para o século XXI, se aprofunda uma tendência identificada por Marini que é a cisão do Ciclo do Capital, portanto há um menor interesse da burguesia no consumo de massas no mercado interno, uma vez que se trata de um padrão de reprodução centrado na exportação. Isto gera uma cisão da produção com as necessidades de subsistência da população trabalhadora.

Valadão (2019) destaca a extração mineral realizada na América Latina por empresas estrangeiras com novas tecnologias, como a dinamitação e a dissolução

química. Estas técnicas substituem a escavação sem, no entanto, deixar de ser uma atividade penosa aos mineiros, além de causar irreversíveis danos ambientais, a exemplo dos recentes crimes ambientais no Brasil em Mariana e Brumadinho.

Vale ressaltar ainda, que diante da crise ambiental e climática, criou-se um mercado de “créditos de carbono” no qual, é vendido o “direito de poluir” pelas economias dependentes em favor da centralidade do capital. Falsa solução desenvolvimentista que não questiona o regime de produção e circulação vigentes.

Com a financeirização e agregação de novas tecnologias no campo (que se converte em indústria), há cada vez menos camponeses proprietários e mais proletários rurais, que vem a compor o exército industrial. É com o aprofundamento do êxodo rural que a maioria da população brasileira e mundial, ao longo da segunda metade do século XX passa a ser urbana. Cresce a produção do agronegócio latifundiário e monocultor, enquanto cresce os indicadores de fome e insegurança alimentar no país.

A luta de classes se expressa no território urbano com novas dinâmicas: o direito à cidade contra processos gentrificadores. Na especulação imobiliária do solo urbano, as empreiteiras vinculadas ao capital financeiro e às gestões governamentais temerárias expulsam as famílias dos trabalhadores para regiões periféricas, sem acesso a equipamentos urbanos básicos e concomitantemente criam zonas de crescente valorização, para o uso das classes possuidoras. A cidade, neste cenário, instaura uma segregação sócio espacial que aprofunda a fronteira em uma cidade para poucos (possuidores) e uma cidade para muitos (despossuídos) (Rolnik, 2015).

Importa saber que a dinâmica da financeirização não atinge apenas o excedente produzido socialmente, mas parte do trabalho necessário. Uma vez que as folhas de pagamento foram vinculadas às contas bancárias, abriu-se a possibilidade do amplo endividamento da classe trabalhadora, que busca suprir a insuficiência salarial para o acesso a bens de consumo, seja pelo cheque especial, cartão de crédito e o crédito consignado, comprometendo o fundo de consumo e de vida futura do trabalhador (Luce, 2013). Nessa mesma perspectiva, os salários indiretos, fruto do excedente do trabalho extraído do Estado, pautas estas que haviam se convertido em direitos sociais, são também objetos de financeirização, com a privatização da Saúde e da Educação, a capitalização da Previdência e demais contrarreformas neoliberais. Lapavitsas (2009) e Assis (2017) caracterizam

este fenômeno como expropriação financeira, ou seja, a capacidade de extrair lucros financeiros dos rendimentos individuais em uma situação em que os trabalhadores passam a ampliar a sua relação com as instituições financeiras para suprir necessidades elementares.

Observa-se uma cisão da produção em relação às necessidades sociais na gestão do Fundo Público por parte dos Estados Dependentes, redirecionado para a remuneração do Sistema da Dívida Pública (Fattorelli, 2023). Com a mundialização e financeirização do capital acirram-se de forma crescente as desigualdades sociais, inclusive os direitos sociais, como transporte, educação, saúde e previdência social assumem a dimensão de mercadorias de luxo, exclusivas para uma parcela minoritária da população. Simultaneamente, a precariedade é intencionalmente generalizada para a grande maioria dos trabalhadores, com a transmutação dos serviços públicos estatais e dos direitos sociais, de for abrangente.

Nessa mesma perspectiva, os salários indiretos, fruto do excedente do trabalho extraído do Estado através de um sistema tributário injusto e regressivo, que taxa pesadamente o consumo popular e taxa pouco ou nada grandes fortunas, lucros e dividendos. Os direitos sociais tornam-se objetos de financeirização, com a privatização da Saúde e da Educação, a capitalização da Previdência e demais contrarreformas neoliberais.

Segundo Souza (2016) a Seguridade assume centralidade estratégica na luta de classes nas economias dependentes, pois a simples venda da força de trabalho não garante o mínimo de proteção social a grande parte dos trabalhadores. Além disso, dada a subordinação ao rentismo, o fundo público nestas economias é tomado para rolagem das dívidas públicas, o que impõe aos trabalhadores latino-americanos a inviabilidade de um projeto de bem-estar social nos marcos do capital como ressalta a autora:

[...] impossibilidade objetiva da existência de políticas sociais que sequer se equiparem às políticas sociais desenvolvidas no centro, que mesmo sendo limitadas pela inviabilidade de uma real democracia no âmbito do capitalismo, puderam se estruturar em outras bases que não a dependência e a superexploração (Souza, 2016, p. 58).

Osório (2012) destaca que o desenvolvimento econômico neste padrão de reprodução não garante salários e condições de trabalho e de vida para maioria da população Latino Americana, que enfrenta uma profunda precarização estrutural, que não é contornável como políticas pontuais. O autor atribui este fenômeno a própria natureza do Padrão de Especialização Produtiva pelas seguintes razões:

- a) esta nova modalidade de reprodução do mercado dos assalariados locais não constitui um elemento de maior relevância à medida que parte substancial da produção vai destinada aos mercados externos. Isso porque o salário médio geralmente se encontra bastante longe de permitir o acesso aos bens exportáveis;
- b) em segundo lugar, a capacidade de concorrência desse padrão nos mercados externos reside na deterioração dos salários locais e na depreciação de tudo o que implique elevar o custo do trabalho, como benefícios sociais diversos.

Estas condições retomam a combinação das tendências do capitalismo dependente, a superexploração da força de trabalho e a cisão das necessidades sociais, ambas identificadas por Marini. São sintomas da modernidade capitalista, a possível, e alcançável, a real, que inviabiliza qualquer perspectiva de desenvolvimento e justiça social sob os marcos do capital

Segundo Borges, Nogueira e Stocco (2019) os processos de financeirização reatualizam o caráter da dependência na América Latina, produzindo mais um “novo anel na espiral”, com o crescente aumento das remessas de juros e dividendos, bem como o agravamento da superexploração da força de trabalho, bem como apontam que a forma de operacionalização do capital fictício é fundamental para analisar o atual padrão de reprodução do Capital. Bruna Raposo (2015) identifica nesse processo um movimento para contrarrestar a tendência da queda da taxa de lucro, com a necessidade de segmentação do ciclo do capital em escala global, em busca por matérias-primas mais baratas, bem como uma força de trabalho mais barata.

Com o processo global de reestruturação produtiva e precarização do trabalho, fruto do neoliberalismo surge uma importante polêmica na produção da Teoria Marxista da Dependência (TMD): existiria de fato uma generalização da superexploração? ela se ampliaria para além da periferia do capital ou se mantém

restrita aos países dependentes, e caso haja, perderia objeto o conceito de capitalismo dependente?

Camilla Nogueira (2021) dedica um capítulo de sua tese a expor as posições de diferentes autores contemporâneos sobre o tema, a partir do último artigo publicado por Rui Mauro Marini “Processo e tendência da globalização capitalista” (2007, [1996]) e os aportes de Adrián Sotelo Valencia, Jaime Osorio e Marcelo Dias Carcanholo, que apontam elementos para o debate sobre a generalização da superexploração e sua extensão a países centrais. Incluímos aqui também o artigo.

Marini propõe ainda na década de 1990 uma interpretação da globalização, como um processo transitório que culminaria em uma nova fase do capitalismo, possibilitada pela revolução tecnológica que geraria uma nova divisão internacional do trabalho com diferentes impactos no centro e na periferia, aprofundando a dependência.

Nos países centrais, a inovação tecnológica permitiu uma maior rotação e reprodução de capital, visando o lucro extraordinário, aos custos agravamento das condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora desses países, já que parte da produção foi transferida para as periferias, aumentando o desemprego.

Nos países dependentes, os limites das forças produtivas, bem como abertura comercial intensificaram a dependência nesses países, que se traduziu no aumento da transferência de mais-valor por parte da remessa de lucros, dividendos e juros. Segundo o autor, isto gera um rebaixamento global do valor da força de trabalho, inclusive nos países centrais, visando à competitividade na forma preço e à extração no qual os lucros extraordinários pelo capital transnacional. Portanto Marini afirma que este processo abre a hipótese da superexploração da classe trabalhadora também nos países centrais.

Já Jaime Osório (2018) entende que todos os mecanismos de superexploração da força de trabalho, apresentados por Marini incorrem na “violação” do valor da força de trabalho, sendo que o pagamento do salário abaixo do valor de reprodução da força de trabalho é a forma evidente, já ampliação da jornada de trabalho e ao aumento da intensidade seria formas indiretas de superexploração.

Adrián Sotelo Valência (2016) aponta que no mundo do trabalho no século XXI a concorrência entre os capitais visando os lucros extraordinários e isto geraria à generalização da superexploração, por meio da precarização das relações de

trabalho e surgimento de novas periferias(ex-países soviéticos). Valência propõe as subdividir em “superexploração constitutiva” nos países dependentes e a “superexploração operativa” no capitalismo central, como se a segunda fosse algo mais transitório e conjuntural nos países centrais.

Carcanholo (2014) critica a tese da generalização da superexploração da força de trabalho, pois esta é uma unidade dialética e faz parte do movimento do capital em condições de transferência de valor e ruptura do ciclo do capital. Carcanholo aponta uma imprecisão na obra de Marini, pois o autor não estabelece uma distinção clara entre o que seria sua essência e seus mecanismos. Ou seja, entre a dinâmica de superexploração como medida compensatória frente à transferência de valor, e seus múltiplos mecanismos de rebaixamento de valor da força de trabalho.

Há de se observar que o racismo também opera como mecanismo de ampliação da superexploração inclusive nos países centrais, pois segundo Ferreira e Fagundes (2021, p. 71) “a racialização do imigrante e dos trabalhadores não brancos cumprirá no centro a mesma função que na periferia: pressionar os salários do conjunto da classe para abaixo do valor da força de trabalho.”.

Enquanto mecanismos de rebaixamento do valor da força de trabalho, Carcanholo admite a existência da superexploração nos países centrais, porém não enquanto dinâmica dialética frente a transferência de valor, esta específica do capitalismo dependente e descrita no título da principal obra de Rui Mauro Marini.

5 A FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL BRASILEIRA

Utilizar essa linha de análise para estudar as formações sociais concretas da América Latina, orientar esse estudo no sentido de definir as determinações que se encontram na base da luta de classes que ali se desenvolve e abrir assim perspectivas mais claras para as forças sociais empenhadas em destruir essa formação monstruosa que é o capitalismo dependente: este é o desafio teórico que se coloca hoje em dia para os marxistas latino-americanos. A resposta que lhe dermos influirá sem dúvida de maneira não desprezível no resultado a que chegarão finalmente os processos políticos que estamos vivendo (Marini, 2005 [1973]).

Segue vigente o desafio teórico proposto por Marini, 50 anos atrás, aos marxistas latino-americanos: estudar as formações sociais concretas da América Latina, em especial o Brasil, que com base das características mais gerais do modo de produção capitalista e à luz das particularidades de sua formação social, de aspectos da luta de classes há de se avançar na análise e no enfrentamento ao capitalismo dependente e suas múltiplas expressões. Osório (2012) destaca que a noção de formação econômico-social remete ao processo histórico de constituição de relações capitalistas em determinado território.

Especialmente no âmbito do Serviço Social, este tema vem ganhando atenção da produção da área. Dado que a Questão Social é o objeto fundamental de análise e intervenção da profissão, esta que é produto direto da Lei de Acumulação Capitalista. Para que haja acumulação de capital, como explicado anteriormente, é necessário um enorme contingente humano “livre” dos meios de produção e submetido ao máximo pauperismo (Marx, 2013). Por isso a pobreza e o desemprego, tal como cotidianamente percebidos, são constitutivos e estruturais na sociabilidade do capital (Netto, 2001).

A partir desta contradição Iamamoto (2001) apresenta a Questão Social no conjunto das expressões de desigualdades e resistências engendradas na sociedade capitalista, conforme segue abaixo:

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões de desigualdades engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto a apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. [...] expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. [...] Esse processo é denso de conformismos e resistências, forjados ante as desigualdades, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais (Iamamoto, 2001, p. 17).

A Autora além de desocultar a centralidade do trabalho na produção do valor na sociedade capitalista, agrega outras mediações transversais como gênero, raça, etnia como expressões de luta social e ressalta o papel do Estado, que se coloca a responder às pressões da classe operária que intervêm no cenário político (Closs, 2015). Desta forma, a Questão Social rompe com a esfera privada das relações de trabalho em consequência das lutas sociais que desencadeiam a intervenção estatal para manter a “estabilidade política”, fato este que a torna objeto de política governamental, conforme correlação de forças entre as classes e seus respectivos processos societários.

Por isso, reitera-se que não há como sanar a Questão Social sem tocar nos fundamentos econômicos e sociais do capitalismo. Em que pese essa compreensão não possa ser confundida com o imobilismo ou o fatalismo. Não há dicotomia entre reforma e revolução, desde que a primeira sirva como tática para avançar a consciência da classe para lutar pela segunda, que é o objetivo estratégico.

A Questão Social se apresenta, portanto, como uma unidade de diversidade. Unidade, no sentido da estrutura mundializada a serviço da acumulação do capital que se impõe de forma global, na dinâmica das políticas governamentais que favorecem o capital financeiro e os organismos internacionais. O Estado, neste contexto, assume um novo papel na reestruturação produtiva das relações de trabalho, na supressão dos direitos e políticas sociais e no redirecionamento do fundo público para reproduzir o capital rentista. Diante disso, a instabilidade das relações de trabalho, para ampliar a exploração, aprofunda a “banalização” e a “descartabilidade” da condição humana da vida dos trabalhadores, aprofundando as “expressões” da pobreza, miséria e o desemprego estrutural (Iamamoto, 2012).

Simultaneamente é diversa, pelas múltiplas refrações apresentadas na realidade social vividas no cotidiano dos sujeitos. À medida que as relações capitalistas de produção se universalizam, simultaneamente, se particularizam, em cada formação sócio-histórica.

Segundo Evelyne Medeiros (2018) a lei do desenvolvimento desigual e combinado é uma importante chave de análise da realidade para entendermos que o “atraso” não é ausência desenvolvimento capitalista. Tal qual a combinação do atraso com a modernidade cumpre papel estrutural para o desenvolvimento do subdesenvolvimento, este amálgama não se trata apenas das relações

internacionais, que com o avanço do imperialismo da própria dinâmica de constituição das formações sociais nacionais internas. Parafraseando Florestan Fernandes (1968) não se trata apenas uma combinação de estruturas econômicas de diferentes estágios, mas no capitalismo dependente as formas arcaicas entram em choque com as modernas. Mas estabelecem fusões e sínteses, arquitetadas para estabelecer a dominação burguesa interna e externa.

Compõe as diretrizes formativas em Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996) é – “Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio Histórica da Sociedade Brasileira” no qual tem como objeto:

A constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbano-industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional. Esta análise se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, exclusão social, etc (ABEPSS,1996, s/p).

Para dar conta deste desafio é fundamental retomar o processo histórico de formação nacional do Brasil e da América Latina, rompendo com a narrativa eurocêntrica e colonialista, e analisar a estrutura das relações sociais concretamente constituídas no capitalismo dependente. Nas quais coexiste o desenvolvimento desigual e combinado, o desenvolvimento do subdesenvolvimento, o arcaico e o moderno, à dependência e à superexploração da força de trabalho, com profundos impactos nas condições de vida da classe trabalhadora brasileira, tal como conhecemos hoje.

Ferreira e Fagundes (2021) no intento de atualizar e qualificar o debate sobre a unidade na diversidade na formulação a respeito da Questão Social em especial operando as mediações do capitalismo dependente e das dimensões de gênero e raça identificam duas tensões:

A primeira é marcada pela tendência a cindir a inseparável relação entre particularidade e totalidade, entre modo de produção e formação econômico-social, entre o caráter estrutural do heteropatriarcado e do racismo no capitalismo, sugerindo que essas relações seriam uma herança do passado ou, no máximo, específicas às formações dependentes. A

segunda, por sua vez, busca sua resposta a essas imbricações tomando-as como se fossem uma esfera externa às relações capitalistas, para além da contradição capital-trabalho (Ferreira; Fagundes, 2021, p. 63).

Como pontuamos desde o princípio deste trabalho não há como separar a totalidade e a particularidade enquanto expressões dialéticas da realidade concreta, bem como a condição histórica concreta de formação da classe trabalhadora brasileira. Estes possuem na condição do gênero e principalmente da raça, como critério de intensidade da superexploração por parte da classe dominante, integrada a dinâmica do capitalismo dependente e imperialismo.

Cabe lembrar aqui, que foi fundamental para a acumulação originária de capital, o colonialismo, a escravidão dos povos não-brancos, e a caça às bruxas, processos que configuram uma expropriação não apenas das riquezas, mas da “terra, da força de trabalho, dos corpos e dos saberes”, mediante “a violência como potência econômica”. Ferreira e Fagundes (2021) propõe a construção de teoria unitária que articula classe, gênero e raça, essa chave de leitura permite compreender mais profundamente as tendências contemporâneas do capitalismo e da questão social. Segundo os autores o capitalismo impõe uma divisão do trabalho, além de internacional entre centro e periferia, uma divisão racial e sexual do trabalho.

o racismo estrutural e o moderno heteropatriarcado estruturam uma divisão sexual e racial do trabalho como estratégia permanente do capital de ocultamento de trabalho expropriado de rebaixamento do preço do trabalho para abaixo do valor da força de trabalho (Ferreira; Fagundes, 2021, p. 70).

Fica evidente que o racismo é uma poderosa ferramenta ideológica de segmentação da classe e de rebaixamento de salários, seja pela classe trabalhadora racializada ocupar cargos de menor remuneração, seja por compor o exército de reserva de força de trabalho que tende a nivelar o conjunto dos salários.

O racismo é estrutural na formação social brasileira, pois não se limita um desvio comportamental, ou institucional, mas determinante das relações sociais, políticas, econômicas historicamente constituídas no Brasil (Almeida, 2018).

Segundo Cristine Sabino de Souza (2023) é necessário um giro teórico-metodológico no estudo da formação social brasileira. Segundo a autora o racismo está dialeticamente vinculado à propriedade latifundiária da terra e a superexploração da força de trabalho, portanto o racismo cria a hierarquia social de

desumanização dos povos racializados para legitimar a violência, a dominação e a exploração. A autora enfatiza que o racismo é elementos determinantes para a superexploração da força de trabalho sob a dependência e o imperialismo, integrado ao desenvolvimento desigual e combinado do mercado mundial, portanto a luta anticapitalista deve ser necessariamente antirracista e vice-versa (Souza, 2024).

Leonardo Alves (2022) destaca que não se trata de uma herança do colonialismo, mas busca nas particularidades deste processo de racialização das pessoas traficadas do continente africano, com suas determinações contemporâneas no capitalismo dependente.

Segundo Clóvis Moura (2014) e Jacob Gorender (2016) houve modo de produção escravista colonial brasileiro se estruturou a serviço de um nascente mercado mundial, que buscava sua acumulação primitiva, na qual não bastava compra e venda de mercadorias produzidas por meio da exploração da força de trabalho escravizado, como também à compra e venda dos próprios sujeitos escravizados.

Este fenômeno ganha novo caráter no século XIX em que se consolida o capitalismo concorrencial, há interesse na nascente produção industrial que haja mais trabalhadores assalariados para consumir esta produção. Não é por acaso que a emergente potência imperialista da Inglaterra exerce pressão para à abolição da escravidão, embora já houvesse luta secular em todas as Américas e no Caribe. Não a toa, como desta Clóvis Moura (2014) o Brasil teve seu processo de independência sem abolir a escravidão, nem a monarquia, e quando aboliu manteve o monopólio latifundiário da terra.

Eis aqui segundo Souza (2023) à chave determinante de análise dialética entre terra, trabalho e racismo, que para ocorrer à transição do escravismo colonial para o capitalismo dependente, foram criadas estruturas, dada à necessidade premente de repartir as riquezas entre as burguesias locais e estrangeiras para preservar à propriedade fundiária expropriar ainda mais esta população outrora escravizada e sem acesso a terra e meios de produção. Além de sofrer à exploração mais intensa, o barateamento da força de trabalho é determinante para gerar concorrência entre trabalhadores e rebaixar os salários também dos trabalhadores brancos.

Florestan destaca a particularidade histórica da “questão social” no Brasil ao escrever:

Se a classe tem de ser forçosamente o componente hegemônico, nem por isso a raça atua como um dinamismo coletivo secundário. Classe e raça se fortalecem reciprocamente e combinam forças centrífugas à ordem existente, que só podem se recompor em uma unidade mais complexa, uma sociedade nova, por exemplo. Aí está o busílis da questão no plano político revolucionário (Fernandes, [1988] 2017, p. 85).

Quanto à divisão sexual do trabalho, o feminismo marxista destaca a sobrecarga de trabalho reprodutivo historicamente atribuído às mulheres. O tempo de trabalho doméstico extra não-remunerado imposto às mulheres, para fins de reprodução da força de trabalho cumpre um papel fundamental para acumulação capitalista. Pois o valor de toda e qualquer mercadoria é mensurado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção, seria diferente para a principal mercadoria no capitalismo? Se a produção e a reprodução da força de trabalho tem seu valor baseado em uma série de bens e o tempo de trabalho reprodutivo historicamente atribuído às mulheres, oculto e expropriado para rebaixar o valor global da força de trabalho.

Saffioti (2004) reforça o caráter estrutural da exploração-dominação de gênero e raça e classe, em um nó dialético, que tem suas raízes concretas desde o colonialismo e se reatualiza no capitalismo dependente, na forma de organização da propriedade privada, da superexploração da força de trabalho. Coexistem o arcaico e o moderno nas relações de dominação e exploração, portanto reforça-se o caráter desigual e combinado de nossa formação social. A autora reforça a permanência de elementos das estruturas coloniais e escravistas e patriarcais no desenvolvimento capitalista contemporâneo.

Motta (2020) aponta que as desigualdades sexuais e raciais foram reatualizadas com advento do trabalho livre e das novas condições histórico-sociais. O processo da gênese da classe trabalhadora integrada pelas mulheres e pela população negra é marcado pela exclusão e inferiorização destas parcelas da classe, submetidas a trabalhos precários mais precários.

Dantas e Cisne (2017) destacam o movimento contraditório da conquista das mulheres no acesso ao trabalho assalariado, bem como de subsunção ao capital por acumular estes trabalhos precários, associado a sobrecarga do trabalho doméstico. As autoras destacam que a efetiva emancipação das mulheres requer a superação da exploração capitalista e da dominação patriarcal.

Lélia Gonzalez (2020) também à luz do desenvolvimento desigual e combinado, no qual coexistem formas arcaicas e modernas do desenvolvimento capitalista e da condição dependente e neocolonial, exportadora de matérias primas, identifica desde as raízes coloniais, até o desenvolvimento urbano-industrial, a condição diferenciada da mulher negra na nossa formação social, que se torna alvo de uma tripla discriminação, pelo capital, pelo patriarcado e pelo racismo, que é atingida de forma mais severa pela superexploração. Como a autora destaca:

o racismo (bem como o sexismo) torna-se parte da estrutura objetiva das relações ideológicas e políticas do capitalismo, então a reprodução de uma divisão racial (ou sexual) do trabalho pode ser explicada sem apelar para preconceito e elementos subjetivos. Em termos de formação econômica, coexistem no Brasil três processos qualitativamente distintos de acumulação: capital comercial, capital industrial competitivo e capital industrial monopolista. Cabe ao capital monopolista a hegemonia sobre os demais, dadas as articulações entre os três setores (formas pré-capitalistas de exploração da mão de obra; e capitalismo competitivo e capitalismo monopolista com seus respectivos mercados de trabalho). Vale notar, entretanto, que tais setores funcionam com uma autonomia relativa, apesar de, para o sistema como um todo, qualquer problema surgido num deles afetar e ameaçar a totalidade do mesmo sistema. Tal tipo de coexistência, por um lado, demonstra que esse desenvolvimento desigual e dependente mescla e integra momentos históricos diversos. E, em termos de superpopulação relativa, é importante ressaltar que ocorre na constituição desse sistema não somente um exército industrial de reserva, mas uma massa marginal crescente, em face do mercado de trabalho do setor hegemônico. Ora, na medida em que existe uma divisão racial e sexual do trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação sofrido pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como sobre seu lugar na força de trabalho (Gonzalez, 2020, p. 48).

A autora evidencia a concretude da coexistência entre o arcaico e moderno em nossa formação social, e que o processo de acumulação capitalista é indissociável de uma divisão internacional, social, racial e social do trabalho. Para que se materialize a acumulação capitalista em nossa formação social, mesmo com a generalização da proletarização há uma maior incidência da exploração sobre certas parcelas da classe, que tem cor e raça e este mecanismo historicamente constitui uma arma ideológica e objetiva de segmentar a classe, instituir a violência como elemento objetivo de controle e dominação de classe, impor o desemprego e o subemprego, rebaixar o valor da força de trabalho e acumular cada vez mais.

A luz da dependência e do desenvolvimento desigual e combinado. Lélia destaca que expressões da questão social como o desemprego, fome e miséria atingem de forma mais severa a população negra, cabendo uma luta anti-

imperialista, anti-colonial e anti-racista, irmanando o povo trabalhador contra o jugo do capital, conforme autora:

Nós todos temos que nos unir nessa luta irmanados, respeitando as diferenças que nos separam, porque uma mulher não é igual a um homem, um negro não é igual a um branco. Mas não vamos reproduzir o que o capitalismo faz conosco: transformar a diferença em desigualdade. Irmãos negros, lutemos para transformar efetivamente este país numa sociedade igualitária, numa efetiva democracia, porque no dia que este país for uma democracia, lógico que ele será uma democracia racial (Gonzalez, 2020, p. 208).

A autora evidencia a dialética totalidade-particularidade, com uma vasta obra compreendendo a condição objetiva da população negra e das mulheres trabalhadoras, que enfrentam de forma ainda mais severa a exploração capitalista, e, portanto, ela propõe um feminismo amefricano e ameríndio. Portanto capaz de refletir à pluralidade étnica, cultural e social de nosso proletariado afro-latino-americano.

Segundo Souza (2023) a racialização e a sexualização da força de trabalho cumprem papel objetivo para consolidar a superexploração em nossa formação social historicamente subordinada aos interesses das classes dominantes internas e externas que cria constantes mecanismos de coerção e dominação burguesa. Dado isto o caráter primário-exportador de nossas economias cujo o capital se realiza no exterior, não há qualquer interesse em garantir à reprodução da força de trabalho, seja no acesso à bens de consumo, seja por meio de políticas sociais públicas, nem sequer com sequer a com a manutenção cotidiana da força de trabalho e de suas famílias, cuidado de crianças, idosos e do lar, historicamente delegado às mulheres e a população negra.

Posto isso, cabe retomar a construção desde ao colonialismo até o capitalismo dependente, em sua forma contemporânea mundializada e financeirizada, para observar como se materializam estes fenômenos em nosso desenvolvimento desigual e dependente.

5.1 Do escravismo colonial ao capitalismo dependente

Como já afirmamos ao longo desta tese, a colonização das Américas cumpre papel fundamental para acumulação originária de capital. Este processo

evidentemente não foi pacífico e civilizado, foi marcado pela violência contra os povos originários das Américas, como contra os povos africanos sequestrados como força de trabalho do escravismo colonial.

Souza (2023) ressalta que nossa história não iniciou com o colonialismo dos europeus, embora pouco se saiba dos diferentes povos que há séculos habitam nossas terras devido não apenas ao genocídio até hoje operado, mas o etnocídio e o memoricídio imposto pelos colonizadores.

Segundo Castelo (2020), o modo de produção “comunista primitivo”, até então vigente, foi dizimado pela política de extermínio “A violência como potência econômica” cumpre papel fundamental de eliminar qualquer resistência acumulação capitalista, inviabilizando os modos de vida tradicionais dos povos nativos e explorar o trabalho escravizado e as riquezas naturais da terra tomada à força. Logo o Brasil no contexto latino-americano, segundo Medeiros e Bezerra (2019), foi parido pelo (para) o desenvolvimento desigual e combinado do nascente mercado mundial capitalista.

Ortegal (2018) destaca que é impossível a compreensão da realidade brasileira apenas a partir dos referenciais importados dos países hegemônicos, nem cabe confundir a história destes países com a história mundial.

Rocha (2017) destaca que mulheres, negros e indígenas compõem maioria da classe trabalhadora e suas expressões da questão social devem ser inseridas em uma análise da luta de classes, tanto no contexto brasileiro, quanto no latino-americano. A autora parafraseia Gabriel Garcia Marquez ao afirmar que há um “nó de solidão” latino americano, no qual o próprio processo colonial levou ao esquecimento da história e da rica cultura dos povos originários, como se não existissem, fora da influência da civilização moderna ocidental.

Assim como os povos indígenas, os povos africanos também exerceram forte resistência à violência colonial, também frequentemente apagada dos registros históricos. Clóvis Moura ([1959] (2014)) destaca o papel dos quilombos, das insurreições, guerrilhas, táticas adotadas pelo povo negro contra o escravismo.

Lélia Gonzalez (2020) resgata que os quilombos existiram e todo o país, com destaque à “República Negra de Palmares” que, resistiu durante um século (1595-1695), como descreve à autora:

[...] que ela não enfatiza é que Palmares foi a primeira tentativa brasileira no sentido da criação de uma sociedade democrática e igualitária que, em

termos políticos e socioeconômicos, realizou um grande avanço. Sob a liderança da figura genial de Zumbi, ali existiu uma efetiva harmonia racial, já que sua população, constituída por negros, índios, brancos e mestiços, vivia do trabalho livre cujos benefícios revertiam para todos, sem exceção. Na verdade, Palmares foi berço da nacionalidade brasileira. E o mesmo se pode dizer com relação aos quilombos, onde a língua oficial era o “pretuguês”, e o catolicismo (sem os padres, é claro) a religião comum (Gonzalez, 2020, p. 44).

Portanto, são falsas as narrativas de cordialidade e passividade do hoje conhecido como povo brasileiro, cujas tradições de luta precisam ser retomadas. As expressões culturais dos povos oprimidos e escravizados mantêm-se vivas como o folclore, a linguagem, a capoeira, as religiões de matriz africana, apesar do colonialismo.

O Escravismo Colonial, que segundo Moura (2014) e Gorender (2016) configuram-se como modo de produção vigente no período colonial, em que os escravos são uma classe fundamental, na condição de trabalhadores-mercadorias, que são propriedade privada de outro indivíduo; trabalham sob coação física extra econômica e todo o produto do seu trabalho pertence ao senhor. Tais condições sociorraciais moldaram o desenvolvimento colonial, bem como montaria as bases para o capitalismo dependente e estruturou a desigualdade social e racial perpetuada até hoje. Essa relação de produção permitiu uma acumulação capitalista nascente não apenas da extração de matérias primas, mas da própria captura e compra desta força de trabalho no nascente mercado mundial.

Gunder Frank (1967) destaca que esta relação colonial-imperialista é a raiz do “desenvolvimento do subdesenvolvimento” e destaca a concorrência comercial entre as potências coloniais. Portugal havia perdido a “corrida do ouro” para a Espanha que há havia encontrado metais preciosos na região Andina, dedicou-se inicialmente a produção de cana de açúcar no Nordeste Brasileiro, de mais intensa ocupação, até o século XVII, que devido à localização de ouro na região de Minas Gerais e os constantes conflitos com os holandeses.

Este processo leva à centralização da produção para o sudeste do país, que terá na extração mineral e posteriormente na produção de café, seu eixo ordenador e levará inevitavelmente ao desenvolvimento desigual regional, que segundo Gunder Frank (1967), criará uma “metrópole dentro da periferia” (São Paulo e Rio de Janeiro) e a “periferia dentro da periferia” (Norte e Nordeste brasileiros).

A independência formal e tardia no Brasil não superou séculos de colonização, escravidão e acumulação primitiva de capital, pelo contrário, aprofundou à dinâmica da dependência perante o mercado mundial que se edificara. Segundo Marini (2005), assim os demais países latino americanos, configuram relações econômicas entre si, enquanto priorizam relações comerciais com a Inglaterra:

[...] ignorando uns aos outros, os novos países se articularão diretamente com a metrópole inglesa e, em função dos requerimentos desta, começarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo e - quando a exportação supera as importações - de dívidas (Marini, 2005, p. 4).

Carcanholo (2014) identifica que no Brasil constitui-se uma tradição histórica em de apartamento em relação à América Latina, que se refletiu desde o processo de colonização portuguesa, diferentemente da colonização espanhola do restante do continente. Este fator reflete-se no idioma, na constituição do povo, na identidade nacional e no papel político-econômico no continente. No Brasil a condição latino americana se dilui na “identidade brasileira”. Tal herança refletiu decisivamente na produção intelectual que levou a tendência de análises que privilegiam o Brasil, desconectado da América Latina.

Nesta independência tardia se transferiu o eixo de transferência de valor de Portugal para Inglaterra, que ganhou força como potência imperialista mundial, na virada do século XIX para o Século XX, por meio não apenas da exportação de produtos manufaturados, mas de capitais. Assim iniciou-se o *drama* histórico dos povos latino-americanos, espoliados por meios das dívidas públicas parasitárias de seus respectivos países, com a negação absoluta da sua soberania.

Tal independência, marcada pelos elementos arcaicos do escravismo e da monarquia (de dinastia portuguesa) será marcado pela tensão com os elementos modernos do capitalismo concorrencial e industrializado.

Segundo Fernandes (1975), este processo de independência é contraditório entre o elemento progressivo, com um forte traço conservador de manutenção da estrutura escravista. Neste “novo país” a principal particularidade da questão social é a superexploração da força de trabalho e o apassivamento, seja pela via da repressão ou da cooptação (Santos, 2008).

Do ponto de vista político há de se destacar o comportamento das elites brasileiras na condução do Estado ao longo da história, ao buscar transições graduais e pactuadas, sem grandes rupturas e sem abertura para ação de massa das camadas populares como descreve lamamoto:

[...] a transição do capitalismo competitivo ao monopolista no Brasil não foi presidida por uma burguesia com forte orientação democrática e nacionalista voltada à construção de um desenvolvimento capitalista interno autônomo. [...] Foi decisivo o papel do Estado nos caminhos trilhados pela modernização “pelo alto”, em que as classes dominantes se antecipam às pressões populares, realizando mudanças para preservar a ordem. Evita-se qualquer ruptura radical com o passado, conservando traços essenciais das relações sociais e a dependência ampliada do capital internacional (lamamoto, 2008, p. 120).

Essa peculiaridade histórica do país demonstra uma tendência da burguesia brasileira de evitar rupturas radicais ou mesmo pequenas aberturas democráticas que impliquem mudanças nas instituições políticas ou em possibilidades de conquistas sociais para os trabalhadores. A transição capitalista não veio acompanhada de ideias liberais, nem de direitos civis, oriundos do Iluminismo europeu. Não houve na história brasileira um projeto político da burguesia que visasse um desenvolvimento capitalista não-dependente que comportasse avanços democráticos. Segundo Fernandes (1975), esta cultura autoritária não torna menos permeável o país à dominação externa, mas sim a reforçou. Ao longo da história a burguesia brasileira sempre buscou a transição lenta, gradual e superestrutural, sem colocar em xeque os seus privilégios, alheio aos anseios populares, agindo sim, de forma a antecipá-los, na realização das chamadas revoluções “passivas” (Fernandes, 2004).

Diferente das demais guerras de independência houve no Brasil, uma transição pactuada da Colônia ao Império (1822) e do Império à República (1889). Uma das principais causas desta transição foi a gradual abolição da escravatura, que para além de um importante avanço civilizatório, constituiu-se em um marco da dinâmica de revoluções passivas e de inserção do Brasil ao Mercado Mundial que se formatava.

Apesar de séculos de resistência do povo negro, que nunca “aceitou” a condição de escravo (o Brasil se tornou o mais tardio país das Américas a abolir oficialmente a escravidão), em um processo que combina as raízes e a essência do colonialismo abandonado formalmente com um capitalismo periférico, subalternizado

na divisão econômica global (Ortegal, 2018). Já na segunda metade do século XIX iniciou-se uma série de medidas restritivas ao trabalho escravo, como a Lei de Terras (1850), Sexagenários, Ventre Livre, até finalmente atingir a Lei Áurea (1888).

Segundo Mário Pedrosa e Lívio Xavier (1987) Lei de Terras, que tornam privadas (e caras) as terras estatais, foi determinante para que a transição do trabalho escravizado para o assalariado não criasse condição para o surgimento de um campesinato autônomo, nem entre os ex-escravizados, nem entre os migrantes europeus, que já se dirigiam ao país para compor produção cafeeira. Pois segundo os autores a vasta terra disponível no Novo Mundo seria prejudicial ao monopólio capitalista, pois burguesia brasileira, diferente dos burgos europeus, nasce no campo, herdeira das capitâneas escravistas coloniais e posteriormente ocupa o espaço urbano. Por isso há nunca houve uma oligarquia feudal a ser derrubada por uma burguesia urbana nacionalista.

Com estas leis, além de nascer o trabalho assalariado capitalista, começaram a operar as leis de reprodução do capital, bem como a criminalização da população negra e da pobreza. Como relata Ortegal (2018):

[...] esse processo de transição do regime escravista para o capitalista, a mão de obra escravizada passa a ser substituída pela mão de obra livre e assalariada. Isso, porém, não significa dizer que o trabalhador que antes era escravizado foi absorvido como assalariado. Num sentido contrário, estudos como o de Sales dos Santos (1997) demonstram a intensificação da importação de mão de obra de países europeus, com vistas a substituir os trabalhadores negros, movidos pela ideologia racista do sucessivo branqueamento da população brasileira (Ortegal, 2018, p. 420).

Estabeleceu-se, neste período, um “sistema misto” entre servidão e trabalho assalariado, sendo esta dinâmica uma das vias de inserção no modo de produção capitalista, com padrão de reprodução agromineiro exportador. Nesta fase, com os ex-escravos libertos não apenas da condição de escravo, mas privados do acesso à terra, ocorreu a onda de imigração européia (especialmente italiana e alemã) para compor o exército de reserva de mão-de obra capitalista, sob a justificativa ideológica de “branquear a população”, acompanhada da criminalização da pobreza e da cultura negra. Por isso, não há como explicar a atualidade do capitalismo brasileiro sem considerar o racismo estrutural e o etnocídio permanente, como marca fundacional da composição do proletariado brasileiro.

Transpadini (2014) resgata a sociologia rural de Martins (1996) para compreender as relações de superexploração no campo. Para a autora o monopólio da terra é um dos elementos preponderantes da formação econômico social do Brasil, uma vez livre a força de trabalho, a elite agrária impôs o *cativeiro da terra*. Nessa perspectiva, esta nova força de trabalho, oriunda da Europa, submeteu-se a novas modalidades de trabalho transitórias entre a escravidão e o assalariamento reproduzidas até hoje no meio rural, tais como, o arrendamento, a parceria, associados ao pagamento de uma suposta dívida que o trabalhador “deve” ao proprietário.

Historicamente, manteve-se um padrão muito baixo de valorização da força de trabalho (Fernandes, 2004), mesmo com a abolição da escravatura e a proclamação da República consumou-se a primeira fase da “lenta e gradual” Revolução Burguesa, sem mudanças estruturais na propriedade fundiária nem nas relações de poder (Fernandes, 2004). Foi, portanto, instituída a democracia burguesa com a mínima participação popular no processo político.

Santos (2012) percebe essa “modernização conservadora” com a combinação de fatores de ordens endógenas e da totalidade do capital em nível mundial, esse tipo de configuração econômico-social concretizou-se em contexto de consolidação do capitalismo monopolista. Ou seja: “o desenvolvimento desigual e combinado foi parte importante da estratégia dos super lucros gerados no contexto dos monopólios” (Santos, 2012, p. 111). Souza (2016) corrobora essa perspectiva:

Processo de modernização conservadora e disparador da essência da desigualdade combinada que lhe é inerente, frente à aparência de progresso, industrialização, urbanização – como reprodutor e exacerbador das contradições inerentes ao modo de produção capitalista como um todo, à medida que, por ser desigual, o próprio metabolismo do desenvolvimento do capital se particulariza a partir das condições da formação sócio-histórica de cada lugar onde se enraíza sua produção-reprodução (Souza, 2016, p. 20).

Apesar do caráter deletério desta modernização conservadora, não podemos atribuir o caráter antidemocrático e antipopular a um atraso civilizatório. Marini (2000) nega a tese do capitalismo atrasado, mas trata-se de um capitalismo *sui generis*, cujo desenvolvimento do subdesenvolvimento é fundamental para desenvolver o desenvolvimento capitalista central.

Gunder Frank (1967) destaca que nesse período medida que o desenvolvimento da metrópole britânica é inversamente proporcional ao desenvolvimento do subdesenvolvimento brasileiro.

Florestan Fernandes periodiza a história brasileira através de uma revolução burguesa contínua e inacabada, que terá seus principais pontos de transição ou viragem à medida que transitam diferentes padrões de reprodução do capital, como já observamos no capítulo anterior

5.2 O padrão agromineiro exportador

O regime político, pós abolição da escravidão e da monarquia, hoje conhecido como “República Velha”, foi pautado pelo padrão agromineiro exportador com apoio de altas patentes militares e clericais. O liberalismo econômico praticado na época não era acompanhado do liberalismo político e democrático, pois qualquer atuação sindical, partidária ou cultural do povo era reprimida. Esta sociedade não rompeu com os traços coloniais e imperiais anteriores, composta de uma massa de miseráveis marginalizados do processo político que viriam a se levantar (Silva, 2013). A suposta democracia racial excluía sistematicamente: o negro, o indígena, o caboclo, o imigrante, sendo esses segmentos tolhidos de direitos democráticos.

Com a primeira Guerra Mundial (1914), o Brasil e as economias latino-americanas mais desenvolvidas passaram a transitar para o padrão de reprodução industrial internalizado de “substituição de importações”, ainda na hegemonia do padrão agromineiro exportador. Nesse contexto organiza-se o operariado fabril. No entanto, destaca-se que o movimento operário brasileiro não nasceu com a imigração europeia, com forte influência do anarco-sindicalismo italiano, pelo contrário, estes se agregaram às massas marginalizadas que já protagonizaram importantes revoltas populares ao longo da história brasileira, como por exemplo, a greve geral de 1917. Em 1922, há uma explosão política e cultural com a Semana da Arte Moderna, a fundação do Partido Comunista e o episódio do “Dezoito do Forte”, início do movimento tenentista, do qual surgiu a liderança de Luis Carlos Prestes, um dos principais expoentes da esquerda brasileira do século XX.

A pressão social deste proletariado nascente passou a ser decisiva para que o Estado assumisse como sua a tarefa de responder à Questão Social, cujo marco é a Lei Eloy Chaves de 1923. Esta foi a primeira política de seguridade social

brasileira, na qual o Estado se apropriou de uma iniciativa dos próprios trabalhadores: os fundos mútuos que os próprios trabalhadores organizaram em seus sindicatos e associações por ramo.

5.3 O padrão industrial internalizado

Com a forte crise de 1929, ocorreu o golpe de 1930, em que uma fração da oligarquia, encabeçada por Getúlio Vargas, conduziu a segunda fase da Revolução Burguesa, em que se uniram uma nova e velha oligarquia, com segmentos rurais e industriais. O padrão de reprodução industrial passou a ser hegemônico. Esse processo consiste numa Revolução Passiva em que a classe dominante se antecipa às movimentações das classes subalternas, ao tomar medidas, antes que se constituam movimentações da classe trabalhadora (Santos, 2012).

A legislação trabalhista, positivada no Estado Novo e consolidada nos anos 1940 foi uma intervenção do Estado para incentivar a migração urbana e responder às pressões populares já vocalizadas pelas greves no Brasil, ao longo de décadas. Neste âmbito o Estado Novo varguista criou instrumentos de concomitante cooptação e repressão do sindicalismo atrelado ao Estado, vigente até hoje. Marini (2011) corrobora essa perspectiva ao afirmar que:

[...] o proletariado será beneficiado por toda uma série de concessões sociais (concretizadas, sobretudo na legislação trabalhista do Estado Novo) e, por outro lado, será enquadrado em uma organização sindical rígida, que o subordina ao Governo, dentro de um modelo de tipo corporativista (Marini, 2011, p. 74).

Embora a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) tenha definido direitos sociais no Brasil sempre houve uma tendência de redução do valor da força de trabalho, processo que antecede o período da acumulação flexível. Como observa Santos:

É preciso mediatizar essa análise, já que a “flexibilização/precariedade” do trabalho entre nós não pode ser creditada à crise recente do capitalismo. Muito embora estejam mais visivelmente presentes no atual contexto da acumulação flexível, essas características fazem parte da nossa “modalidade imperante” de exploração do trabalho há bastante tempo: afirmam-se, de modo proeminente, no período em que nos países capitalistas desenvolvidos havia estabilidade, pleno emprego e Welfare State. Elas são, a meu ver, particularidades da “questão social” no Brasil (Santos, 2012, p. 434).

Essa é a particularidade da superexploração do trabalho, fenômeno recorrente nas economias dependentes, em que o trabalhador vende sua força de trabalho em um valor tão rebaixado, que além do trabalho excedente, cede parte do trabalho necessário. Destaca-se que o trabalho precário no Brasil nunca foi exceção, mas a regra, mesmo em um período de hegemonia fordista. Observa-se novamente o peso da oligarquia rural, que não permitiu o avanço mínimo dos direitos trabalhistas no campo, até a Constituição de 1988. Como destaca Santos:

[...] a ausência de regulação do trabalho no meio rural, que contrasta, de modo flagrante, com a importância econômica e o volume dessa força de trabalho no país até os anos 1950. Quanto a isso não se deve esquecer, de um lado, o caráter primário-exportador da economia brasileira e, de outro, o poder político dos latifundiários, fatores que explicam, de modo conjugado, o retardo das medidas de regulação do trabalho no campo (Santos, 2012, p. 436).

A inserção dependente do Brasil na divisão internacional do trabalho e a hegemonia latifundiária trouxeram graves consequências. Por mais de meio século a população rural não teve seus direitos trabalhistas garantidos, nem o país ocupou outra posição na divisão internacional do trabalho. Somente no período de redemocratização, em que a maioria da população já era urbana, houve avanços em relação aos direitos trabalhistas da população rural.

Após a Segunda Guerra Mundial, com a queda da ditadura de Vargas, abriu-se um novo período nacional-desenvolvimentista, favorável à expansão industrial e urbana. Transitou-se para o padrão de reprodução industrial integrado ao capital estrangeiro e diversificado, com a chegada das grandes multinacionais, principalmente norte-americanas. O governo eleito de Dutra, apesar da abertura comercial manteve o pacto social e relativa estabilidade política (Marini, 2011).

Em 1951, Vargas retornou ao governo pela via eleitoral, com forte efervescência política de movimentos sindicais, estudantis, camponeses e populares. O governo transmuta-se para uma perspectiva nacionalista e de cooperação de classes, por meio de seu partido o PTB com apoio do PCB, já sob a influência etapista da Terceira Internacional. Vargas nomeou João Goulart como ministro do Trabalho e investiu em setores estratégicos com a criação da Eletrobrás e da Petrobrás, e criou o plano SALTE (Saúde, Alimentação Transporte e Energia).

Pode-se afirmar que este foi o auge da hipótese cepalina do desenvolvimento capitalista autônomo e soberano, não apenas no Brasil, mas de todo um ciclo

nacionalista ao redor da América Latina, com Perón na Argentina, Cárdenas no México entre outros. Este um período profícuo do pensamento social e econômico brasileiro, de ingresso no projeto nacional-desenvolvimentista da Cepal que, posteriormente, viria a ser criticado e a partir desta crítica constituir-se como base para a construção da Teoria Marxista da Dependência.

A disputa inter-burguesa dividiu-se entre a tática da fração industrial-urbana de conciliação de classes e a tática latifundiária de cooperação de inserção subordinada à cadeia imperialista. Desenvolveu-se um processo de cooperação antagônica entre a burguesia brasileira e estrangeira, agora majoritariamente estadunidense, e entre burguesia industrial e agrícola. Este paradoxo evidenciou-se na política cambial, com elevada taxa, desfavorável a exportação de commodities (Marini, 2011).

Essa crise teve seu principal choque no Brasil após o controverso atentado contra Carlos Lacerda, líder udenista e principal opositor do *varguismo*, que abriu caminho a uma crise política que levou ao suicídio de Getúlio Vargas.

Encerrava-se assim um período de governo que marca a eclosão das contradições que vinham se gestando há muito no processo de desenvolvimento econômico do Brasil. [...] a indústria não sofreu limitação ou concorrência sensíveis, em virtude das condições excepcionais criadas pela crise de 1929 e pelo conflito mundial. O compromisso político de 1937 tivera como base essa realidade objetiva. Nos anos 1950 a situação se modifica. Enquanto a indústria se empenha em manter altas taxas de câmbio, o que a leva a colidir com o setor agroexportador - cujos lucros eram dessa maneira diminuídos -, este setor já não pode oferecer à indústria o montante de divisas que lhe proporcionara em outros tempos (Marini, 2011, p. 79).

Café Filho, sucessor de Vargas, recuou do projeto desenvolvimentista, e buscou uma trégua entre o setor industrial e agroexportador até à eleição de 1955. Posteriormente, iniciou-se o governo de Juscelino Kubitchek (JK), que retomou ambição desenvolvimentista, com o Plano de Metas que aliou investimento público com o capital estrangeiro. Cresceu substancialmente o investimento em obras públicas e na indústria leve e pesada, cujo ápice foi a construção da nova Capital, Brasília.

Esta renovada cooperação com o capital estrangeiro gerou novas contradições, pois os lucros destes empreendimentos imperialistas só poderiam ser liquidados com o saldo positivo de exportações, ou seja, lastreados em dólar, fato este que gerou uma nova crise cambial (Marini, 2011).

Agravou-se a crise com a mecanização do campo, importada das economias centrais, fato que gerou elevação de composição orgânica e a expulsão do campesinato das terras historicamente concentradas. Neste período em que surgiram as “Ligas Camponesas” como entidade do movimento dos trabalhadores rurais. Deve-se ressaltar que, segundo Marini:

Ainda mais grave qualquer transformação tecnológica introduzida no trabalho agrícola, como a utilização de equipamentos e fertilizantes produzidos pela indústria, não se reflete em uma melhoria real da situação do camponês. Pelo contrário, é fonte de desemprego, forçando o trabalhador rural a fugir para as cidades, onde, por um lado, irá somar-se ao triste quadro das favelas cariocas, dos mocambos de Recife, das cidades-satélites de Brasília e, por outro lado, irá aviltar o nível dos salários urbanos, devido ao aumento da oferta de mão de obra (Marini, 2011, p. 86).

Enquanto isso nas grandes cidades, o combinado êxodo rural ao plano de metas de JK levou à massiva favelização e a crescente oferta de força de trabalho, sem um significativo grau de organização sindical. Portanto, levou à redução tendencial dos salários, que convivia com a inflação dos produtos agrícolas (Marini, 2011), fenômeno este gerou resposta entre os trabalhadores urbanos que avançaram na sindicalização, com o direito à greve (recém-conquistado em 1953).

Em 1961, com o acirramento da guerra fria, pós-revolução cubana, elegeram-se na chapa presidencial Jânio Quadros e João Goulart, que buscaram diferentes vias para retomar a estabilidade política e o pacto desenvolvimentista. Jânio apostou na via *bonapartista e moralista*, buscou uma reforma cambial e uma política externa independente. Apesar de conservador, fez gestos favoráveis a Che Guevara e visitou a China Maoísta. Após uma curta e contraditória passagem pelo governo, Jânio renunciou ao cargo de Presidente da República. Assumiu com a sua renúncia, o presidente João Goulart. Prestigiado no movimento sindical, o líder do Partido Trabalhista Brasileiro sofreu uma tentativa de golpe, que foi prontamente respondida, desde o sul do país com a “Campanha da Legalidade” encabeçada por Leonel Brizola (1961).

Este choque levou a um instável pacto de classes, em que a burguesia esperava de Goulart a possibilidade de apaziguar os movimentos sociais e, simultaneamente, resolver a questão cambial e demais mazelas econômicas. Estabeleceu-se então, um semiparlamentarismo encabeçado por Tancredo Neves. Pode-se dizer, que enquanto Jango buscava conciliar com o parlamento, com o

apoio decidido do PCB, houve uma crescente oposição à linha reformista, com rupturas dentro da esquerda brasileira e a consolidação de novos movimentos. Neste período surgem a Polop, o Comando Geral dos Trabalhadores - CGT, o Comando Geral dos Sargentos, a União Nacional dos Estudantes, a Confederação dos Trabalhadores Agrícolas, a Associação dos Marinheiros, e inúmeras organizações de representação da classe trabalhadora.

Esses movimentos ganharam força e levaram Jango a propor as Reformas de Base-agrária, urbana, educacional, etc, como saída política para a crise econômica e alternativa desenvolvimentista, fato este que acirrou o enfrentamento e que levaria, como resposta dos setores reacionários, ao golpe militar em 1964, efetuado pelos campos ultraconservadores da sociedade.

5.4 Ditadura civil-militar e a industrialização subordinada

Infere-se que o ciclo da revolução burguesa foi fechado por uma “contrarrevolução preventiva” em 1964. O advento do golpe empresarial-militar firmou a sua aliança com o capital estrangeiro, reprimiu os movimentos populares e restabeleceu o desenvolvimento burguês em bases autoritárias.

O projeto nacional-desenvolvimentista teve, neste momento o seu fim e o golpe, acima mencionado, interrompeu uma relativa estabilidade democrática que permitia as lutas por reformas sociais “progressistas”. Neste sentido, Marini (2011) e Fernandes (1975), concordam em afirmar que este golpe constitui uma “contra revolução preventiva”, em resposta um crescente tensionamento ideológico no continente, que dada à influência regional do país, abriu o avanço para uma sequência de ditaduras civil-militares no Cone Sul.

Nesse período, os principais mecanismos para ampliar a exploração do trabalho no Brasil foram a instituição do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e a repressão político-institucional ao movimento sindical, como explica Santos (2012, p. 436):

[...] a instituição do FGTS substituiu a estabilidade – legalmente assegurada no setor privado para quem obtivesse dez anos de serviço prestado no mesmo posto de trabalho – e aumentou a já elevada rotatividade nas ocupações. Isso porque o custo de um empregado com estabilidade é consideravelmente maior com o passar dos anos, pela dificuldade em demiti-lo e pelos direitos processualmente adquiridos na carreira; já quando lança mão da rotatividade, o empregador pode manter sempre baixo o

patamar salarial de seus empregados, que são dispensados a baixo custo antes de se tornarem “caros” para o processo de acumulação.

O FGTS surgiu como um mecanismo que favoreceu o aumento da rotatividade dos trabalhadores, incidindo sobre a redução de custo da força de trabalho e fortalecendo a acumulação de capital. Neste período consolidou-se o padrão industrial integrado às multinacionais norte-americanas, com um relativo crescimento chamado de *milagre brasileiro*. Financiado por meio de empréstimos estrangeiros de questionável alcance para as classes trabalhadoras e que viria a se constituir em um pesado endividamento público. Também se consolida, neste período, o papel subimperialista do Brasil como potência político-econômica regional e centro de transferência valor das economias latino-americanas para o imperialismo central.

O projeto de Golbery do Couto e Silva, expoente da ditadura civil-militar, era vincular a pretensão de internalizar a indústria pesada e o controle das tecnologias nuclear e eletrônica, por meio da dependência financeira, da superexploração, do terrorismo de Estado e da imposição de fronteiras regionais ideológicas (Martins, 2018, p. 477).

A repressão do período militar intimidou gerações de trabalhadores, que só chegou a um novo nível de lutas da classe trabalhadora com o chamado “Novo Sindicalismo”, no final dos anos 1970, com a redemocratização formal e a conquista tardia de direitos sociais na Constituição de 1988. À conquista tardia de um já limitado Estado Social foi seguida de governos neoliberais que implementaram com intensidade as contrarreformas do Estado, a fim de tornar nula as conquistas constitucionais, e manter os fundamentos de dependência e superexploração:

Acrescenta-se aí a subordinação ao imperialismo e o domínio dos interesses burgueses nacionais que, ao disporem do fundo público para o pagamento da dívida tornada pública, colocam no cenário latino-americano a impossibilidade objetiva da existência de políticas sociais que sequer se equiparem às políticas sociais desenvolvidas no centro, que mesmo sendo limitadas pela inviabilidade de uma real democracia no âmbito do capitalismo, puderam se estruturar em outras bases que não a dependência e a superexploração (Souza, 2016, p. 55).

Segundo Souza (2016), a chamada “Nova República” (a ser especificamente detalhado no próximo capítulo), se institui na redemocratização formal sem colocar em xeque a estrutura de poder político e econômico do país. Segue, portanto, atual

e pulsante a luta entre trabalho e capital. A Questão Social se manifesta em seus desmembramentos, sem perder a essência da busca pela acumulação de capital, à custa das populações negras, indígenas, femininas e dos trabalhadores formais e informais.

Consequentemente, o desenvolvimento capitalista caminhou separado do desenvolvimento da democracia, dos direitos sociais e políticos para os trabalhadores. O Estado cumpriu, no Brasil e na América Latina, um papel chave na conciliação entre as frações burguesas e o aparelho repressivo às expressões de resistência na Questão Social. Universalidade e Particularidade se articulam na complexa realidade social brasileira e assumem novas manifestações em seu desenvolvimento *espiral*:

A questão social, latente ou explícita, sempre esteve no centro das lutas sociais travadas no interior da sociedade brasileira. Representação política da questão social constitui-se pelo descontentamento popular expresso nas lutas por reformas sociais, políticas e econômicas que, em conjunturas históricas diversas, adquire sempre uma nova configuração (Silva, 2013, p. 216).

Seguem atuais as manifestações da Questão Social que ainda remontam ao período colonial, com características próprias, que devem ser examinadas como tal, sem perder o norte da crítica radical à dominação capitalista e a necessidade da construção de um projeto societário alternativo. Ou seja, como aponta Fernandes (2004, p. 250), “[...] a revolução popular, socialista, está plantada nesta mesma história, entre outras razões porque a revolução burguesa não resolveu problemas fundamentais do país do ponto de vista do povo”. Esta afirmação sintetiza a incapacidade burguesa de garantir direitos civis, políticos e sociais para a classe trabalhadora e o compromisso histórico da classe trabalhadora de superar o fatalismo e o conformismo.

5.5 Nova República Neoliberal e o padrão de especialização produtiva

Após décadas de ditadura-civil militar, com o ascenso de um amplo movimento da sociedade civil organizada, sindicatos, partidos, agremiações estudantis e populares do campo e da cidade, o Brasil voltou a viver uma democracia representativa e formal, positivada na Constituição Cidadã de 1988, que sinalizava concretamente para a possibilidade de um período de Bem-Estar Social.

Brettas (2017) ressalta que devido ao calor da luta, mesmo com os limites e contradições verificados neste momento, vislumbrou-se uma mudança no âmbito da universalização dos direitos sociais.

No entanto, mesmo com os avanços no âmbito dos direitos civis, políticos e sociais estabelecidos na Constituinte de 1988 - frutos da mobilização popular da redemocratização do Brasil, o processo ficou inacabado (Fernandes, 1989). Segundo este autor, também deputado constituinte na época, destacava-se uma série de temas “em aberto”, a serem regulamentados por leis complementares e emendas constitucionais, permitindo com isto, a desfiguração do caráter “cidadão” da Carta Magna.

Apesar de a mesma ter levado a importantes conquistas populares como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Sistema Único de Saúde (SUS), a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Lei dos Planos de Previdência Social, a Lei de Diretrizes de Base da Educação (LDB) e a previsão de reformas como a agrária, urbana e tributária. Pode-se afirmar que tais medidas foram inviabilizadas por opção política dos governantes e as aristocracias financeiras para a imposição da agenda neoliberal, sem permitir a concretização de mudanças nas estruturas de poder político e econômico.

Brettas (2017) polemiza com a hipótese do “desmonte do Estado”, já que sequer houve condições objetivas para serem erguidas as bases de uma rede de proteção social. A democratização sob marcos neoliberal não arrefeceu a condição de dependência, mas sim a aprofundou.

Nas medidas econômicas, pode-se relacionar o ajuste fiscal. Que não consistiu apenas em uma imposição de organismos estrangeiros, mas foi explicitamente referendado pela burguesia dependente nacional. A desregulamentação dos capitais provou-se uma alternativa para contornar a tendência de queda da taxa de lucro, conforme destaca Brettas (2017):

O Estado dependente brasileiro, em sua fase neoliberal, acentua sua capacidade de tornar lucrativas as ações privadas na prestação de serviços públicos, apontando caminhos para enfrentar as crises de acumulação e de hegemonia. Contrarreformas foram implementadas neste período, de modo que as conquistas mencionadas acima não ofuscam a força do projeto burguês. Apesar das tensões, trata-se da emergência de mecanismos cada vez mais sofisticados de expropriação dos meios de subsistência da classe trabalhadora, os quais se combinam com a superexploração – alimentando a acumulação capitalista e a retirada de direitos (Brettas, 2017, p. 62).

Iasi (2019) caracteriza este período como “democracia de cooptação”, pois apesar da forma democrática do Estado burguês, não foi superada a condição de dependência, na qual apesar da luta democrática prevaleceu a “via prussiana” de transição pelo alto, com a coexistência dos aspectos coercitivos e de “consenso”. No entanto, segundo o mesmo autor, este fato não se deve a um possível atraso político, mas sim a materialidade da produção e reprodução do capitalismo dependente. Novamente buscou-se a contrarrevolução preventiva, que marca a estratégia histórica da burguesia brasileira, para evitar que o país transitasse para uma experiência progressista, de concretude de Estado de Bem-Estar Social. (Corrêa, 2019).

Pode-se dizer que na conduta política brasileira do período recente, a Nova República, caracterizada por períodos de maior ou menor grau de adesão à agenda neoliberal, executou um processo de “ajuste fiscal permanente” (Behring, 2003). Ao longo deste momento histórico, os vários governos recorrentemente buscam artifícios para burlar a Constituição no que tange à garantia dos serviços públicos, atendendo ao receituário neoliberal de desresponsabilização do Estado. Observou-se na realidade uma política econômica, fiscal e tributária à contramão do que propõe a Constituição, por meio de leis e mecanismos infraconstitucionais, que seguiram as receitas de órgãos multilaterais como o FMI e o Banco Mundial.

6 CONJUNTURA: NOVA REPÚBLICA NEOLIBERAL

O Estado se converte em prisioneiro do capital financeiro, afogado por uma dívida pública em crescimento exponencial, cujo serviço não deixa mais nenhum espaço para o investimento estatal, e também, cada vez menos para as políticas sociais e mesmo para a manutenção do modesto funcionalismo público da região (Santos, [1998], 2018, p. 31).

Por fim, concluímos este Tese tratando das expressões mais concretas e observáveis no âmbito da conjuntura brasileira e latino-americana. Segundo Osório (2012) a conjuntura remete às unidades político-temporais em que se produzem modificações significativas na correlação de forças entre as classes sociais tanto no âmbito nacional como mundial. Trataremos aqui do recorde da chamada Nova República, marcada pelo ajuste fiscal permanente e segue em profunda crise, bem como indicadores sociais e econômicos coletados para esta pesquisa, que evidenciam o amálgama do arcaico e moderno no capitalismo dependente, desigual e combinado.

Luis Filgueiras (2018) denominou este processo como Padrão Liberal Periférico (PLP), como a forma concreta da expressão do neoliberalismo no solo brasileiro. Embora seja permeável às inflexões conforme o bloco governante e de frações do capital, o PLP atualiza e aprofunda expressões dependentes da formação econômico-social brasileira:

- a) abertura comercial e financeira da economia, com a sua conseqüente internacionalização, é condição obrigatória de inserção do país na nova ordem dominada pelo capital financeiro;
- b) a dominância desse capital e o processo de financeirização da economia não podem ser questionados; a adaptação à nova ordem capitalista é o único caminho possível;
- c) a continuação do processo de privatização – com a conseqüente redução do Estado no âmbito produtivo – deve continuar, tanto por meio dos novos investimentos na área de infraestrutura do país, quanto da venda das empresas públicas ainda existentes;
- d) a desregulamentação do mercado de trabalho deve ser aprofundada, na linha da “prevalência do negociado sobre o legislado”;
- e) as reformas neoliberais, e a redução de direitos sociais, são pré-condições para a redução do “custo Brasil” e o desenvolvimento do capitalismo brasileiro (Filgueiras, 2018, p. 532).

Logo esse processo reatualiza o caráter dependente do projeto do poder neoliberal que será hegemônico até o momento presente. Além da revitalização da dependência e da superexploração, ganha maior centralidade o ataque do grande

capital às conquistas no âmbito das políticas sociais, dos serviços públicos e do comum.

Cabe lembrar que as políticas sociais são respostas às demandas dos movimentos da classe trabalhadora que ao longo da história colocaram a Questão Social na esfera pública, bem como instrumento do Estado Capitalista para manter o consenso e o poder político.

A disputa pelo fundo público, mesmo que extremamente desigual, reflete as disputas na sociedade de classes, onde a mobilização dos trabalhadores busca garantir o uso da verba pública para o financiamento de suas necessidades, expressas em políticas públicas, enquanto capital, com seus agentes políticos atuarão para extinguir ou precarizar as políticas públicas, priorizam que a atuação do Estado na economia se limite a “[...] políticas e subsídios econômicos, de participação no mercado financeiro, com destaque para a rolagem da dívida pública” (Behring, 2008, p. 52).

Segundo Salvador e Teixeira (2014) o Fundo Público não se limita a um tema financeiro-contábil, ele é essencialmente político, uma vez que revela os interesses de classe e prioridades de um determinado governo. Há uma clara intenção do capital de separar a economia da política, em que decisões econômicas de Estado devem ser pautadas por “especialistas”, legitimados por uma “neutralidade científica”, processo em que o orçamento público é uma discussão apenas “técnica”, para camuflar interesses de classe (Brettas, 2013). Por isso o aprofundamento da democracia não combina com o projeto de contrarreforma do Estado.

No Brasil, historicamente se institucionalizou uma política tributária predominantemente regressiva e indireta, por isso, injusta. A tributação no Brasil onera, principalmente, o trabalho e o consumo, enquanto, lucros, dividendos e remessas ao exterior e grandes fortunas não são tributados ou estão aquém da capacidade de seus titulares. Paralelo a isso, todos os governos da “Nova República”, desenvolveram políticas de redução de recursos às políticas sociais em prol do superávit primário, ou seja, o Estado gastar menos do que se arrecada com despesas primárias excluindo-se pagamento de juros da dívida pública, opção prioritária na política macroeconômica vigente.

Ou seja, além da exploração da força de trabalho (seja formal ou informal), há extração de impostos sobre todo e qualquer bem de consumo fundamental para repor a força de trabalho e este recurso não reflete em salários indiretos e políticas

sociais.

6.1 A ortodoxia neoliberal

Na primeira fase, foram dadas as bases da contrarreforma neoliberal do Estado, que envolveu os governos Collor e Fernando Henrique Cardoso (FHC), cujo principal orientador foi o então ministro da Reforma do Estado (MARE), Bresser-Pereira, que obedeceu com fidelidade as recomendações do chamado “Consenso de Washington”⁸. Estabeleceu-se então o Plano Real e com ele o tripé macroeconômico (*câmbio flutuante, meta de inflação e superávit primário*) sob a égide de redução máxima das despesas sociais do Estado, no sentido de poupar recursos para o pagamento do serviço financeiro da dívida pública.

Ainda cumprindo os receituários de órgãos internacionais do capitalismo central, ocorreu a reestruturação gerencialista do Estado, que pressupunha uma série de privatizações e terceirizações em órgãos públicos, tais como a Vale do Rio Doce e a Telebrás, além de uma tentativa derrotada de privatizar as universidades federais.

A recém-instituída Seguridade Social já sofria uma série de sabotagens por meio de três medidas que visavam inviabilizar este conjunto de políticas, em especial à Previdência Social. A Desvinculação da Receita da União (DRU) de 1994 autorizou o desvio de 20% do Orçamento da Seguridade Social (OSS) para outros fins, no caso para compor o superávit primário.

A Emenda Constitucional EC nº 20, de 15 de dezembro de 1998, foi a primeira medida a impor restrições à aposentadoria por tempo de contribuição e colocar como princípio constitucional o equilíbrio financeiro e atuarial (Rocha, 2016). A emenda também incluiu no texto constitucional o “Regime de Previdência Complementar Privado” como o terceiro pilar do Sistema Previdenciário, junto com o Regime Próprio e o Regime Geral, abrindo uma importante brecha para a atuação dos fundos de pensão (Melchionna, 2012).

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), de 2000, impôs limites às despesas primárias (não-financeiras) sob pena de crime de responsabilidade. Criou-se com isso uma ilusória “transparência” na gestão pública, que na prática serviu para

⁸ Conjunto de parâmetros neoliberais que foram impostos às economias latino americanas nos anos 1990.

contingenciar recursos para as políticas sociais, ao impor ao Estado Nacional soberano monetariamente às mesmas limitações dadas aos indivíduos e empresas.

Estas medidas de conjunto no governo de FHC, detrator histórico da teoria marxista da dependência, concretizaram o prognóstico de Marini (1992) de constituição de uma “economia de transferência” de valor por meio da dívida interna e externa à contramão do desenvolvimentismo defendido por Cardoso como saída da dependência, devido à própria abertura comercial e financeira dos anos 1990 que levou a derrocada de qualquer padrão de reprodução industrial interno.

6.2 O social-liberalismo

Com o desgaste do neoliberalismo ortodoxo, na virada da década de 1990 para o novo século, ganharam espaço político alternativas de esquerda e centro-esquerda na América Latina, com algum caráter progressivo e com ampla base popular, no intuito de reverter às políticas neoliberais (Carcanholo, 2018). Este fenômeno se desenvolve de forma desigual, em cada experiência nacional, com experiências radicais anti-neoliberalismo e anti-imperialistas (como Venezuela, Bolívia e, em menor grau, Equador), ou ainda experiências neodesenvolvimentistas (caso do Brasil, Argentina e Uruguai) (Carcanholo, 2018).

Martins (2018) destaca que a alta do preço das commodities ao longo da primeira década de 2000 abriu o espaço tanto para um reformismo moderado na região, quanto para processos mais radicais, sob mobilização nacional-popular e orientação latino-americanista.

Em 2002, elegeu-se presidente do Brasil o líder sindical Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), principal pólo de articulação dos movimentos de esquerda à época. Lula adotou a política de conciliação de classes, compondo o seu governo com lideranças de movimentos populares e partidos burgueses tradicionais. Abriu-se então a segunda fase do ajuste fiscal permanente: Neodesenvolvimentista ou Social-liberal.

Segundo Iasi (2019), a estratégia adotada parte da ilusão de que a simples força política dos trabalhadores por si só seria suficiente para, gradualmente, alterar a ordem econômica, relativizando seus aspectos mais perversos expressos na concentração de renda e desigualdades social, fruto do próprio desenvolvimento capitalista.

O chamado Social-Liberalismo, parte do princípio que o custo da reversão das contrarreformas neoliberais seria maior que seu benefício (Carcanholo, 2018) e tais reformas seriam minimizadas por políticas sociais de transferência de renda e elevação do salário mínimo.

Sampaio Jr. (2012) afirma que se buscou conciliar os aspectos “positivos” do neoliberalismo, com o compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, associada ao capital internacional, com os aspectos “positivos” do velho desenvolvimentismo, como a industrialização, o fortalecimento do mercado interno e o combate à pobreza.

Ou seja, com a incapacidade do neoliberalismo ortodoxo em sanar as próprias contradições, as classes dominantes buscam uma nova doutrina social e moral. O chamado socialliberalismo busca adaptar os postulados liberais para responder à Questão Social. O combate à pobreza absoluta foi feito, por orientação de organismos internacionais e por meio de políticas de transferência de renda estatal, principalmente na América Latina (Silva, 2017).

Maranhão (2012) critica o papel apassivador desta focalização. Segundo este, o Estado deve atuar, por meio das políticas focalizadas, para corrigir as “falhas de mercado”. Neste período houve uma continuidade desta tendência que retoma o discurso de que o crescimento econômico gera necessariamente desenvolvimento social e distribuição de renda (Mota, 2012).

A perspectiva estratégica social-liberal foi a de estabelecer uma cidadania por meio do consumo, mesmo em condições de pobreza, fato este que desvincula a proteção social do estatuto de direito social e do dever do Estado. Apesar da relevância objetiva na vida das populações mais precárias é fundamental identificar que tais medidas e programas negaram o antagonismo de classe social e desistoricizar às expressões da pobreza e da miséria. Foi possível, por meio destas políticas conciliatórias, atender necessidades imediatas de uma parcela dos mais pobres, sem romper com os interesses dominantes, reproduzindo a desigualdade social.

Segundo Valadão (2019) a centralidade ocupada pelos Programas de transferência de renda na América Latina revelou o papel estratégico que essas ações possuem no capitalismo dependente para manutenção do atual padrão de acumulação e de remuneração abaixo do valor, em detrimento de perspectivas universalizantes dos direitos sociais. Além de atualizar as ilusões

desenvolvimentistas sustentadas por uma alta *temporária* das commodities no mercado internacional. Tal cenário permitiu a redução da extrema pobreza e o acesso ao mercado de consumo aliado ao acesso ao crédito, fortalecendo, sobremaneira, o já privilegiado lugar ocupado pelos bancos nestas economias.

Luce (2013) destaca que a “nova classe média” deste período como um aparente efeito do acesso a bens de consumo duráveis por meio do sistema de crédito, no qual ocorre comprometimento de parte da renda presente e da futura dos trabalhadores para honrar tais juros, o que reatualiza a superexploração.

Os governos de Lula e Dilma (2003, 2016) preservaram os fundamentos macroeconômicos dos governos anteriores, reforçando a hegemonia dos capitais financeiros, a estrutura fundiária concentrada, e ofereceram incentivos aos fundos privados de pensão (Antunes, 2013).

Mesmo com uma política de expansão de programas sociais e valorização do salário mínimo, aquecendo o consumo de massas, de modo à contrarrestar a cisão do ciclo do capital, deu início a uma série de medidas de ajuste fiscal, tais como: uma nova Contrarreforma da Previdência, a concessão de portos e aeroportos para a iniciativa privada, além da manutenção da DRU e da LRF e a elevação da taxa de juros (Mota, 2012).

Ainda que classificados como governos progressistas, já no primeiro mandato do PT, o ajuste fiscal novamente é direcionado contra à Seguridade Social, fato este corroborado com uma nova Contrarreforma da Previdência, destinada aos servidores públicos, associados ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS):

O governo Lula deu continuidade ao processo de reestruturação restritiva de direitos da previdência, alterando principalmente o RPPS, que afeta os servidores públicos, conforme a EC nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e, posteriormente, com a EC nº 47, de 5 de julho de 2005. O fim da integralidade e o limite dos benefícios ao teto do RGPS que alcança os novos servidores foram fundamentais para a implementação do modelo baseado em fundos privados de pensão. Isto porque a subtração deste direito dos trabalhadores do RPPS foi substituída pela opção de associar-se a um fundo de previdência complementar, a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (FUNPRESP) (Rocha, 2016, p. 477).

A mesma autora ainda destaca que tal medida atingia o filão de maior interesse do mercado de fundos de pensão: os Servidores Públicos, agora com teto de benefícios desvinculados do salário da ativa, fato que os induziria a adquirir

planos de previdência privada. Tal episódio é um marcante divisor de águas sobre o caráter de classe do primeiro governo Lula e gerou rupturas que levaram à construção de oposição à esquerda ao governo⁹.

Ao final de 2014, o Governo Dilma, que já enfrentava um período de recessão econômica internacional e vinha perdendo popularidade editou as Medidas Provisórias (MP) nº 664 e 665, que foram apreciadas pelo Congresso Nacional e regulamentadas por meio das leis: Lei Ordinária nº 13.135 e nº 13.134, respectivamente. Estas medidas impuseram novas alterações no seguro-desemprego e nas pensões, além de revogar o “fator previdenciário” substituindo-o pela “fórmula 85/95”, cujos somatórios de idade e tempo de contribuição, conforme os gêneros do segurado teriam que ser completados para fazer jus à aposentadoria.

Durante o período acima descrito, o Brasil voltou a ser protagonista na região, porém com papel subimperialista sob novas bases (Martins, 2018). Houve uma retomada da política industrial via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com significativos aportes para as empresas “Campeãs Nacionais”, principalmente no ramo energético e da construção civil. Esta dinâmica gerou grandes remessas de lucros para os países centrais provenientes da América do Sul, Caribe e da África, acrescidos da extração mineral de riquezas naturais como petróleo e gás, na região andina, especialmente na Bolívia (Vianna, 2015).

Tatiana Brettas (2013) sustenta a tese que esta atuação do BNDES foi fundamental para constituir-se um “capital financeiro endógeno”, com garantia estatal, que financia diferentes empresas e ramos, que tem sua produção associada ao capital fictício e portador de juros. Ou seja, a rolagem da dívida pública, as privatizações e precarização e superexploração da força de trabalho são garantidas pelo Estado para o estes capitais endógenos seguir acumulando.

Nas relações internacionais, o Brasil passou a ocupar um papel de liderança regional, com o “afastamento relativo dos Estados Unidos e aproximação com a China por meio dos BRICS, e do integracionismo bolivariano, sem adotar o seu anti-imperialismo.” (Martins, 2018, p. 475). Neste período o País atua inclusive como contrapeso em período de maior radicalização do bloco bolivariano no âmbito da geopolítica internacional, ao comandar as “tropas de paz” no Haiti.

⁹ Em 2003 três deputados e uma senadora do PT foram expulsos do partido por votarem contra tal proposta de reforma da previdência, estes passaram a fundar com demais militantes o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Como era de se esperar, este período de desenvolvimento e aparente redução da pobreza, sem a efetiva reversão da desigualdade, não conseguiu se sustentar, sobretudo, após a queda do preço das commodities no mercado mundial e de todos os impactos (mesmo que retardados por alguns anos) da crise estrutural do capital de 2008.

Como forma de protelar a crise, o governo neodesenvolvimentista brasileiro apostou no investimento em obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), que envolviam também os projetos preparatórios para os chamados “megaeventos esportivos” (Copa do Mundo de Futebol FIFA/2014 e Olimpíadas/2016).

Já em 2013, nas *jornadas de junho*, multidões irromperam às ruas, inicialmente protestando pelo alto custo do transporte público e, posteriormente, com a adesão de novas pautas como educação, saúde, moradia, direito à cidade, ou seja, o cumprimento da Constituição Cidadã de 1988.

Embora sejam múltiplos os debates sobre o significado das jornadas de 2013, pode-se afirmar o caráter espontâneo das mobilizações, o perfil à esquerda do movimento, imbuídos de uma pauta pró-direitos sociais e não vinculada à estrutura institucional. Muito menos aos partidos e movimentos de esquerda tradicionais, majoritariamente burocratizados na experiência da conciliação de classes e de um bem-estar social, muito aquém do projeto constitucional e baseados em uma cidadania mediada pelo consumo, em detrimento da ampliação dos serviços públicos gratuitos.

A classe trabalhadora, apartada dos processos decisórios e, portanto, emancipatórios, ironicamente por aqueles que proclamavam serem os seus representantes e, no entanto, se encastelar nas altas esferas de poder político por mais de uma década, iria padecer mais uma vez no embate da correlação de forças da política nacional. As estruturas foram mantidas, a institucionalidade burguesa não sofreu um “único arranhão”, o capital rentista manteve e, até mesmo intensificou os seus ganhos, as grandes incorporadoras imobiliárias realizaram os seus lucros. O reformismo que havia prometido avanços progressivamente crescentes, esgotou a sua capacidade de “blefar”.

Após treze anos do ciclo social-liberal, com o aprofundamento da crise econômica global, o Governo de Dilma Rousseff, incapaz de atender com celeridade a demanda rentista em 2016, muito menos à demanda das ruas de 2013, sofreu um golpe parlamentar que destituiu a Presidenta.

6.3 O austericídio neoliberal

Tem início, neste momento, a terceira fase do ajuste fiscal, com a retomada e intensificação de forma explícita da ortodoxia neoliberal, com retrocessos históricos em direitos trabalhistas e sociais.

Este ajuste ainda mais severo, em curso no Brasil atual, limita ainda mais a soberania nacional sobre as riquezas naturais e produtos do setor agromineiro, com o aprofundamento das relações de troca desigual de produtos primários como o petróleo, minérios, carnes, açúcar, café, sojas e grãos (Paiva *et al.*, 2012). Destaca a autora que, sobretudo, como economia dependente, para além da abundância natural, sobrepõe-se a espoliação da única e verdadeira força produtora de riqueza: a força de trabalho.

Para extrair ainda mais riqueza da massa de trabalhadores, entidades patronais impõem a necessidade de aprofundamento das contrarreformas, em especial em três âmbitos: Orçamento Público, Direitos Trabalhistas e a Previdência Social. Estas medidas, articuladas entre si, compõem o atual receituário da austeridade no Brasil dependente, com a ampliação da superexploração, a extinção do Estado social e a inviabilidade do desenvolvimento não-dependente e não-financerizado. Este programa é executado pelo Governo ilegítimo de Michel Temer e intensificado, no governo de Jair Bolsonaro.

Em 2016 é aprovada a Emenda 95, que instituiu o “Novo Regime Fiscal” (NRF), que proíbe qualquer reajuste real nas despesas não-financeiras nos próximos vinte anos, inviabilizando a vinculação constitucional dos recursos para as políticas sociais. Esta medida aprofunda os efeitos nocivos da LRF, não afetando despesas financeiras destinadas ao rentismo, que consome mais de 40% do Orçamento da União, inclusive na forma inconstitucional do anatocismo (Auditoria Cidadã, 2018). Em 2017, a DRU foi prorrogada até 2023 e aumentada em sua alíquota para 30%, desidratando recursos destinados às políticas de seguridade social, e ao mesmo tempo “justificando” de forma falaciosa a necessidade de reforma da previdência. Com isto, durante vinte anos o Estado fica proibido de propor a ampliação real de investimentos para dar vazão ao crescimento econômico e demográfico e inviabiliza, ainda mais, o atendimento a demanda de educação, saúde, transporte e infraestrutura.

Com a crise estrutural e o crescimento do desemprego, foi apresentada também em 2017, a Reforma Trabalhista, mais uma contrarreforma que restringem direitos e precariza as condições de vida e trabalho. A Lei nº 13.467/2017 modifica mais de 100 artigos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) na qual se observa uma série de consequências nefastas que autorizaram a realização de contratos precários sob a justificativa de combater a informalidade (Teixeira, 2018). São possibilitados as demissões em massa, regime de trabalho intermitente e “negociação individual” com o empregador sobre condições de trabalho (férias, intervalo de almoço, jornada de trabalho, etc.).

O princípio do “negociado sobre o legislado” individualiza as relações capital-trabalho, tornando-as mais assimétricas e instáveis, com a retirada de cena, além dos sindicatos, do próprio aparelho de Estado, por meio da Justiça do Trabalho e do já extinto Ministério do Trabalho. Esta suposta “modernização” das relações de trabalho, prometeu que ao reduzir os custos do empregador, traria mais contratações, sob as condições por ele impostas. No entanto, observa-se que tal afirmativa não é verdadeira, já que no Brasil mantêm-se ainda elevadas taxas de desemprego e informalidade.

Estas medidas, junto à ampliação das terceirizações aprofundam a superexploração que já é regra no país. Tal fenômeno se acirra com o processo de desindustrialização das últimas décadas, com recentes fechamentos de grandes empresas, que levam a um novo ciclo vicioso de demissões e recessão econômica. Retoma-se, desta forma, o perfil agro mineiro-exportador, com menos direitos sociais e liberdades democráticas para os trabalhadores, acrescido da diminuição do número de contribuintes, logo, de segurados pela seguridade social.

Se não bastassem a desproteção das relações de trabalhistas e previdenciárias, evidencia-se que o próprio Estado Brasileiro incentiva a desformalização das relações de trabalho, enquanto justifica uma nova contrarreforma da previdência, concretizando desta forma uma contrarrevolução neoliberal, levando a austeridade fiscal a um novo patamar: de **austericídio**, ao submeter milhões de trabalhadores a completa barbárie do capital, superexploração, miséria e morte.

Novamente, os interesses dos fundos de pensão se voltam para a Previdência Social, terceiro item da desconstitucionalização neoliberal. Houve em 2017 mais uma tentativa de aprovação de nova Reforma da Previdência, com

imposição de idade mínima de 65 anos e 49 anos de contribuição, que foi motivo de ampla rejeição e resistência da população, cujo ápice foi a Greve Geral de 2017, fato que impediu a apreciação do projeto pelo legislativo.

É inegável que com a eleição de Jair Bolsonaro, com fortes posturas autoritárias e neoliberais, aprofunda-se a contrarrevolução preventiva deflagrada desde a Constituinte de 1988. É a demonstração da crise terminal do regime da nova república e de um período de interregno. Fica evidente a inspiração nos ditames da escola de Chicago, na proposta de redirecionar o Estado para uma política subsidiária, de modo a descaracterizar as conquistas (mesmo que frágeis e não implementadas na prática) da Constituição de 1988. Essa premissa permite afirmar que o projeto neoliberal sintoniza as suas diretrizes com fundamentos antidemocráticos.

Daí pode-se inferir que não há contradição na agenda econômica ultraliberal com os arroubos autoritários e discursos de ódio profanados pelo Governo Bolsonaro. Para avançar a sua agenda privatizante é imprescindível deslegitimar as instituições “formalmente” democráticas e republicanas em nosso país. Cabe aqui ressaltar que o conceito de democracia exige uma caracterização de classe mais específica, a saber, a democracia experimentada dentro dos marcos do capital, atende pelo nome de “democracia burguesa” que não garantirá plena emancipação da classe trabalhadora.

É nesse panorama que o Brasil mantém a alta rotatividade de capital fictício devido à remuneração da dívida pública e dá historicamente elevada taxa de juros, principalmente desde a implementação do Plano Real.

Estes dados permitem afirmar que o governo Bolsonaro busca maior rentabilidade para o capital financeiro por meio da desestruturação das políticas sociais, privatizações e desregulamentação das relações de trabalho. Neste contexto, a equipe econômica, chefiada por Paulo Guedes, retoma a reforma da Previdência como pauta prioritária, dando continuidade ao “ajuste fiscal permanente”. A Proposta de Emenda à Constituição nº 6 (Brasil, 2019) aprovada em outubro de 2019, incorpora elementos do projeto do governo anterior (Michel Temer), sob a falsa narrativa de combate a “privilégios” e “correção de déficit”, na qual é possível identificar inúmeros retrocessos em relação às camadas vulneráveis da população.

Assim como nas outras reformas, busca-se protelar o tempo para fazer jus ao benefício da aposentadoria, com a exigência de 65 anos para homens e 62 para mulheres, combinada com 40 anos de contribuição para obter a média máxima de benefício. A exigência combinada de idade e tempo de contribuição (que já é praticada para servidores públicos) dificulta o acesso ao direito devido à crescente informalidade, reduzindo o montante de contribuições e dificultando o cumprimento do requisito de tempo, principalmente para os trabalhadores mais precarizados. Soma-se a este fato a existência de muitos trabalhadores em condições insalubres, que sequer atingiram a idade mínima exigida. O movimento da classe trabalhadora, ao menos, obteve êxito de impedir a migração para o regime de capitalização, aplicado no Chile.

Verifica-se que nenhuma destas medidas é necessária para “salvar” a economia nacional ou combater “privilégios” de trabalhadores. Considerando-se dados fidedignos como da Associação Nacional dos Auditores Fiscais (Anfip, 2016), deduzidas as renúncias fiscais e a desvinculação da receita da união (DRU) há um significativo superávit, sendo possível ampliar os serviços em saúde, assistência social e previdência social (Salvador, 2017). Ainda neste sentido, a CPI da Previdência (Brasil, 2019) levou a público que grandes empresas somam mais de 450 bilhões em dívidas para a Seguridade Social.

Após aprovação dessa reforma o Governo Bolsonaro apresenta o programa “Mais Brasil” que inclui uma série de contrarreformas e emendas constitucionais que aprofundam este plano de austeridade como a desvinculação dos fundos públicos, a desconstitucionalização dos direitos sociais, desoneração sobre contribuição patronal, tributação sobre seguro desemprego, e redução nominal do salário de servidores públicos com congelamento de carreira e concursos públicos.

Este processo se agrava com o advento da pandemia da Covid-19 que aprofunda a crise social, econômica, política e ambiental, pré-existente no Brasil e no mundo. No Brasil, como se não bastassem as centenas de milhares de mortes advindas do coronavírus, as condições de vida da classe trabalhadora deterioram-se de forma acelerada, com a ampliação do desemprego e da informalidade, que hoje somam quase metade da população economicamente ativa, aliados ao encarecimento dos bens de consumo de massas. O caos da pandemia mundial é agravado pela postura do Governo Bolsonaro.

Este período escancara as desigualdades sociais, a falta de condições básicas de moradia, saneamento e renda de milhões de pessoas que se arriscam em nome da própria sobrevivência, com incentivo do Presidente da República. Este exerceu uma pressão anticientífica e coloca em risco à vida de milhões de brasileiros pelo simples impositivo de vender sua força de trabalho. Eis a necropolítica deste governo que custou até o momento mais de 700 mil vidas. O conflito capital - trabalho se amplia para o conflito capital-vida.

Ainda em 2020, com forte pressão social o chamado Auxílio Emergencial. Neste desenho de transferência de renda emergencial no valor de 600 reais foi destinado para a população desempregada e/ou trabalhadores informais e mulheres chefes de família. A negligência sanguinária do genocida nos levou ao atraso na compra das vacinas, no colapso do sistema de saúde e o uso populista deste auxílio, do por conveniência eleitoral sob o nome de Auxílio-Brasil.

O negacionismo do discurso do Presidente, alinhado aos ditames do capital, claramente posiciona-se a serviço de “salvar a economia” o governo adquire contornos genocidas, ao combinar a austeridade com a negligência frente à vida de trabalhadoras e trabalhadores: literalmente “passa a boiada” com um novo ciclo de reformas neoliberais: como a Autonomia do Banco Central (PLP 19/2019), que desvincula o ciclo de mandato do seu presidente do governo eleito, com graves consequências nas políticas monetárias; a PEC Emergencial (186/2020) que cria “gatilhos fiscais” e permite desvincular o orçamento da saúde e da educação; e usada como moeda de troca para renovação dos auxílios; além da tentativa de aprovação de uma Reforma Administrativa (PEC 32/2020) que acaba com a estabilidade dos servidores públicos e uma ampla rodada de privatizações de setores estratégicos como Correios, Petrobrás, Eletrobrás, Hospitais e Companhias de transporte metro-ferroviário.

A justificativa ideológica desta reforma defendida pelo governo, pelos agentes do mercado e pela grande mídia burguesa, é descaracterizar os legítimos direitos dos servidores como se fossem privilégios, de modo a dirigir o conjunto da população contra esta categoria de trabalhadores. Ressalta-se ainda que, no caso da PEC 186, utilizou-se o perverso expediente de vincular a sua implementação à concessão do auxílio emergencial no período de pandemia, em 2021.

Frequentemente os servidores públicos são taxados de “parasitas”, “privilegiados” por ainda preservar vínculos formais e estáveis de trabalho. A

ideologia burguesa, busca desta forma, ocultar que o conjunto da classe trabalhadora é amplamente precarizada, e caso seja aprovada esta reforma, maior será a dificuldade de acesso às políticas sociais como: saúde, educação, moradia, assistência social, entre outros.

Importa aqui lembrar que os verdadeiros privilegiados no modo de produção capitalista são os detentores dos meios de produção e o capitalismo dependente, na sua fase financeirizada lucra, para além da superexploração da força de trabalho, com o pagamento de juros e amortização de uma dívida pública ilegítima.

Observa-se que essas medidas são “legitimadas” a partir de *fake news*, ou seja, por meio da manipulação ideológica em relação aos rendimentos dos servidores, já que segundo o Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE, 2020), a maior parte dos funcionários públicos (57%) tem rendimentos concentrados na faixa de até 4 salários mínimos, ou seja, aproximadamente 4 mil reais. Destaca-se que devido a municipalização das políticas sociais, mais de 60% são servidores municipais, que tendem a receber ainda menores salários (IPEA, 2020).

A perspectiva de “demonizar” os servidores traduz-se no texto da PEC 32/2020, claramente inspirada no referido relatório do Banco Mundial, que apesar de contar com uma força de trabalho qualificada, distorce a “percepção do cidadão”, propalando que o Estado custa muito, mas entrega pouco (Brasil, 2020).

Destacamos na PEC 32/2020 a inclusão do princípio da subsidiariedade da administração pública, em que esta prioriza a iniciativa privada na prestação dos serviços, com o poder público atuando apenas naquilo que não é de interesse do mercado. Portanto, ataca abertamente a Constituição Federal (1988) e o Regime Jurídico Único, com vistas a acabar com os serviços públicos e com a carreira dos servidores públicos, tal como conhecemos.

Destaca-se que a estabilidade, não é apenas um direito do servidor ter autonomia em relação ao governo, mas uma garantia para a sociedade da profissionalização e a continuidade de políticas de Estado, e não de governo. Portanto, fica claro que essas medidas reforçam práticas de clientelismo e nepotismo, com o aumento de cargos em comissão, que abrem margem para escândalos como aqueles conhecidos por “*rachadinha*”, além da clara possibilidade de perseguições políticas e uso político da máquina pública.

Esta reforma, conforme já mencionado, é a institucionalização das diretrizes propostas pela “Escola de Chicago”, em que os direitos sociais são a causa da queda da taxa de lucro e da crise fiscal do Estado, portanto, a saída seria inviabilizar o serviço público para manter o pagamento da dívida pública. Felizmente este projeto foi derrotado nas ruas e este governo foi derrotado nas urnas.

Notou-se no último período, a oposição ao Bolsonarismo, tanto de setores da burguesia e da grande imprensa, quanto da esquerda como um todo, uma maior ênfase, no combate a uma potencial ameaça ao regime político burguês. E às instituições republicanas (principalmente o STF), em detrimento da destruição do público e do comum imposta neste período, esta posição levou à formulação da tese da “frente ampla”, encabeçada por Lula e Alckmin, capaz de manter a estabilidade do regime democrático-burguês, mas incapaz de reverter os retrocessos do ajuste fiscal permanente.

6.4 Entre o Fascismo e o Social-Liberalismo

Em 2022 este desgoverno é derrotado nas urnas, por uma frente ampla social-liberal encabeçada por Lula e Alckmin, que representou uma importante vitória democrática, eivada por contradições, em um governo de caráter social-liberal, tensionado mais à direita e com uma situação de exportações e commodities menos favorável.

Evidentemente este novo governo freia as ameaças ao regime democrático burguês, reconhece um trato mais humano às parcelas mais pobres e oprimidas do povo, porém parte de seu plano de governo se torna inexecutável, se seguir na dinâmica de ajuste fiscal permanente. Já em abril, Haddad junto à sua equipe econômica, anunciou o “Novo Arcabouço Fiscal”, que poderia se chamar de “Novo Teto de Gastos”, como uma versão mais executável do legado golpista de Temer.

O projeto mantém o limite para as despesas primárias (sociais) acrescido do crescimento da arrecadação (limitada a 70%) e dentro de uma “banda” que varia 0,6% a 2,5% do orçamento. Essa margem é uma “esmola” frente às necessidades populares e dadas as projeções de estagnação da economia mundial, dificilmente atingirá os 2,5%. Evidentemente, é um avanço frente à chamada “PEC da Morte”, mas totalmente aquém da média dos governos Lula I e II, cujas despesas

sociais cresciam em média 5% ao ano, o que propiciou maior desenvolvimento e redução da pobreza.

O projeto mantém uma premissa equivocada ao considerar que os investimentos em áreas sociais só devem crescer em período de aumento da arrecadação, quando justamente estes que favorecem políticas anticíclicas para reverter recessão e retomar o crescimento. No ápice da pandemia, essa política agravaria o genocídio. Nem mesmo no governo Bolsonaro se cumpriu à risca o teto, que se mostrou uma política inexecutável e danosa à classe trabalhadora.

A nova regra, inclusive, retrocede em relação à proposta golpista, como alerta David Deccache (2024), pois como os novos limites inviabilizam o crescimento despesas em todas as áreas, colocando em risco inclusive os pisos constitucionais da saúde e da educação, o próprio Secretário do Tesouro anunciou que o governo estuda a proposta de extinguir os pisos da Saúde e da Educação. Mesmo que estas áreas estejam fora do teto, elas têm a garantia constitucional de crescer com base em 100% da variação da arrecadação, enquanto o conjunto do orçamento deve adequar-se a esta regra, portanto outras políticas terão seus orçamentos esmagados, como Assistência Social, Previdência, Cultura, Moradia etc. Portanto o arcabouço torna-se inviável sem retroceder em direito constitucional conquistado à duras penas e competirá segmentos populares a disputarem as migalhas do orçamento.

Maria Lúcia Fattorelli (2023) afirma que o projeto tem tudo para garantir o outro compromisso assumido com produção de superávit primário – que garantirá mais recursos para os gastos no Sistema Dívida Pública, que transfere bilhões de reais todo ano, com mais de 50% do orçamento da União para bancos e rentistas. Nunca auditada, a dívida se agrava com a galopante taxa de juros aplicada por Campos Neto, com interesse de paralisar o país e penalizar o povo mais pobre. Esse Novo Marco Fiscal configura-se não apenas no intuito de pactuar com a burguesia o compromisso de não romper com o ajuste fiscal permanente.

Até que ponto vale conciliar com o rentismo em nome de uma frente ampla que não terá capacidade financeira de combater a fome, de retomar o emprego formal, de ampliar direitos? Inúmeras pautas deste governo requerem recurso para que se materializem de modo a melhorar as condições de vida da classe trabalhadora.

Historicamente, os fenômenos da extrema direita crescem e prosperam na incapacidade da social-democracia em enfrentar a crise e oferecer condições para o povo. Dada à incontabilidade do capital, a experiência histórica e as contribuições marxistas, não se provou possível o desenvolvimento capitalista capaz de preservar os direitos sociais das classes trabalhadoras, principalmente nos países periféricos. A estratégia reformista se provou incapaz de suprir a contradição capital-trabalho. A social-democracia alemã não apenas nada pode fazer para conter o Nazifascismo, mas abriu as portas para estes (Trotsky, 2018). Nem a Unidade Popular chilena, mesmo capaz de abalar a sociedade burguesa *sem se atrever a destruí-la*, acabou se transformando na antessala da contrarrevolução (Marini, 2019).

Não diferente no Brasil, sofremos o golpe militar contra o projeto de desenvolvimento autônomo das reformas de base em 1964, e o projeto neodesenvolvimentista lulista não pode impedir uma reorganização da direita conservadora, que hoje ameaça todas as conquistas sociais das últimas décadas. Os anos de governo de frente popular não levaram ao fortalecimento do movimento dos trabalhadores, mas a sua burocratização e desarticulação.

Cabe lembrar, que mesmo com a derrota eleitoral de Bolsonaro existe uma extrema-direita organizada no Brasil, com intentos golpistas. Miremo-nos no exemplo argentino recente, com um governo neoliberal e fascista, de Javier Milei, cujas medidas estão sendo barradas por mobilizações de milhões, seja na greve geral de 24 de janeiro, no dia internacional das Mulheres, 8 de março e no dia 24 de março, data alusiva ao golpe civil-militar argentino.

Portanto, um pacote draconiano oferecerá estabilidade fiscal e boa vontade do mercado financeiro, mas o povo que foi às ruas e elegeu este governo, como ficará? A manutenção da política de “déficit zero” significa a não garantia de políticas sociais, de importantes promessas de campanha e que pode gerar a frustração tutelada pela extrema direita, sem uma direção revolucionária de massas, pode gerar as condições para reagrupar um movimento fascista mais efetivo.

Logo, evidencia-se que enfrentar a austeridade é enfrentar o fascismo, e vice-versa, seja austeridade aplicada diretamente por governos reacionários, ou por governos supostamente progressistas, cujas decepções podem alimentar as hostes da extrema-direita. Miremo-nos no exemplo argentino recente, que dada à incapacidade dos peronistas de conter a crise, é eleito governo neoliberal e fascista,

de Javier Milei, cujas medidas estão sendo barradas por mobilizações de milhões nas ruas.

Uma ação independente, não apenas antifascista, mas essencialmente A intentona golpista de 8 de janeiro ,sem sucesso, sinaliza que o projeto neofascista mantém bases sociais no Brasil,. Não havia conjuntura nacional, nem internacional de apoio do capital financeiro a um golpe no Brasil, pois a estabilidade política tem sido lucrativa para estes segmentos. que o governo de frente ampla vem garantindo sua dominação e sua austeridade, que pode redundar em grave custo político capaz reabilitar o projeto reacionário, caso este novo governo seja incapaz de suprir os anseios populares.

Esta espiral de contradições se aprofunda e ganha novos contornos em novo momento histórico e nos exige uma postura dialética de unidade e enfrentamento.

Por isso é fundamental retomarmos a mobilização popular independente, em defesa dos direitos democráticos, inclusive em unidade com o atual governo, ciente de seus limites políticos, mas sem abrir mão do enfrentamento ao ajuste fiscal permanente aplicado por este governo, cabendo uma ação antifascista e essencialmente anticapitalista.

6.5 Expressões concretas da dialética arcaico-moderna no capitalismo dependente

Com vistas a apontar expressões concretas e empíricas dos elementos debatidos na presente tese, destacamos alguns elementos que comprovam o atual caráter dependente, desigual e combinado do capitalismo brasileiro. Neles constam o referencial a contradição arcaico e moderno, à relação imperialismo e periferia e a reatualização dos mecanismos de transferência de valor, cisão do ciclo de capital e de superexploração da força de trabalho, agravada pelo heteropatriarcado e pelo racismo estrutural.

A Dívida Pública ao longo da última década (2011 a 2022) segue sendo a maior despesa do Estado Brasileiro que corresponde a aproximadamente 40% da meta do Orçamento Executado da União, cumprindo um papel fundamental de alavancagem de capital fictício nacional e estrangeiro, conforme série histórica:

Quadro 1 – Série Histórica dos valores percentuais e nominais do Orçamento Executado da União destinados a Juros e Amortizações da Dívida Pública

Ano	Dívida	Saúde	Educação
2011	45% (708 bi)	4%	3%
2012	43,98% (753 bi)	4,17%	3,39%
2013	40,30% (718 bi)	4,29%	3,58%
2014	45,11% (977 bi)	3,98%	3,73%
2015	42,43% (962 bi)	4,14%	3,19%
2016	43,94% (1.12 tri)	3,9%	3,6%
2017	39,70% (893 bi)	4,14%	4,10%
2018	40,66% (1.65 tri)	4,9%	3,62%
2019	38,27% (1.038 bi)	4,21%	3,48%
2020	39,08% (1.3 bi)	4,26%	2,49
2021	53,08% (1.9 tri)	4,18%	2,49%
2022	46,3% (4.090 tri)	3,39%	2,70%

Fonte: Auditoria Cidadã (2023), elaboração do autor com base na referida auditoria.

Os recursos acima arrolados comprovam uma política de Estado de remuneração do capital fictício em detrimento das necessidades sociais da classe trabalhadora, tanto em governos social-liberais quanto neoliberais e seu montante vem crescendo nos últimos anos.

A dívida atingiu tal patamar especialmente devido ao crescimento das “operações compromissadas” (nas quais o Banco Central remunera diariamente “sobra de caixa” dos bancos com títulos da dívida, de modo a manter elevada artificialmente a taxa de juros, sob justificativa de “conter a inflação”) (Fattorelli, 2023). As consequências concretas desta política é desincentivar o acesso ao crédito, principalmente para pessoas físicas e pequenos negócios, gravemente atingidos pela pandemia, responsáveis por gerar proporcionalmente mais empregos formais que os grandes conglomerados.

Borges (2019) destaca que embora maior parte da dívida pública atual seja em moeda nacional, há propriedade estrangeira de títulos em reais, portanto há “internalização da dívida externa”, mecanismo que permite ampliar a transferência de valor para à centralidade do capital, cuja proporção só será mensurável após uma auditoria efetiva da dívida brasileira a décadas negada, apesar de prevista na constituição.

Luce (2022) aponta que a centralidade da Auditoria da Dívida pública, que inviabiliza a garantia de políticas sociais e o combate às expressões da questão social. Segundo o autor, “em um país de capitalismo dependente como o Brasil,

enfrentar o sistema da dívida consiste de uma bandeira programática inescapável para a realização de transformações estruturais” (Luce, 2022, p. 19).

Segundo o mais recente Censo Rural do IBGE de 2017 (2018), nas últimas décadas cresceu a concentração fundiária, cujo índice Gini (indicador da desigualdade no campo) – registrou 0,867 pontos, patamar mais elevado em relação aos dados verificados em pesquisas anteriores. E os estabelecimentos de até 50 hectares, embora representassem 81,4% da quantidade total, ocupavam apenas 12,8% da área. Enquanto que os estabelecimentos com mais de 2 500 hectares representavam 0,3% do total de estabelecimentos e ocupavam 32,8% da área de estabelecimentos do País.

Este Censo (IBGE, 2018) reforça as persistentes desigualdades em nosso país, desde a lei de terras de 1850, a herança colonial-escravista do grande latifúndio de exportação se mantém e se reatualiza. Embora os pequenos estabelecimentos que mais empregam pessoas no campo e mais produzem alimentos para o consumo interno, o agronegócio de exportação segue ocupando a maior área e maior lucro e com os implementos tecnológicos há uma redução de composição orgânica de capital, expulsando força de trabalho do campo para a periferia das cidades.

Há de se observar a eventual defasagem dos dados, dada a expansão da fronteira agrícola nos últimos anos, com o crescimento das queimadas, invasão de reservas ambientais e territórios indígenas, principalmente na região do Cerrado e da Amazônia, com apoio do então governo Bolsonaro. À medida que o agronegócio moderniza-se coexiste o trabalho análogo à escravidão, segundo os dados do observatório do Ministério Público do Trabalho, em média são resgatadas 2 mil pessoas por ano da condição de trabalho análogo à escravidão, com maior incidência no ramo da pecuária (29%) e do corte de cana (14%) (MPT, 2022).

Segundo Marcela Soares (2022) as formas contemporâneas de escravidão tomam forma através da superexploração e precarização da força de trabalho, com uma forte relação dialética exploração-opressão e as pessoas nesta condição em sua maioria são mulheres, negras e nordestinas, reforçando as múltiplas desigualdades que engendram o capitalismo dependente.

Não apenas no campo coexiste a arcaica escravidão com o capitalismo moderno. Nas cidades, em que prevalecem à indústria de serviços, novas tecnologias digitais aliadas à reestruturação produtiva permitem a ampliação da

exploração e da auto-exploração (mascarada como “empreendedorismo”) da força de trabalho.

Motta (2020) destaca na especificidade do capitalismo periférico que o trabalho informal, terceirizado ou trabalho por conta própria, apontam para um incremento dos mecanismos da superexploração da força de trabalho. A expressão contemporânea mais visível se manifesta no trabalho por plataforma digital, em empresas como Uber e IFood. Segundo Clarisse Raposo (2020) no processo de “uberização”, os trabalhadores são compelidos atingir metas, movidos a bonificações e participações nos lucros, impondo-lhes o autogerenciamento subordinado do tempo do trabalhador, com transferência de custos e risco, com uma aparente autonomia e uma aprofundada subsunção real do trabalho ao capital, com jornadas chegando de 14 e 20 horas diárias.

Segundo Soares (2022) esta organização do trabalho por plataforma reatualiza formas arcaicas e modernas de escravidão e denota não só um desenvolvimento desigual e combinado das relações de produção. Mas do reconhecimento desigual dos direitos humanos, sociais e trabalhistas daquelas e daqueles trabalhadores envolvidos nesta relação de trabalho, que se expressam na divisão internacional, regional, sexual racial e social do trabalho.

A política de austeridade é ainda mais perversa para a massa de trabalhadores informais e desempregado desprovidos de direitos trabalhistas e acesso a políticas de seguridade social contributiva como à aposentadoria, e o Seguro-Desemprego. Aqueles sem vínculo formal restam o BPC e o Bolsa Família, criado durante a pandemia, estes muito aquém da garantia da reprodução social da força de trabalho de forma digna.

Como muito bem ressalta Paiva (2012), estamos muito aquém da universalização da Seguridade Social, dada a tendência histórica no Brasil e na América Latina, diferente dos países centrais, da imposição das relações informais (e precárias) de trabalho e de superexploração. Portanto, cabe especialmente a Assistência Social atingir aqueles e aquelas que não estão contemplados pelas demais políticas sociais, os desempregados, os informais que hoje somam quase metade da população adulta do Brasil.

Behring e Boschetti (2021) ressaltam que além da exploração e pauperismo da classe trabalhadora a desigualdade de gênero e raça que atinge as mulheres e negros(as). As mulheres negras, que sofrem simultaneamente à opressão do capital,

do patriarcado e da supremacia branca, compõem a principal força de trabalho desempregada, precarizada e com baixos salários. São dezenas de milhões de trabalhadores e trabalhadoras que não são contemplados pela “Constituição Cidadã” e à formalidade dos direitos sociais que lhes foi imposto arriscarem, suas vidas para vender sua força de trabalho.

Devido às características particulares das economias dependentes, a precariedade das condições de trabalho no Brasil e na América Latina não é fruto da reestruturação produtiva recente, mas intensificada por esta. A superexploração é a “modalidade imperante” da acumulação capitalista nas economias dependentes e uma das principais particularidades da Questão Social no Brasil, com histórica desvalorização da força de trabalho, em termos de salário e direitos (Santos, 2012).

Segundo Ferreira e Fagundes (2021) o capital lança mão do expediente do racismo estrutural e do heteropatriarcado para ampliar os processos de exploração e alienação da classe trabalhadora como um todo, como estratégia permanente do capital de ocultar de trabalho expropriado e de rebaixar o preço da força de trabalho.

À medida que diminui o peso da indústria de transformação no Brasil, cresce o ramo comércio e serviços, e as grandes cidades operam como se fosse à “grande fábrica”, em igual medida cresce o trabalho precário, informal, e vinculado às plataformas digitais, com frágeis direitos.

Segundo dados recentes do IBGE (novembro de 2022) há um desemprego oficial¹⁰ de 8,9%, além de 39% de trabalhadores na condição de informalidade, ou seja, quase metade da classe trabalhadora não tem garantia de direitos trabalhistas e previdenciários. Estes somados exercem pressão na oferta do exército de reserva de força de trabalho sobre os trabalhadores formais de modo a rebaixar salários, piorar as condições de trabalho e fragilizar ainda mais a organização político-sindical. A partir de um recorte de classe, gênero e raça observa-se, segundo o IBGE (2022) que a maior parte da força de trabalho ativo é composta pela população negra (55% da população) sendo especialmente as mulheres negras que recebem os menores salários e são mais atingidas pelo desemprego e pela informalidade conforme o quadro 2 abaixo:

¹⁰ Segundo o ILAESE (2021) Há uma provável subnotificação nos indicadores oficiais de desemprego, ocultada na condição do trabalho informal ou precário, como questiona Gustavo Machado (2021), organizador do anuário “Como o Brasil pode possuir um patamar de desemprego na casa dos 10 ou 15 milhões, se possui 176 milhões de pessoas em idade para trabalhar e apenas metade delas possuem algum trabalho formal – assalariado ou autônomo – ou estão aposentadas?” (ILAESE, 2021, p. 8).

Quadro 2 – Desigualdades de Renda e condições de Trabalho por classe, gênero e raça

Segmento	Rendimento Médio (R\$)	Desemprego (%)	Informalidade (%)
Homens brancos	3700	6,1%	34,5%
Mulheres brancas	2774	8,9%	34,9%
Homens negros	2142	8,7%	46,5%
Mulheres negras	1715	13,9%	47,5%
Geral	2652	8,9	39%

Fonte: DIEESE (2022). Elaboração do autor.

Este quadro torna evidentes as múltiplas expressões das desigualdades de classe, raça e gênero, que devem ser tratadas de forma integrada.

Nancy Fraser (2020) ao analisar a nova onda da extrema-direita pós-crise de 2008, identifica, especialmente nos Estados Unidos, que toma forma em países centrais e periféricos uma divisão entre frações burguesas entre um “neoliberalismo reacionário” e um “neoliberalismo progressista”. Ambos os blocos mantêm uma coesão a respeito da mundialização financeira e da liberalização dos mercados, portanto de uma distribuição desigual da riqueza, porém divergem no ponto de vista do reconhecimento de direitos sociais e de representatividade de mulheres, negros, LGBTQIA+, populações marginalizadas. Ou seja, segundo a autora a disputa política e de hegemonia contemporânea é marcada pelo binômio distribuição-reconhecimento. Porém, dado o aprofundamento da crise do capital, a derrota das direções socialistas de massas e expressões contemporâneas de ódio e intolerância, a classe dominante, através de seus aparelhos ideológicos busca reduzir o debate político na esfera pública apenas ao reconhecimento. Ao tratar a distribuição como um debate técnico, financeiro, não passível da opinião pública.

Não obstante, políticas de reconhecimento, que legitimam a ordem do capital, que se desconectam de uma justiça redistributiva e um recorte de classe, sem dar respostas concretas para as necessidades imediatas do povo. Servirão para um

questionamento do *status quo*, que se não houver um amplo movimento revolucionário favorece a constituição de uma nova hegemonia reacionária.

Gramsci (2002) destaca que em tempos de crise, em que o *status quo* perde legitimidade, “o velho já morreu e o novo ainda não pode nascer”, há um interregno, quando se manifestam sintomas mórbidos e monstros aparecem. Por isso, segundo Luciana Genro (2021) aponta é necessária a construção de um bloco contra hegemônico da classe trabalhadora, em sua diversidade, que agregue redistribuição e reconhecimento, com programas anticapitalistas, anti-imperialistas e antiliberais.

Portanto, na atual conjuntura de capitalismo dependente, não basta garantir políticas de reconhecimento e representatividade formal, sem atingir a raiz da exploração capitalista e das desigualdades por ela impetradas, ou a grande maioria do povo, em sua diversidade não terá seus direitos efetivamente garantidos.

Silvio Almeida (2020), atual ministro dos Direitos Humanos, é taxativo ao afirmar que a austeridade fiscal é incompatível com uma posição efetivamente antirracista, principalmente no contexto da pandemia, conforme declaração em entrevista no programa Roda Viva:

Ser antirracista é, portanto, incompatível com a defesa de políticas de austeridade, nesse momento. Ser antirracista é incompatível com outra coisa que não seja a defesa do SUS, do Sistema Único de Saúde, ele tem que ser fortalecido”, [...] Ou seja, a ideia de ‘Estado mínimo’ é incompatível com um momento em que as pessoas precisam da proteção do Estado. Não existe possibilidade de pensar austeridade, de pensar em precarização do trabalho e ser antirracista. São elementos que reforçam ainda mais o caráter discriminatório do funcionamento da vida social tal qual nós vivemos hoje (Almeida, 2020, s/p).

É justamente à população negra e pobre a mais prejudicada por essa agenda de austeridade e austericídio, de negação de direitos e pela política de extermínio promovida pelo Estado, seja por omissão de política social, seja pelo uso do seu aparelho repressivo.

Camila Nogueira (2021) identifica na inserção do Brasil mundialização e liberalização financeira como ponto de inflexão no processo de precarização do trabalho, especialmente à partir dos anos 1990, com a ampliação da terceirização e da informalidade, segundo a autora:

As condições de uso da força de trabalho no mercado de trabalho do Brasil pioraram após a abertura comercial e financeira, quando a problemática da dependência determinada pela transferência de mais-valor se acentuou.

Essa relação ocorre porque, no processo de desacumulação da economia brasileira e vulnerabilidades decorrentes das crises econômicas, o capital recupera a perda de mais-valor por meio da superexploração da força de trabalho. Dessa forma, o reflexo das oscilações econômicas, a partir da entrada do país na mundialização financeira, é a intensificação da precarização das condições de trabalho (Nogueira, 2021, p. 108).

A autora destaca a ampliação da superexploração e da precarização do trabalho, como uma contramedida ao crescimento do investimento estrangeiro direto, que leva a uma desacumulação de nossa economia. Ainda no âmbito da superexploração. Nogueira propõe um método de analisar os indicadores de superexploração da força trabalho proposto por Marini, ou seja: a remuneração abaixo do valor (conforme salário mínimo do DIEESE); à jornada de trabalho média (Conforme levantamento do IBGE) bem como à intensidade do trabalho, medida pelos indicadores de adoecimento e acidente de trabalho.

Mesmo com o salário mínimo formal, aprovado para 2023, de 1320 reais, muito aquém do salário mínimo necessário calculado pelo DIEESE (2023) de 6641 reais, com uma discrepância entre o valor praticado para o valor histórico-moral da força de trabalho de quase 1 para 5.

Quadro 3 – Salário Mínimo Nominal e Necessário, segundo DIEESE

Ano	SM NOMINAL	SM NECESSÁRIO	Proporção
2012	R\$ 622,00	R\$ 2.561,47	4,11
2013	R\$ 678,00	R\$ 2.765,44	4,0
2014	R\$ 724,00	R\$ 2.975,55	4,10
2015	R\$ 788,00	R\$ 3.518,51	4,46
2016	R\$ 880,00	R\$ 3.856,23	4,38
2017	R\$ 954,00	R\$ 3.960,57	4,15
2018	R\$ 998,00	R\$ 4.342,57	4,35
2019	R\$ 1.045,00	R\$ 5.304,90	5,07
2020	R\$ 1.045,00	R\$ 5.304,90	5,07
2021	R\$ 1.100,00	R\$ 5.800,98	5,27
2022	\$ 1.212,00	R\$ 6.647,63	5,48

Fonte DIEESE (2022). Elaborado pelo autor.

Observa-se que historicamente o salário mínimo oficial está infimamente aquém do encarecimento dos bens básicos de consumo popular e observável uma tendência uma maior discrepância entre salário mínimo nominal e o necessário a partir de 2018, após a implementação da reforma trabalhista de 2017. Se já havia uma discrepância de 4 para 1, de 2018 em diante o salário mínimo nominal está 5 vezes menor que o necessário, imaginemos a condição de milhões de trabalhadores informais que sequer atingem o valor do salário mínimo legal.

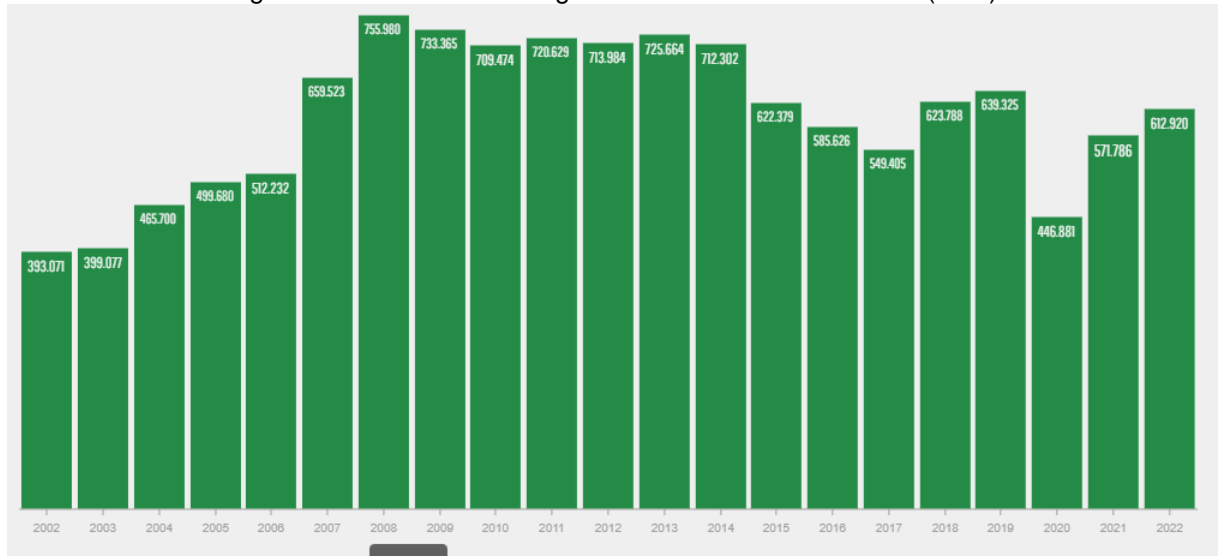
No âmbito da jornada de trabalho, conforme síntese de indicadores sociais do IBGE (2022) 53% dos trabalhadores exercem jornada entre 40 a 44 horas semanais, dentro do limite legal. Embora acima da média dos países centrais, 21% dos trabalhadores exercem jornada média superior a 44 horas semanais, cujo prolongamento eleva a taxa de exploração e compromete a integridade física e mental do trabalhador. Segundo Nogueira (2019) as séries históricas do IBGE apontavam de 2001 a 2015 uma tendência de redução do número de pessoas em jornada superior a 44 horas de 41% a 24%, porém tal alteração ocorreu devido a variação no total de empregos, e não das modificações nas condições de trabalho. Tal tendência volta a se estabilizar com a reforma trabalhista que não oferece mais empregos formais e obrigou mais de 20% dos trabalhadores a manterem-se em jornadas acima da jornada legal.

Este número aumenta para 25% entre homens brancos e 23% entre homens negros, contrasta com 16% entre mulheres brancas e 15% entre mulheres negras. Por trás destes dados desoculta-se a histórica sobrecarga das mulheres de trabalho não-pago doméstico, subsumido à dinâmica de reprodução do capital de ocultar a (super) exploração e o nivelamento para baixo do valor da força de trabalho.

A intensidade do trabalho, a medida da quantidade de trabalho em determinado espaço de tempo, e, portanto de desgaste físico e psíquico daquele ou aquela que o exerce. Marini (2005) identifica justamente no adoecimento e acidentes de trabalho o indicador mais concreto para expressar esta condição. Segundo o Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho (2022), desenvolvido e mantido pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) entre 2012 e 2021, foram registradas 6,2 milhões de Comunicações de Acidentes de Trabalho (CATs), com aproximadamente 600 mil ao ano, com a média de 2,5 mil óbitos anuais. O INSS concedeu 2,5 milhões de benefícios

previdenciários acidentários, incluindo auxílios-doença, aposentadorias por invalidez, pensões por morte e auxílios-acidente.

Figura 5 – Série histórica registro de acidentes de trabalho (CAT)



Fonte: Smartlab MPT (2022.)

Embora este indicador seja passível de subnotificação (estimada em 18% pelo MPT) estava em uma decrescente até 2017, voltando a subir de 2018 em diante, com uma queda perceptível em 2020, em virtude do isolamento social, porém volta a crescer em 2021. Analisar acidentes e adoecimento do trabalho evidencia o agravamento da exploração, o desgaste físico e psíquico dos trabalhadores, que mesmo com o avanço tecnológico e com a tendência da digitalização dos processos. O desgaste quando não físico, se expressa na saúde mental, com o recente reconhecimento do CID de “burnout”.

Articulando estes dados empíricos do mundo do trabalho, com a fundamentação teórica apresentada por Marini, observa-se nas últimas décadas, de aprofundamento do neoliberalismo o agravamento da dependência e da superexploração, especialmente após a implementação da Reforma Trabalhista (2017) e da generalização do trabalho sem vínculo jurídico-formal, portanto desprovido das conquistas da classe trabalhadora do último século, positivadas em legislação e políticas públicas de proteção social, especialmente à população negra e feminina.

7 CONCLUSÕES

Mais que em nenhum outro período, a nova realidade responde à lei do desenvolvimento desigual e combinado. Vivemos em um período de decadência do sistema e da maior crise do capitalismo; dizemos a maior porque é na qual se reúnem mais elementos sistêmicos, onde se apresentam diferentes crises (econômica, ambiental, política, social) em meio a uma nova fase do imperialismo que podemos chamar da “mundialização neoliberal”, na qual se tem produzido a maior concentração de capital em mãos de grandes corporações, onde também se tem produzido o mais alto grau de financeirização do mesmo e a maior e mais aguda desigualdade. (Fuentes, 2021, s/p).

Procurou-se ao longo dessa tese de doutoramento contribuir para o debate sobre a formação social do capitalismo brasileiro e as expressões da questão social, que a ele se associam, bem como o seu necessário enfrentamento. O trabalho foi estruturado em diferentes níveis de abstração de modo a realizar sucessivas aproximações sobre os temas pesquisados, à luz de referenciais marxistas, clássicos e contemporâneos, referenciais do movimento socialista brasileiro, latino-americano e mundial, especialmente da escola fundada por Leon Trotsky, do Desenvolvimento Desigual e Combinado e da escola da Teoria Marxista da Dependência Latino-Americana, com seu principal representante Rui Mauro Marini.

Diante deste cenário, cabe elencar algumas reflexões de ordem político-interventiva no sentido de avançar em novas sínteses para o debate daqueles que defendem um projeto societário contra hegemônico, do qual o Serviço Social tem se provado um campo privilegiado. Na crise estrutural comprova-se o caráter incontrolável e irrefreável do capital em sua busca por autovalorização, à custa da ampla maioria da humanidade e da própria viabilidade da vida no planeta terra.

As políticas de austeridade se concretizam de forma desigual no mundo, com maior peso sobre as economias dependentes, detentoras de ampla força de trabalho disponível para a superexploração e de importantes reservas naturais e minerais, além da espoliação do fundo público acumulado pelo Estado para também convertê-lo em ativo financeiro e mercantilizar as políticas públicas. Eis a atualidade da Questão Social, os rumos da acumulação de capital e suas consequências na vida social. Este cenário deve ser apreciado com o pessimismo da razão e o otimismo da vontade de modo dialético, o excesso de um leva ao fatalismo e ao imobilismo, o excesso de outro leva ao maximalismo e às ações isoladas. Além disso, urge uma

readequação no âmbito da estratégia e da tática. Para enfrentar a dinâmica do capitalismo dependente e ganhar força uma saída revolucionária e emancipatória.

Por isso, no âmbito tático a defesa da reconquista de direitos é fundamental, aliada a um movimento que taxe os ricos, combata o rentismo e o sistema da dívida, o agronegócio e opere pelo aprofundamento da democracia, não apenas representativa, mas participativa e deliberativa.

Por fim, na perspectiva estratégica é fundamental superar os limites do regime de Estado e do Capital, tendo a revolução socialista como horizonte nacional e mundial.

Tomamos a liberdade de evidenciar potencial e interessante possibilidade de aproximação teórica entre a Teoria Marxista da Dependência e o Desenvolvimento Desigual e Combinado, mantidas suas particularidades, como uma das muitas aproximações possíveis e necessárias para que o estudo mantenha a coerência com o desenvolvimento dialético da história da luta de classes, especialmente no Brasil e na América Latina. Fica evidente tal diálogo, não por referências diretas, mas através de alguns interlocutores que transitam entre categorias “capitalismo dependente”, “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, “arcaico e moderno” e o “desenvolvimento desigual e dependente”, tais como Florestan Fernandes, Ernest Mandel, Gunder Frank e Lélia Gonzalez.

Como destacamos ao longo da tese, há uma relação dialética entre totalidade do mercado mundial particularidade na formação social brasileira e latino-americana, que reatualiza elementos de coexistência de arcaico e moderno que aprofundam a dependência.

Estes processos com o aprofundamento da crise na conjuntura latino-americana erguem-se lideranças de extrema-direita, que aliam neoliberalismo e autoritarismo, que devem ser enfrentadas aliando antifascismo e anticapitalismo.

Nesta perspectiva entendemos que um trabalho acadêmico, ao atender o rigor científico necessário e propiciar um diálogo permanente entre as fontes, deve tomar partido junto ao projeto societário que busca a superação da (ir) racionalidade do capital, para que se constitua uma práxis revolucionária. Por isso a construção deste texto se deu concomitante a uma militância ativa, enfrentando os governos e as políticas de ajuste fiscal fomentando a organização em partido, sindicato, locais de estudo e trabalho.

Neste sentido, reafirmamos a guisa de conclusão desse estudo, que a rigorosa interpretação e minuciosa investigação científica é fundamental para subsidiar uma adequada estratégia política. No entanto, é no compromisso militante, ao lado da classe trabalhadora da qual somos parte integrante, que concretamente compreendemos o significado mais contundente das nossas práxis, ou como afirma Marx (2007): “até agora os filósofos se limitaram a interpretar o mundo, é necessário transformá-lo”.

A emancipação da classe trabalhadora pela superação do capital é o desafio que se coloca diante de nós. Compreender e atuar de forma coerente com o momento histórico é indispensável para a vanguarda revolucionária. Longe de esgotar os debates propostos, mas com fins de síntese e sistematização dos achados desta tese sintetizam-se os principais tópicos:

- I. A colonização e escravismo nas Américas foi fundamental para a acumulação capitalista
- II. O mercado mundial constitui centros, subcentros e periferia com o subdesenvolvimento dos sendo determinante para o desenvolvimento
- III. Tanto o DDC quanto TMD possuem pontos de convergência: na busca pela totalidade, na crítica da economia política, e na aposta no internacionalismo e na auto-organização da classe trabalhadora.
- IV. Seus principais expoentes enfrentaram diferentes conjunturas e houve tentativa de apagamento de suas histórias e ideias
- V. o DDC é uma chave fundamental para debater o capitalismo como uma totalidade, mediada pelas particularidades dos países dependentes
- VI. Os países dependentes marcados pelos “amalgamas arcaico-moderno”
- VII. *O Sistema da Dívida impõe um ajuste fiscal permanente nos países, de forma desigual e combinada, mais severo de capitalismo dependente, cabendo expedientes autoritários e neofascistas
- VIII. A precarização do mundo do trabalho atinge tanto os países centrais quanto os dependentes, aprofundando um fenômeno já estruturante da superexploração na periferia.
- IX. O heteropatriarcado e do racismo estrutural aprofundam a opressão e a exploração da classe trabalhadora, especialmente no Brasil.

- X. A crise brasileira,, não será superada por medidas de conciliação de classes, cabendo uma luta não apenas antifasciata, mas essencialmente anticapitalista

REFERÊNCIAS

- ALVES, L. D.. A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural. **Revista Katálysis**, v. 25, n. 2, p. 212–221, maio 2022.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e suas tendências: informalidade, infoproletariado, (i)materialidade e valor. *In*: **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 13-29.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2006.
- ASSIS, Rivânia. Expropriação financeira, crédito consignado e contrarreforma da previdência: elos da financeirização. **Argumentum.**, Vitória, v. 9, n. 3, p. 52-64, set./dez. 2017.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Proposta básica para o projeto de formação profissional**: serviço social e sociedade: o serviço social no século XXI, São Paulo, ano XVII, n. 50, 1996.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES-FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Análise da seguridade social 2016**. Brasília: ANFIP, 2017.
- AVIZ NETO, Francisco Lino. História, crise e luta de classes: a teoria marxista da dependência e a lei do desenvolvimento desigual e combinado. **Revista de Estudios Contemporáneos del Sur Global**, v. 1, n. 2, p. 12-22, 2020. <https://doi.org/10.46652/pacha.v1i2.19>
- BAMBIRRA, V. **O capitalismo dependente latino-americano**. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2013.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-Reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.
- BERCOVICI, Gilberto O princípio da subsidiariedade e o autoritarismo. **Revista Consultor Jurídico**, São Paulo, nov. 2015. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2015-nov-08/estado-economia-principio-subsidiariedade-autoritarismo>. Acesso em: 10 out. 2022.
- BIANCHI, Alvaro. **O desenvolvimento desigual e combinado**: a construção do conceito. Esquerda online, [S.l.], 2023. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2013/02/04/o-desenvolvimento-desigual-e-combinado-a-construcao-do-conceito/>. Acesso em: 8 set. 2022.
- BOSCHETTI, Ivanete. BEHRING, Elaine. **Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem?** *In*: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 140, p. 66-, jan./abr. 2021.

BORGES, Rodrigo Emmanuel Santana; STOCCO, Aline Faé; NOGUEIRA, C. S.. Da economia política do capital fictício: notas sobre seu movimento na América Latina e no Brasil. *In: 7o Encontro Internacional de Política Social e o 14o Encontro Nacional de Política Social*, 2019, Vitória. **Anais** [...] Vitória: UFES, v. 1, Programa de Pós-Graduação em Política Social, 2019.

BRETTAS, Tatiana. **Capital financeiro fundo público e políticas sociais**. 2013. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Sociais, universidade Estadual do Rio De Janeiro, 2013. Disponível em: <https://www.bdttd.uerj.br:8443/bitstream/1/15882/1/Tese%20Tatiana%20Brettas.pdf> Acesso em: 13 fev. 2023.

BRETTAS, Tatiana. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. **Temporalis**, n.17, v.34, 53–76, 2017.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República do Brasil**, Brasília, DF, out. 1988. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 2 mar. 2020.

BRASIL. Senado Federal. **Empresas privadas devem R\$ 450 bilhões à Previdência, mostra relatório final da CPI**. Brasília, DF: Agência Senado, 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/10/23/empresas-privadas-devem-r-450-bilhoes-a-previdencia-mostra-relatorio-final-da-cpi>. Acesso em: 2 mar. 2023

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. I Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 2.200-2 de 24/08/2001, p. 63, jul. 2017.

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição PEC 32/2020**. Altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa. Brasília: Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2262083>. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição nº 06 de 2019**. Reforma da Previdência. Modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências. Brasília, DF, 2019. CASTELO, R.; RIBEIRO, V.; ROCAMORA, G. DE.. Capitalismo dependente e as origens da “questão social” no Rio de Janeiro. **Serviço Social & Sociedade** n. 137, p. 15–34, jan. 2020.

CASTELO, R. **Subdesenvolvimento, capitalismo dependente e revolução:** Florestan Fernandes e a crítica da economia política desenvolvimentista. [S.l.]: Marxismo 21, 2012.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Desafios e perspectivas para a América Latina do século XXI. **Argumentum**, v. 6, n. 2, p. 6-24, 2014.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. A Crise do Capitalismo Dependente Brasileiro. *In*: Macário, E. *et al.* (Org.). **Dimensões da Crise Brasileira:** dependência, trabalho e fundo público. Fortaleza: EdUECE; Bauru: Canal 6, p. 23-55, 2018.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. (Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. *In*: Almeida Filho, Niemeyer. **Desenvolvimento e dependência:** cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: Ipea, 2013.

CACCIATORE, Emanuela Gava. **La dependencia brasileña de la exportación de commodities en la globalización:** horizontes para superar la dependencia y repensar el desarrollo. 2021. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidad Autónoma de San Luis Potosí, Potosí, MX, 2021.

CORRÊA, Bernardo. A Importância histórica da batalha pela Previdência Social: a história da Previdência Social e a importância da luta contra a Reforma da Previdência. **Revista Movimento**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2019/03/a-importancia-historica-da-batalha-pela-previdencia-social/>. Acesso: 17 mar. 2019.

CHESNAIS, F. O Capital portador de juros: acumulação, internacionalização efeitos econômicos e políticos. *In*: CHESNAIS, F. (Org.). **A finança mundializada:** raízes sociais e política, configuração e consequências. São Paulo: Boitempo, 2005.

CHILCOTE, R. H. Influências trotskistas sobre a Teoria do Desenvolvimento. **Revista de Ciências Sociais**, Ceará, v. 40 n. 1, 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/498>. Acesso em: 29 nov. 2019.

CLOSS, T. T. **Fundamentos do Serviço Social:** um estudo a partir da produção da área. 2015. 253 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

DANTAS, Maressa Fauzia Pessoa; CISNE, Mirla. “Trabalhadora não é o feminino de trabalhador” 1: superexploração sobre o trabalho das mulheres. **Argumentum**, v. 9, n. 1, p. 75-88, 2017.

DAVIDSON, Neil **Desenvolvimento Desigual e Combinado:** Modernidade, Modernismo e Revolução Permanente. São Paulo: Editora Unifesp, 2021.

DE BEM LIGNANI, Henrique. Teoria Marxista da Dependência e trotskismo: a crítica ao dualismo estrutural e ao caráter democrático burguês da revolução brasileira. **Escrita da História**, p. 231-261, 2019.

DEMIER, Felipe. A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a intelectualidade brasileira. **Outubro**, v. 16, p. 75-107, 2007.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. **Pesquisa nacional da cesta básica de alimento**: salário mínimo nominal e necessário. São Paulo: DIEESE, 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso: 10 nov. 2018.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. **Síntese especial subsídios para Debate reforma administrativa do governo Bolsonaro**. São Paulo: DIEESE, 2020. <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2020/sinteseEspecialReformaAdministrativa.htm> l. Acesso em: 10 mar. 2023.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. **Salário mínimo nominal e necessário**. São Paulo: DIEESE, 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 10 mar. 2023.

DEUTCHER, Isaac. **Ironias da história**: ensaios sobre o comunismo contemporâneo. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968.

DURANS, Cláudia Alves; DO NASCIMENTO, Marcos Antônio Silva. Notas para análise do capitalismo contemporâneo a partir de Lênin e Chesnais. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, p. 691-706, 2018.

DECCACHE, David. Governo Lula 3: Continuidade ou Ruptura?. *Revista Movimento, Crítica e Teoria*, v. 1, p. 112-142, 2024.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FATTORELLI, Maria Lucia. **Novo arcabouço fiscal mantém teto de gastos sociais para privilegiar gastos com o sistema da dívida**. Brasília, DF: Auditoria Cidadã da Dívida, 2023. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2023/04/novo-arcabouco-fiscal-mantem-teto-de-gastos-sociais-para-privilegiar-gastos-com-o-sistema-da-divida/>. Acesso em: 28 mar. 2023.

FATTORELLI, Maria Lúcia; ÁVILA, Rodrigo. **Gastos com a dívida consumiram 46,3% do orçamento federal em 2022**. Brasília, DF: Auditoria Cidadã da Dívida, 2023. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/catgoria-conteudo/graficos/>. Acesso em: 4 abr. 2023.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, [1975] 2006.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, Florestan; IANNI, Otávio (Org.). **FLORESTAN, Fernandes**: sociologia crítica e militante. São Paulo: Expressão popular, 2004.

FERNANDES, F. **Processo constituinte**. Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 1988. (Separatas de discursos, pareceres e projetos. 48ª Legislatura. 2ª Sessão Legislativa, 26).

FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5a ed. rev. São Paulo: Global, [1968] 2008.

FERREIRA, Carla Cecilia Campos; FAGUNDES, Gustavo Gonçalves. Dialética da questão social e a unidade classe, gênero e raça. **Temporalis**, v. 21, n. 42, p. 62-76, 2021. <https://doi.org/10.22422/temporalis.2021v21n42p62-76>

FILGUEIRAS, L.. Padrão de reprodução do capital dependente no Brasil atual. **Caderno CRH**, v. 31, n. 84, p. 519–534, set. 2018.

FUENTES, Pedro. O que é ser trotskista no século XXI. **Revista Movimento**, São Paulo, ago., 2021. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2021/08/trotsky-trotskismo-seculo-xxi/>. Acesso em: 16 abr. 2023.

FREITAS, Daniel Almenteiro Gomes de. **Em Defesa do Trotskismo**: uma Análise da lei do Desenvolvimento Desigual e Combinada. 2015. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

FRANK, Andre Gunder. El desarrollo del subdesarrollo. **Pensamiento Crítico, Habana**, n. 7, agosto de 1967.

FRANK, André Gunder. **America Latina**: subdesarrollo o revolución. México, D.F.: Ediciones Era, 1973.

FRANK, Andre Gunder. **Capitalismo y subdesarrollo en América Latina**. [S.l.:s.n], 1965.

FREITAS, Daniel Almentiero Gomes de. **Em defesa do Trotskismo: uma análise da lei do desenvolvimento desigual e combinada**. 2015. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3518470. Acesso em: 15 abr. 2023

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

GUTIÉRREZ, Nelson. Ruy Mauro Marini: perfil de um intelectual revolucionário. *In*: Steldile, João Pedro; Traspadini, Roberta. **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. (Org.). 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

GENRO, Luciana. O novo sempre vem: um diálogo com o livro de Nancy Fraser. **Revista Movimento**. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2021/01/o-novo-sempre-vem/>. Acesso em: 20 abr. 2023

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

GUIMARÃES JUNIOR, M. C. P.; LOPES, T. C. O Desenvolvimento Desigual e Combinado: paralelos entre as obras “História da Revolução Russa” de Trotsky e “Dialética da Dependência” de Ruy Mauro Marini. **REBELA**, Florianópolis, v. 6, n. 2, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://rebela.emnuvens.com.br/pc/article/view/267>. Acesso em: 30 nov. 2019

GRAMSCI, A. **Os cadernos do cárcere**, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 15. ed. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, David. **Para entender o capital**: livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
IBGE **Síntese de Indicadores Sociais**. [S.l.:s.n], 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>. Acesso em: 5 maio 2023.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas do Estado Brasileiro**. Rio de Janeiro: IPEA, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasestado/>. Acesso em: 5 maio 2023.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IBGE. **Censo agropecuário 2017**. [S.l.]: IBGE, 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acesso em: 6 maio 2023.

INSTITUTO LATINO AMERICANO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Anuário Estatístico 2021**. [S. l.]: ILAESE, 2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda vilela. A questão social no capitalismo. *In*: **Temporalis/ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social** 2 Ed. Ano 2, n. 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Gráfica Odisséia, 2004, p. 9-32.

IASI, M. Cinco teses sobre a formação social brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 136, p. 417-438, set./dez. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282019000300417. Acesso em: 30 nov. 2019.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

LAPAVITSAS, C. Financialised Capitalism: Crisis and Financial Expropriation. **Historical Materialism**, n. 17, v.2, 114 - 148. <https://doi.org/10.1163/156920609X436153>.

LEFEBVRE, H. **Da lógica formal à lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LÊNIN, Vladimir Ilich Ulianov. As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo. In: LÊNIN, Vladimir Ilich Ulianov. **Obras completas**. 5 ed. Moscou: Progresso, 1913.

LÊNIN, Vladimir Ilich Ulianov. **Dois táticas da social-democracia na revolução democrática**. São Paulo: Livramento, [1976?].

LÊNIN, Vladimir Ilich Ulianov. **O estado e a revolução**: o que ensina o marxismo sobre o estado e o papel do proletariado na revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LÊNIN, Vladimir Ilich Ulianov. **O imperialismo**: etapa superior do capitalismo. Apres. Plínio de Arruda Sampaio Jr. Campinas, SP: FE/Unicamp, 2011.

LÊNIN, Vladimir Ilich Ulianov. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LÊNIN, Vladimir Ilich Ulianov. **Sobre as tarefas do proletariado na presente revolução**: 07 de abril de 1917, teses. Lisboa: Edições Avante!; Edições Progresso: Moscou; 1977.

LIMA, Laila Maria. **Entre o moderno e o arcaico**: uma análise das relações de trabalho no setor sucroalcooleiro no contexto do capitalismo contemporâneo no Brasil. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Sociais e Letras, Universidade Federal de Pernambuco, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18402>. Acesso em: 8 maio 2023.

LEE, Sangheon; MCCANN, Deirdre; MESSENGER, Jon C.. **Duração do trabalho em todo o mundo**: tendências de jornadas de trabalho, legislação e políticas numa perspectiva global comparada. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2009.

LUCE, Mathias. **Teoria marxista da dependência**: problemas e categorias, uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LUCE, Mathias Seibel. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?. **Trabalho, educação e saúde**, v. 11, p. 169-190, 2013. <https://doi.org/10.1590/S1981-77462013000100010>

LUCE, Mathias. **Auditoria da dívida: atualidade de uma tática para à defesa do fundo público e o enfrentamento à dependência 2022**. [S.l.:s.n.], 201-?. <https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Mathias-Luce-Auditoria-da-divida.pdf>

LÖWY, Michel. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado, *In: Rev. Outubro*, n. 1, 1998, p. 73-80.

LUKÁCS, G. La categoría de la particularidad. *In: LUKÁCS, G. Estética: La peculiaridad de lo estético*. Barcelona; México: Grijalbo, v. 3, p. 199-275, 1967.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma Social ou Revolução?**. São Paulo: Global editora, 1986.

LUXEMBURGO, Rosa. **Acumulação do Capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo. Abril Cultural, 1985.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. 3. ed. São Paulo: Polis; Vozes, 1985.

MARANHÃO, César Henrique. Desenvolvimento Social como Liberdade de Mercado: Amartya Sen e a renovação das promessas liberais. *In: MOTA, Ana Elizabete*. (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, p. 78-104, 2012.

MARINI, Ruy Mauro. Proceso y tendencias de la globalización capitalista. *In: MARTINS, Carlos Eduardo* (Comp.). **América Latina, dependencia y globalización**. Bogotá: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; Siglo del Hombre Editores, 2007.

MARINI, Ruy Mauro. **El experimento neoliberal en Brasil**. [Distrito Federal, MX]: Archivo de Ruy Mauro Marini, 1992.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. *In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro*, (Orgs). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 5. ed. Florianópolis: Insular, 2011.

MARINI, Ruy Mauro. **O reformismo e a contrarrevolução**. Estudos sobre o Chile. Expressão Popular: São Paulo, 2019.

MARIÁTEGUI, J. C. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Clacso, 2010.

MARQUES, Pedro Romero. **A economia política do sistema monetário internacional**: desenvolvimento desigual e combinado e capital mundial. 2017. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2027. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/168611>. Acesso em: 15 maio 2023.

MARTINS, Carlos Eduardo. A teoria marxista da dependência à luz de Marx e do capitalismo contemporâneo. **Caderno CRH**, v. 31, p. 463-481, 2018.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Karl Marx, Friedrich Engels. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. **Formações econômicas pré-capitalistas**: introdução de Eric Hobsbawn. 6a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. Lisboa: Avante, 1977

MATTEI, Clara **A Ordem do Capital**: como os economistas inventaram à austeridade e abriram as portas para o fascismo. Boitempo, 2023

MEDEIROS, Evelyne. **A dialética do desenvolvimento desigual interregional**: a Questão Social no Nordeste Brasileiro (2007-2015). 2018. Doutorado – (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

MEDEIROS, Evelyne, Lucas. Considerações sobre o Desenvolvimento desigual e combinado no capitalismo brasileiro. *In*: MEDEIROS, Evelyne; NOGUEIRA, Leonardo; BEZERRA, Lucas. (Org.). **Formação social e serviço social**: a realidade brasileira em debate. São Paulo: Outras expressões, 2019.

MELCHIONNA, F. **Fundos de pensão diante da mundialização financeira: o caso da previ entre 2003 a 2010-2012**. Trabalho de conclusão de curso (Especialização) – Faculdade de Porto Alegre/FAPA, Porto Alegre, 2012. 79 f.

MELO, Franklin Rabelo de. **Incidências trotskistas em Caio Prado Júnior, Ruy Mauro Marini e Florestan Fernandes**. 2018. 152 f., il. Dissertação (Mestrado em Política Social)—Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

MORENO, Nahuel. **Lógica marxista e ciências modernas**. São Paulo: Sundermann, 2007.

MORENO, Nahuel. **Quatro teses sobre a colonização espanhola e portuguesa nas Américas**. Colômbia: [s.n.], 1948.

MORENO, Nahuel. **Ser trotskista hoje**. Biblioteca Digital Nahuel Moreno: [S.l.:s.n.], 2001. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/moreno/1985/mes/troskista.htm>. Acesso em: 20 jun. 2019.

MOTA, Ana Elizabete. (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 78-104.

MOTTA, D.. A contribuição de Heleieth Saffioti para a análise no Brasil: gênero importa a formação social? **Caderno CRH**, Salvador, v. 33, p. 1-14, e020027, 2020.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. 5. ed. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2014.

NAKATANI, Paulo; MARQUES, Rosa Maria. **O capitalismo em crise**. [São Paulo]: Expressão Popular, 2020.

NETTO, J.P. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. **Temporalis**, Brasília, n. 3, 2001.

NOGUEIRA, Camila dos Santos. **Economia brasileira contemporânea: dependência e superexploração**. Marília: Lutas anticapital, 2021.

NOVACK, George. **O desenvolvimento desigual e combinado na história** São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

NOVACK, G. **A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade**. [S.l.: s.n.], 1968.

OBSERVAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO. **Frequência de notificações - CAT**. Rio de Janeiro: Rede de Cooperação Smartlab, 2022. Disponível em: <https://smartlabbr.org/sst/localidade/3302403?dimensao=frequenciaAcidentes>. Acesso em: 10 abr. 2023.

ORTEGAL, M. Relações raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 133, p. 413-431, set./dez. 2018.

OSÓRIO, J. Crítica de la ciência vulgar: sobre epistemologia y método en Marx. **Revista Herramienta**, n. 26, Buenos Aires, 2004.

OSÓRIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

OSÓRIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. *In*: FERREIRA, Carla; OSÓRIO, J.; LUCE, Mathias. (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo: 2012.

OSÓRIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. *In*: FERREIRA, Carla; OSÓRIO, J.; LUCE, Mathias. (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo: 2012b.

OSÓRIO. Sobre superexploração e capitalismo dependente. *Cad. CRH, Salvador*, v. 31, n.84, set./dez. 2018.

PAIVA, B. A.; OURIQUES, N. D.. Uma perspectiva latino - Uma perspectiva latino - Uma perspectiva latinoamericana para as políticas americana para as políticas americana para as políticas sociais: quão distante está o sociais: quão distante está o sociais: quão distante está o horizonte? **Katálysis**, v. 9, n. 2, Florianópolis, jul./dez., p. 166-175, 2006.

PAIVA, B. A. *et al.* A universalização da Seguridade Social em questão: a tradução antinômica dos direitos socioassistenciais. **Temporalis**, v. 12, n. 23, p. 45-67, 2012. <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2012v12n23p45-67>

PEDROSA, Mário; XAVIER, Lívio. Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil. *In*: **Na contracorrente da história**. Documentos da Liga Comunista Internacionalista (1930-1933). São Paulo: Brasiliense, 1987.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 729-753, out./dez. 2012.

PONTES, R. N. **Mediação e serviço social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. [S.l.:s.n.], 1966.

PRATES, Jane Cruz; PRATES, Flavio Cruz. Problematizando o uso da técnica de Análise Documental no Serviço Social e no Direito. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 15, n. 2, 111-125, jul./dez., 2009.

ROBAINA, R. Herança do Marxismo: uma tradição internacional e uma história de lutas. *In*: ROBAINA, Roberto; GRANJA, Sérgio. (Org.). **Economia e dialética**: seleção de textos marxistas. Rio de Janeiro: Fundação Lauro Campos, 2011. p. 9-24.

ROBAINA, R. **Marx e o núcleo racional da dialética de Hegel**. São Paulo: Alfa Ômega, 2013.

ROBAINA, Roberto. Herança do Marxismo: uma tradição internacional e uma história de lutas. *In*: ROBAINA, Roberto; GRANJA, Sérgio. (Org.). **Economia e dialética**: seleção de textos marxistas. Rio de Janeiro: Fundação Lauro Campos, 2011. p. 9-24.

ROBAINA, Roberto. Notas à teoria de Lênin sobre a Revolução de 1905. **Revista Movimento**, São Paulo, mar. 2021.

Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2021/03/notas-a-teoria-de-lenin-sobre-a-revolucao-de-1905/>. Acesso em: 5 jun. 2023. (Originalmente publicado em 2007, estudo de Roberto Robaina trata das análises de Lênin sobre a revolução russa de 1905)

RODA VIVA. Silvio Almeida. [S.l.:s.n.], 2020. 1 vídeo (1'30"). Publicado pelo canal Roda Viva. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L15AkiNm0lw>. Acesso em: 20 mar. 2023.

RAPOSO, Clarissa Tenório Maranhão. **As particularidades da questão social na realidade brasileira contemporânea**. (2015). Tese (Doutorado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/16558>. Acesso em: 3 jul. 2023.

ROCHA, F. R. F. A disputa do fundo público da previdência social no contexto da mundialização do capital. **Revista de Políticas Públicas**, v. 20, p. 473-492, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3211/321149853004/html/>. Acesso 22 out. 2018.

ROCHA, M. **Capitalismo dependente e serviço social**: crítica à Formação Social Brasileira na produção teórica do Serviço Social e outras contradições. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. Ministério Público do Estado da Bahia, 2004.

SALVADOR, Evilásio. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 130, p. 426-446, set./dez., 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n130/0101-6628-sssoc-130-0426.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2017.

SALVADOR, Evilasio.; TEIXEIRA, Sandra Oliveira. Orçamento e políticas sociais: metodologia de análise na perspectiva crítica. **Revista Políticas Públicas**, São Luís, v. 18, n. 1, p. 15-32, jan./jun. 2014.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serviço Social & Sociedade**, p. 672-688, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000400004>

SANTOS, J. S. **Questão social**: particularidades no Brasil. São Paulo, Cortez, 2012.
C. S. Capitalismo dependente e políticas sociais na América Latina. Reificações da “questão social”: armadilhas do capital em tempos de crise estrutural. **Argumentum**, Vitória, ES, v. 8, n.1, p. 48-60, jan./abr., 2016.

SANTOS, J. S. **Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro**. 2008. 222 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) — Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS, Theotônio dos. **A Teoria da Dependência**: balanços e perspectivas. **Revista Movimento**, São Paulo, fev., 2018. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2018/02/a-teoria-da-dependencia-balancos-e-perspectivas-capitulo-ii/>. Acesso em: 10 maio. 2023.

SANTOS, Theotônio dos. **Socialismo ou fascismo**: o novo caráter da dependência. Florianópolis: Insular, 2018.

SAVIANI, Dermeval. Debate sobre as relações entre educação, formação humana e ontologia a partir do método dialético. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 31, n. 1, p. 185-209, jun. 2013. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-54732013000100009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 abr. 2023.

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. Questão Social e Serviço Social na formação sócio-histórica brasileira. **Temporalis**, [S. l.], v. 13, n. 25, p. 261–278, 2017. DOI: 10.22422/2238-1856.2013v13n25p261-278. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/3035>. Acesso em: 8 set. 2023.

SILVA, Itamá Winicius do Nascimento. Florestan Fernandes e a Teoria Marxista da Dependência: um debate sobre o Capitalismo Dependente. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 06, n. 01, p. 78-97, 2020.

SOARES, M. Escravidão e dependência: opressões e superexploração da força de trabalho brasileira. **Laborare**, São Paulo, Brasil, v. 5, n. 9, p. 170–191, 2022. DOI: 10.33637/2595-847x.2022-149. Disponível em: <https://revistalaborare.org/index.php/laborare/article/view/149>. Acesso em: 16 ago. 2023.

SOUZA, C. L. S. DE .. A indissociabilidade entre racismo e superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente. **Serviço Social & Sociedade**, v. 146, n. 1, p. 16-35, 2023. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.301>

SOUZA, C. S. Capitalismo dependente e políticas sociais na América Latina. Reificações da “questão social”: armadilhas do capital em tempos de crise estrutural. **Argumentum**, Vitória, ES, v. 8, n.1, p. 48-60, jan./abr. 2016.

TEIXEIRA, Etevaldo. A reforma trabalhista após 6 meses: Uma análise dos impactos da reforma que trouxe aumento na precarização das relações de trabalho. **Movimento**, São Paulo, jun. 2018. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2018/06/a-reforma-trabalhista-apos-seis-meses/>. Acesso em: 3 set. 2023.

TEODORO, I. **Jornada de trabalho e mais-valia**. Porto Alegre: [S.l.], 2019.

TOUSSANT, Eric. **Rosa Luxemburgo e a dívida como instrumento do imperialismo.** Liège, BE: CADTM, 2022. Disponível em: <https://www.cadtm.org/Rosa-Luxemburgo-e-a-divida-como-instrumento-do-imperialismo>. Acesso em: 30 mar. 2023.

TRASPADINI, Roberta Sperandio. Dependência e luta de classes na América Latina. **Argumentum**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 29-43, 2014. DOI: 10.18315/argumentum.v6i2.8504. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/8504>. Acesso em: 15 jun. 2023.

TRASPADINI, Roberta; AMARAL, Marisa. **Superexploração e seus dois sentidos.** Outras Palavras, São Paulo, dez., 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/descolonizacoes/a-superexploracao-e-seus-dois-sentidos/>. Acesso em: 16 jun. 2023.

TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TROTSKY, L. **Em defesa do marxismo.** São Paulo: Sundermann, 2011.

TROTSKY, Leon. **História da revolução russa.** Tradução: E. Huggins. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

TROTSKY, Leon. **O programa de transição.** São Paulo: Týkhe, 2009.

TROTSKY, Leon. **Revolução e Contrarrevolução na Alemanha.** São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2011.

TROTSKY, Leon. **Revolução Permanente.** São Paulo: Sundermann, 2011a.

VALADÃO, C. C. Política Social na América Latina: tendências contemporâneas. **Argum.**, Vitória, v. 11, n. 2, p. 151-162, maio/ago. 2019.

VALÊNCIA, A. S. Dependência, precariedade laboral e fratura social na América Latina com reformas neoliberais. **Argum.** Vitória, v. 8, n. 2, p. 140-152, maio/ago. 2016.

VIANNA, M. V. M. **Uma análise a partir da teoria do subimperialismo: o governo brasileiro frente à nacionalização do gás boliviano em 2006.** 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. 142 f.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 1 – Térreo
Porto Alegre – RS – Brasil
Fone: (51) 3320-3513
E-mail: propesq@pucrs.br
Site: www.pucrs.br